

Aldinízia de Medeiros Souza

Liberdades Possíveis em Espaços Periféricos

Escravidão e alforria no termo da vila de Arez
(Séculos XVIII e XIX)



Liberdades possíveis em espaços periféricos

escravidão e alforria no termo da vila de Arez
(séculos XVIII e XIX)

Reitora Ângela Maria Paiva Cruz
Vice-Reitora José Daniel Diniz Melo

Diretoria Administrativa da EDUFRRN Luis Álvaro Sgadari Passeggi (Diretor)
Wilson Fernandes de Araújo Filho (Diretor Adjunto)
Bruno Francisco Xavier (Secretário)

Conselho Editorial Luis Álvaro Sgadari Passeggi (Presidente)
Judith da Costa Leite Albuquerque (Secretária)
Alexandre Reche e Silva
Amanda Duarte Gondim
Ana Karla Pessoa Peixoto Bezerra
Anna Cecília Queiroz de Medeiros
Anna Emanuella Nelson dos Santos Cavalcanti da Rocha
Arrailton Araujo de Souza
Carolina Todesco
Christianne Medeiros Cavalcante
Daniel Nelson Maciel
Eduardo Jose Sande e Oliveira dos Santos Souza
Euzébia Maria de Pontes Targino Muniz
Francisco Dutra de Macedo Filho
Francisco Welson Lima da Silva
Francisco Wildson Confessor
Gilberto Corso
Glória Regina de Góis Monteiro
Heather Dea Jennings
Jacqueline de Araujo Cunha
Jorge Tarcísio da Rocha Falcão
Juciano de Sousa Lacerda
Julliane Tamara Araújo de Melo
Luciene da Silva Santos
Márcia Maria de Cruz Castro
Márcio Zikan Cardoso
Marcos Aurelio Felipe
Maria de Jesus Goncalves
Maria Jalila Vieira de Figueiredo Leite
Marta Maria de Araújo
Mauricio Roberto C. de Macedo
Paulo Ricardo Porfírio do Nascimento
Paulo Roberto Medeiros de Azevedo
Regina Simon da Silva
Richardson Naves Leão
Roberval Edson Pinheiro de Lima
Samuel Anderson de Oliveira Lima
Sebastião Faustino Pereira Filho
Sérgio Ricardo Fernandes de Araújo
Sibele Berenice Castella Pergher
Tarciso André Ferreira Velho
Teodora de Araújo Alves
Tercia Maria Souza de Moura Marques
Tiago Rocha Pinto
Veridiano Maia dos Santos
Wilson Fernandes de Araújo Filho

Revisão Tradutorium Centro de Traduções e Intérpretes
Projeto Gráfico Caule de Papiro Gráfica e Editora (84) 3218 4626
Capa Caule de Papiro Gráfica e Editora (84) 3218 4626

Edição eletrônica Servo de Dom Miguel de Castro, de Albert Eckhout. Óleo sobre madeira. Statens Museum For Kunst.
Caule de Papiro Gráfica e Editora (84) 3218 4626

Aldinízia de Medeiros Souza

Liberdades possíveis em espaços periféricos

escravidão e alforria no termo da vila de Arez
(séculos XVIII e XIX)

Coordenadoria de Processos Técnicos
Catalogação da Publicação na Fonte.UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Souza, Aldinízia de Medeiros.

Liberdades possíveis em espaços periféricos [recurso eletrônico] :
escravidão e alforria no termo da Vila de Arez (séculos XVIII e XIX) /
Aldinízia de Medeiros Souza. – Natal, RN : EDUFRN, 2018.

220 p. : PDF ; 13,1 Mb. – (Coleção História e espaços).

Modo de acesso: <http://repositorio.ufrn.br>

ISBN 978-85-425-0443-9

Originalmente publicado como dissertação de mestrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 2013.

1. Escravidão – Rio Grande do Norte – História. 2. Cartas de alforria.
3. Negros – Rio Grande do Norte. I. Título.

RN/UF/BCZM

2018/34

CDD 981.32

CDU 94(813.2).063

Elaborado por Gersonaide de Souza Venceslau – CRB-15/311

Todos os direitos desta edição reservados à EDUFRN – Editora da UFRN
Av. Senador Salgado Filho, 3000 | Campus Universitário | Lagoa Nova | 59.078-970 |
Natal/RN, Brasil

Aos meus pais, Nidarte e Aldi, com gratidão.

Agradecimentos

Liberdades possíveis em espaços periféricos é resultado da pesquisa e da minha dissertação de Mestrado realizada no Programa de Pós-graduação em História, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, entre os anos de 2011 e 2013. Ao longo desse período, encontrei apoio e colaboração que foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

Agradeço à professora Carmen, orientadora, pela disponibilidade em orientar-me, pela confiança na realização do trabalho, pelo incentivo, pelas correções minuciosas e pelo profissionalismo.

Aos professores examinadores da Banca de Qualificação do Mestrado: Juliana Souza e Muirakytan Macêdo pelas sugestões apresentadas, que muito contribuíram para o desenvolvimento do trabalho. As contribuições do Professor Muirakytan prolongaram-se ainda na Banca de Defesa, enriquecendo esse trabalho junto ao Professor Márcio de Sousa Soares, que fez excelentes observações para serem acrescentadas ao texto final.

Agradeço ainda aos professores com os quais cursei disciplinas no mestrado: Flávia Pedreira, Muirakytan Macêdo, Raimundo Pereira Alencar Arrais, Haroldo Loguercio Carvalho, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, pois ninguém passa pelas nossas vidas sem deixar algo.

Nas instituições onde pesquisei encontrei, sempre, pessoas generosas. Agradeço aos funcionários de Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. No Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, agradeço a todos os funcionários e especialmente a Lúcia, Manoel e Antonieta. Sou grata ao professor Marinho, que encontrei várias vezes no IHGRN e foi sempre solícito em indicar material e, especialmente, ao Professor Claudionor Barbalho que indicou fontes preciosas.

Aos bolsistas do LEHS/UFRN, que sempre estiveram disponíveis para sanar eventuais dúvidas, Renata, Patrícia, Ana Lunara, Helaine, Carlos Raphael, Aledson, Marcos, Daiane Julia, Kelson, José Gutemberg e, aos que iniciaram o grupo de estudos sobre escravidão: Tássia, Pedro, Waldinéia, Diana e Liliane. A Daiane Ponciano e a Aledson agradeço a colaboração nas transcrições dos documentos. A Yuri agradeço a elaboração do mapa das freguesias de Arez e Goianinha.

Sou grata à Capes, pela concessão da bolsa, que me permitiu a dedicação à pesquisa.

Agradeço à Aldinida, minha irmã, pelo incansável incentivo ao meu ingresso no mestrado. Seu apoio afetivo e técnico (nas correções de trabalhos) foi fundamental. Ao meu irmão Robinson, à Heroisa e Robinson Jr, com quem pude compartilhar ótimos momentos no período em que estive pesquisando no Rio de Janeiro. Aos meus pais agradeço a vida, o amor e o apoio de sempre. A minha avó Zefinha, à Bada, Nísia e Tércio por serem sempre um porto seguro para toda a família.

Aos amigos, que em diferentes circunstâncias fizeram-se presentes: Danúbia Lopes, Aparecida Freire, Gilmar Siqueira, Marcone Costa, Suetânia, Kézia Cirne, Jerônimo Vilar, Fred Oliveira, Viltany Freire, Márcia Pedroza, Rita Procópio, Alex Xavier.

Abre as asas sobre mim, oh senhora liberdade.

Nei Lopes

Apresentação

Liberdades ainda que tardias cintilam no tempo presente as emergências e as ações afirmativas de natureza étnica. Tais lutas reposicionam no front histórico sujeitos sistematicamente extraviados, silenciados e invisibilizados. Tal perfilamento ganha conotação grandiosa se observarmos determinadas linhas prioritárias de políticas nacionais que, nesse sentido, promovem o direito de afrodescendentes no ingresso na vida pública. Este movimento reverbera na visibilidade histórica que tais segmentos sociais tiveram e têm na formação do povo brasileiro. No entanto, na historiografia do Rio Grande do Norte, salvo algumas boas iniciativas, ainda paira um incômodo mutismo sobre este enfoque. Silêncio que impacienta os historiadores e que os fariam cúmplices se não fossem pesquisas realizadas como a que se materializa neste livro. A investigação acadêmica avança em generalizações, entretanto, solidamente progride singrando quadros interpretativos lastreados em pesquisas de base, em estudos metódicos de documentos e em visadas ancoradas em teorias e historiografia afinadas com o tempo passado e, especialmente, com o tempo acadêmico do historiador. Este livro, cuja primeira forma foi a dissertação de mestrado de Aldinízia Souza, vai adiante justamente por essas razões. Ademais, elege um tema caro aos fundamentos nosso tempo, tanto por escolher por objeto a escravidão, quanto por discutir nela as pulsações irrefreáveis da liberdade. A redução da escala historiográfica à Vila de Arez na Capitania do Rio Grande do Norte, não é um particularismo insípido, visto que realça o deslumbre da historiadora com as pepitas documentais que encontrou e a cautela da lapidação que elas merecem. Nesse sentido, as cartas de alforria analisadas com rigor metodológico permitem uma visão dos interesses agenciados tanto pelos senhores, quanto pelos

escravizados. Além disso possibilitam que vislumbremos o mundo da produção, do trabalho e da vida cotidiana em meio ao escravismo colonial na Capitania do Rio Grande. O leitor e a historiografia do Rio Grande do Norte ganham um desses pontos de partida sobre o qual vão se tecendo outros estudos acadêmicos sustentáveis. É urgente que trabalhos investigativos dessa monta existam para que a história seja discutida em uma chave comparativa, de maneira a que entendamos a escravidão no Brasil, através da forma com ela se processou em recortes regionais. Afinal, o sequestro da liberdade de outro ser humano é um fenômeno cuja complexidade - espacial e temporal - não cessa de repercutir contundentemente na sociedade brasileira. Porém, não só a escravidão, mas também a liberdade, não a que parece um favor - como nos casos das alforrias gratuitas e condicionais -, problematizadas pela historiadora - mas, especialmente -, aquela liberdade conquistada com o não querer ser escravo, com o não querer ser voluntariamente escravo.

Muirakytan K. de Macêdo (UFRN – CERES/Caicó)

Sumário

Prefácio	13
Introdução	17
Capítulo I - Arez: entre o urbano e o rural	37
O termo da vila de Arez e sua espacialidade	38
Os escravos presentes nos inventários <i>post mortem</i>	51
Para garantir a subsistência	62
Vila de pouco comércio	74
Capítulo II - Alforrias no termo da vila de Arez	101
A carta de alforria: para melhor assegurar a liberdade	102
Alforrias pagas	107
Que me acompanhe enquanto for vivo: alforrias condicionais	121
Alforria e mobilidade espacial: para ir onde quiser	146
Capítulo III - Próximos do senhor, perto da liberdade: escravos alforriados e senhores no termo da vila de Arez	151
Cores da alforria	152
Pelo amor que lhe tenho, ou trabalho, negociação, merecimento	163
Alforrias de crianças	169
Alforria de idosos	181
Senhores propensos a alforriar	184
Espacialidade das alforrias	189
Considerações finais	197
Referências	205

Prefácio

O livro que ora se apresenta, de autoria de Aldinízia de Medeiros Souza, fruto de sua dissertação de mestrado, revela um pouco mais da história dos escravos de origem africana no Rio Grande do Norte, sobretudo na parte oriental, na virada do século XVIII para o XIX. A escolha do tema, escravidão negra, foi bastante feliz, uma vez que promove a inserção desse objeto de pesquisa na história do Rio Grande do Norte.

Tradicionalmente, os grandes estudiosos da história do estado, como Tavares de Lyra, Rocha Pombo e Câmara Cascudo, apesar de reconhecerem a presença africana e o instituto da escravidão, tais assuntos sempre foram secundarizados, privilegiando-se a história dos indígenas. Esse pensamento foi resultante da suposta pouca presença de negros na atualidade e também de uma economia que não fosse a grande lavoura canavieira, tendo em vista que foram poucos os engenhos, bem como a produção para exportação foi extremamente reduzida. Além desses fatores, pode-se citar a pouca existência de fontes históricas que registrassem a atuação desses escravos.

O pilar construído e sedimentado por esses estudiosos contribuiu para uma não valorização dos estudos sobre os negros no Rio Grande do Norte. Tal situação, modificou-se na década de 1980, quando historiadores começaram a produzir uma nova história do Rio Grande, embora certo rumorejo ainda estivesse presente com relação ao tema. Em 1988, o jornalista José Ayrton de Lima publicou o livro *A escravidão negra no Rio Grande do Norte*, evidenciando a relevância de se estudar o tema, e, mais do que isso, uma necessidade, tendo em vista a promulgação de uma Constituição marcada pela inclusão.

Na primeira década do século XXI, com a expansão de cursos de pós-graduação em História no Rio Grande do Norte, assim como a solidificação da vertente historiográfica que trata os escravos enquanto agentes ativos de sua própria história, alguns estudos foram sendo produzidos, mas sempre com foco na região do Seridó. Trabalhos como do professor do CERES/UFRN Muirakytan Kennedy de Macedo e de sua orientanda Michele Soares Lopes, ambos inéditos, evidenciam a existência da escravidão africana em uma área cuja principal atividade econômica era a pecuária, que não requeria uma mão de obra numerosa. Esses estudos confirmam a presença escrava de origem africana, e principalmente no Rio Grande do Norte – uma capitania e posteriormente província, de certa forma periférica –, que estava inserido na lógica escravista da América portuguesa e do Império do Brasil.

O estudo de Aldinízia de Medeiros Souza, ao analisar as cartas de alforrias obtidas por escravos na vila de Arez, pequeno povoado localizado na costa oriental potiguar, corrobora para colocar o Rio Grande do Norte no mapa da história nacional, ratificando que, além da presença de escravos de origem africana, já colocado pelos estudiosos da região do Seridó, esses escravos também lutaram com afincos pela sua liberdade.

As dificuldades para realizar essa pesquisa foram tamanhas que tornaram o trabalho da autora mais grandioso ao encontrar os vestígios que a possibilitaram escrever as histórias desses alforriados. A investigação realizada com um rigor metodológico e uma análise minuciosa dos Livros de Notas de Arez, além de outras fontes primárias, sobretudo inventários, possibilitaram a autora desvendar as estratégias dos escravos para obter a tão sonhada alforria, mesmo que as condições não fossem as mais propícias.

Além de situações interessantes, como as condições impostas por alguns senhores, as cartas de alforrias permitiram perceber a utilização de mão de obra escrava de origem africana em áreas, de certa forma, remotas, cujo uso de escravos seria improvável, reforçando a sua presença em uma economia não açucareira.

Ao longo da leitura, será possível perceber os diferentes tipos de alforrias concedidas na região da vila de Arez, e conforme foi percebido pela autora, houve tanto alforrias pagas quanto as chamadas gratuitas, além das alforrias condicionais. O cruzamento dessas informações com a cor/etnia dos escravos alforriados permitiu examinar a complexidade do fenômeno da escravidão e a sua face mais cruel: o preconceito racial, já que a maioria dos alforriados foi de mulatos. Ademais, evidenciou as possibilidades que os escravos possuíam, tendo em vista que muitas alforrias foram obtidas por meio de pagamento ao senhor, o que, segundo a autora, indica que os escravos tinham acesso à constituição de um pecúlio.

O estudo de Aldinízia de Medeiros Souza é relevante também por apresentar justamente uma região considerada pouco dinâmica do ponto de vista econômico, a região de Arez. Mas os dados apresentados em sua pesquisa reforçam a importância da capitania do Rio Grande enquanto produtor de gêneros alimentícios como, por exemplo, a farinha de mandioca, complementando a carne da pecuária, criada tanto no litoral potiguar quando no sertão do Seridó.

O espaço da vila de Arez, seja a sede, seja a área do termo inteiro, portanto, é abordado tanto do ponto de vista urbano, quanto rural, dado que no período estudado englobava a importante povoação de Goianinha. Dialogando sempre de maneira pertinente com a recente historiografia sobre escravidão para outras regiões, conclui não haver diferenças no número de alforrias concedidas nas áreas urbanas e rurais e, mais uma vez, mostrando como a escravidão africana no Rio

Grande do Norte norteou-se pelos mesmos padrões da sociedade escravista de outras regiões mais dinâmicas.

Assim, o leitor, sobretudo o potiguar, é brindado com um excelente estudo sobre uma pequena parte, mas deveras importante, da história do Rio Grande do Norte, inserido em uma projeção mais ampla da história nacional.

Profa. Dra. Carmen Alveal
(UFRN)

Introdução

Desde a década de 1970, os estudos sobre os escravos têm focado a alforria. As pesquisas pioneiras sobre manumissão publicadas naquela década são de Kátia Mattoso (1972) e Stuart Schwartz (2001)¹. Esses autores exploraram os livros de notas de cartórios de Salvador, onde encontraram uma abundância de fontes que permitiram um trabalho empírico sobre as alforrias e a forma como foram conquistadas. Já assinalando o papel dos escravos nesse processo, contribuíram para outros trabalhos que conferiram aos escravos o papel de sujeitos. Os resultados das pesquisas de Mattoso sobre alforrias encontram-se, também, na sua obra *Ser escravo no Brasil*, publicada, inicialmente, na década de 1980, que abrange a escravidão de modo mais amplo, incluindo, além das alforrias, outros aspectos também abordados pela historiadora, como as condições da escravidão, o compadrio, as relações entre escravos, libertos e livres.

Esses dois pesquisadores traçaram um perfil dos alforriados e das formas de alforrias em Salvador nos períodos de 1779 a 1850 (MATTOSO, 1972) e 1684 a 1745 (SCHWARTZ, 2001). Tanto Mattoso quanto Schwartz destacam o papel das mulheres e dos mulatos na conquista da alforria. A proporção de mulheres alforriadas era de duas mulheres para um homem liberto (SCHWARTZ, 2001), o que ocorria por razões relacionadas ao preço mais baixo da escrava, à maior proximidade com os seus senhores e pelo resultado da venda de produtos

1 Publicada inicialmente em 1974.

que proporcionasse a compra da alforria (SCHWARTZ, 2001; MATTOSO, 1990).

O perfil dos escravos e o número de alforrias pagas (em torno de 50%), para esses pesquisadores das alforrias em Salvador, levam ao questionamento sobre o caráter puramente humanitário das alforrias. Kátia Mattoso (1990) questiona a gratuidade das alforrias condicionais, e Stuart Schwartz (2001) busca um equilíbrio entre a percepção de alforrias concedidas por uma atitude humanitária do senhor e a percepção de alforrias concedidas pelo interesse econômico. Schwartz (2001) aponta para uma percepção das alforrias inseridas em um contexto que não é apenas econômico, mas também cultural, pois não depende apenas de aspectos econômicos como valor do escravo e pagamento.

Além de Salvador, a cidade do Rio de Janeiro, outra área de grande quantidade de escravos, também suscitou estudos sobre as alforrias. Também na década de 1970, Mary Karasch defendeu sua tese sobre escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, cuja publicação ocorreu inicialmente nos Estados Unidos, em 1987. A autora analisa 904 cartas de alforria, que libertaram 1.319 escravos, registradas entre 1807 e 1831, e demonstra que as alforrias não eram conseguidas com facilidade nem eram frutos da benevolência do senhor, mas que eram, sim, do esforço dos cativos, que em geral precisavam pagar por elas ou ainda as obtinham mediante cláusulas de prestação de serviços. Karasch (2000) destaca o papel das mulheres na conquista da manumissão, relacionada às atividades desempenhadas por elas no contexto urbano, o que era mais difícil para os homens, visto que, na

cidade, as mulheres encontravam maiores possibilidades de desenvolver atividades como vendedoras ou outras que permitiam o acúmulo de um pecúlio.

Também em Recife, na primeira metade do século XIX, a maior parte de libertos nos mapas de população era composta de mulheres (CARVALHO, 2002). Além das atividades domésticas e no comércio, Marcus Carvalho (2002) destaca as relações pessoais entre senhores e escravos como elementos favoráveis às manumissões.

Peter Eisenberg (1989), ao estudar as alforrias em Campinas no século XIX, também distingue o perfil dos alforriados, mas alerta que “as características do alforriado-‘padrão’ variavam conforme determinações históricas específicas no tempo e espaço” (EISENBERG, 1989, p. 257). Com essa afirmação, o autor expressa sua discordância em relação à ideia sistematizada por Jacob Gorender de “padrão de alforria no Brasil” (GORENDER, 1985, p. 354-355). Eisenberg analisa alforrias registradas no cartório de Campinas, no século XIX, observa mudanças no padrão do alforriado nas últimas décadas da escravidão e relaciona o aumento de alforrias gratuitas pós-1870 ao baixo custo dos escravos e ao aumento da violência coletiva dos escravos. Nesse contexto de crise da escravidão, a gratuidade da alforria era mais prestigiosa para o senhor que a concedesse do que a alforria onerosa.

A atenção comum, nos estudos supracitados, a um perfil dos alforriados, a quem pertenciam e como conseguiram a alforria, leva em consideração aspectos econômicos, mas também o papel desempenhado pelos escravos na aquisição da

manumissão. Além disso, a controvérsia de um padrão para o Brasil justifica a análise para diferentes regiões.

A preocupação de Eisenberg (1989) em não generalizar resultados de análises de alforria para todo o Brasil também é observada em Russell-Wood (2005), que, ao analisar as possibilidades de aquisição da alforria no contexto social e econômico de Minas no século XVIII, ressalta a complexidade do processo de alforria, o qual envolve “interação de fatores individuais, familiares, psicológicos, sociais, demográficos, geográficos, econômicos e cronológicos” (RUSSELL-WOOD, 2005, p. 59).

O perfil dos alforriados também poderia variar de acordo com as fontes utilizadas. Os estudos que têm como fonte a carta de alforria podem apresentar resultados diferentes de estudos que abordam a alforria concedida por outras vias, tais como testamento e certidão de batismo. Assim, Adauto Damásio (1995) explora testamentos de Campinas e encontra dados diferentes dos encontrados por Peter Eisenberg, pois a maior parte dos alforriados em testamentos não tiveram suas alforrias registradas em cartório, o que aumentou o número de alforrias em relação aos dados de Eisenberg, no período abordado por Damásio. O trabalho de Damásio e outros discutidos a seguir fazem parte de uma renovação nos estudos sobre alforria que privilegiaram outros documentos além da carta de liberdade.

Com vistas às estratégias de inserção social dos libertos de Porto Feliz, em São Paulo, na primeira metade do século XIX, Roberto Guedes (2008) identifica a alforria como um dos

elementos de mobilidade social. Na busca da trajetória dos *egressos do cativo*, o autor analisa, entre outros documentos, os testamentos e observa um maior número de alforrias concedidas em testamento do que alforrias registradas em cartório, o que significa, para Guedes, um reconhecimento social da alforria, mesmo em caso de ausência do registro em cartório. O autor contrapõe-se à ideia de alforria como resistência para considerá-la como parte de uma relação de troca, embora desigual, entre senhor e escravo, apoiando-se na concepção de troca de Marcel Mauss (2001).

A alforria inserida na concepção teórica de Mauss também é utilizada por Márcio de Sousa Soares (2009; 2011), ao analisar as alforrias sob a ótica da dádiva em Campos de Goitacases, referentes ao período de 1750 a 1830. Desse modo, a alforria compreende, em contrapartida, uma retribuição do escravo liberto, mantendo-se, pois, os vínculos entre esse e seus antigos senhores. Além disso, o autor distancia-se da concepção de alforria como resistência, bem como da prática da manumissão como costume, para situá-la na prática de incentivos utilizada pelos senhores como meio de assegurar o domínio sobre os escravos. Para esse autor, a exemplo de Rafael Bivar de Marquese, a prática da alforria estava disseminada, pois o tráfico atlântico era responsável pela reposição das escravarias, logo tráfico e alforria articulavam-se na manutenção da escravidão.

A alforria como elemento de dominação paternalista tem sido valorizada nos estudos recentes sobre o tema, resultantes de teses ou dissertações na área da história social. Enidelce Bertin (2004) estuda as alforrias em São Paulo no século XIX, e já no

subtítulo do seu trabalho, *Alforrias em São Paulo: liberdade e dominação*, anuncia o caráter ambivalente da alforria, questão sobre a qual se detém, ao inserir as alforrias em uma política senhorial paternalista, utilizada como meio de controle dos escravos pelos senhores e expressa nas cartas por meio de afirmações de gratidão e afeto. Essa autora situa a alforria na crise de mão de obra nos fins do século XIX como uma forma do senhor garantir a fidelidade e serviço dos escravos.

O paternalismo enfatizado por Bertin (2004) e por outros historiadores, principalmente por Sidney Chalhoub (1990; 2003), fundamenta-se na concepção difundida por Eugene Genovese (1988), para quem o paternalismo é interpretado diferentemente por escravos e senhores. Como explica Chalhoub (2003), na dominação paternalista, as prerrogativas dos senhores não são questionadas, mas seus dependentes tentam provocar nos seus senhores a ação que desejam. Mesmo em situação de desigualdade, os subordinados agem de maneira a conseguir dos senhores a atitude que querem, embora pareça que é a vontade dos senhores que prevalece. Em se tratando das alforrias, o bom comportamento e os bons serviços realizados, muitas vezes justificados como motivo para os senhores concederem a carta de liberdade, podem ser o resultado de uma atitude pensada do escravo para obter a manumissão. Assim, sob essa ótica, as alforrias constituíam-se em uma política de domínio senhorial, mas também eram resultantes das articulações dos escravos em prol de conseguirem a liberdade (BERTIN, 2004).

As abordagens sobre alforria também envolvem a relação com o espaço, porém privilegiando os espaços urbanos. As

vilas e as cidades, onde a dinâmica econômica apontava para uma maior viabilidade de os escravos trabalharem em diversas atividades que permitissem acumular um pecúlio, são apontadas como espaços de maior possibilidade de os escravos alcançarem a manumissão. Por meio de atividades de ganho em que o escravo trabalhava vendendo produtos ou prestando serviços em troca de pagamento, o cativo pagava ao senhor um jornal, ou seja, uma parte dos ganhos. Os escravos poderiam, ainda, realizar atividades como artífices e, da mesma forma, pagar um jornal ao senhor e juntar parte para comprar sua alforria.

Russell-Wood (2005) ressaltou a participação de negros e mulatos, em Minas Gerais, nas tabernas e lojas comerciais como mercearias que vendiam roupas, comidas, bebidas, utensílios domésticos, além de ferramentas agrícolas e armas de fogo, destacando que tais espaços eram pontos de encontros de escravos e serviam, muitas vezes, a atividades ilícitas, como esconder escravos fugidos ou vender mercadorias para quilombos. Outro aspecto levantado pelo autor é que esses espaços também serviam à integração social entre libertos e escravos, no sentido de cooperação para a conquista de liberdade de escravos. Desse modo, poder-se-ia, por exemplo, comprar diamantes contrabandeados pelos escravos, e o dinheiro arrecadado com a venda poderia ser empregado na compra da alforria. Russell-Wood (2005) não se limitou apenas aos escravos, mas também aos libertos, e ressaltou que as oportunidades para os libertos de descendência africana eram menores do que para os nascidos no Brasil e os mulatos, visto que as licenças para atividades artesanais ou para atividades comerciais eram de mais difícil acesso para os africanos.

Também analisando o contexto mineiro, Eduardo Paiva França (2006) identifica a prática da coartação, na qual o escravo poderia comprar sua alforria a prazo, como sendo uma prática costumeira, que também era favorecida pelas possibilidades de trabalhos nos núcleos urbanos de Minas Gerais, onde a coartação teria sido bem mais corriqueira do que em outras áreas do Brasil. A variedade de funções existentes no contexto urbano proporcionava, então, o acúmulo de pecúlio, e o pagamento a prazo viabilizava a compra da alforria. Além disso, o espaço urbano favorecia a comunicação e a interação entre escravos e outras pessoas que pudessem, de algum modo, contribuir para viabilizar a alforria. Ao mesmo tempo, o autor enfatiza o esforço despendido pelos escravos para saírem da escravidão, e compreende a alforria como uma resistência, em consonância com as concepções de Silvia H. Lara (1988), que identifica, nas estratégias dos escravos para conseguir alforria, atitudes de resistência à escravidão.

Os estudos sobre o Rio de Janeiro, bem como sobre Minas Gerais, avaliam que, na cidade, as mulheres tinham mais oportunidades de conseguir a manumissão em função da atividade como negras de tabuleiro ou quituteiras. O papel da mulher nessas atividades que possibilitavam a compra da alforria, no Rio de Janeiro, foi analisado por Mary Karasch (2000) e por Sheila Faria (2011), que relacionaram as atividades desenvolvidas no Brasil à prática dessas mulheres na África. Sheila Faria (2011) destaca as pretas minas no comércio de venda ambulante como elemento favorável à compra de alforria, bem como a aquisição de escravas por parte das pretas minas

libertas e, nesse ponto, observa a inserção social das minas libertas como proprietárias de escravas de ganho.

Já Luciano Figueiredo (1999), que enfoca o papel das mulheres escravas em Minas colonial, ressalta a possibilidade de as negras de tabuleiro circularem pelas ruas e becos, assim como pelas áreas de extração de ouro e diamantes, fato que favorecia a sua atuação na transmissão de informações ou como mediadoras de contrabando de ouro ou diamante, o que preocupava as autoridades dessa região.

A cidade é, ainda, vista como um espaço que propiciava a mobilidade dos escravos, onde eles poderiam circular com mais liberdade sem o controle constante do senhor. Leila Algranti (1988) afirma que a ausência do feitor na cidade oferecia ao escravo maiores oportunidades de movimento longe do controle dos proprietários. Por outro lado, o controle recaía sobre a ação do governo, que cuidava cada vez mais de restringir as possibilidades de aglomerações escravas. Sidney Chalhoub (1990), por sua vez, identificou a cidade como esconderijo, onde os escravos poderiam passar-se por livres. Portanto, seria um local onde escravos fugidos poderiam tentar viver com mais autonomia. Entretanto, era, também, a cidade que gerava uma suspeição generalizada sobre os povos de ascendência africana. O historiador identifica, ainda, os diferentes sentidos da liberdade entre escravos e senhores e percebe concepções dos escravos sobre a condição de ser livre relacionadas à prática de se autossustentar (“viver sobre si”), à qual estavam sujeitos muitos escravos de ganho.

É necessário notar que os estudos de Karasch, Algranti e Chalhoub abordam a cidade do Rio de Janeiro após a chegada da corte. Logo, o contexto de urbanização que a cidade sofreu não se processou da mesma maneira que em outras cidades do Brasil, mas são estudos que se tornaram referência, ao relacionarem as alforrias às condições encontradas pelos escravos no espaço urbano.

Outro aspecto ressaltado por Sidney Chalhoub (1990) é que o direito ao pecúlio e a prática da alforria por indenização do preço já eram práticas costumeiras antes da lei de 1871, quando a chamada Lei do Ventre Livre assegurou o direito de o escravo constituir um pecúlio e, uma vez possuindo o valor suficiente, poder comprar a alforria. Portanto, essa lei representou o reconhecimento jurídico de direitos conquistados pelos escravos. Entretanto, Keila Grimberg (1994) levanta a hipótese de que, ao regulamentar as relações escravistas, no que diz respeito à compra da alforria, a lei provocou um cerceamento na obtenção da liberdade, na medida em que exigia a apresentação de provas e diminuía as possibilidades de defesas elaboradas pelos advogados com base no direito costumeiro.

Entre os títulos da bibliografia que fundamenta esse trabalho, busca-se em Sidney Chalhoub (1990) uma reflexão no que diz respeito às alforrias condicionais pautadas em um cuidado de não elaborar um padrão de compreensão válida para todas as épocas e lugares e, assim, refletir sobre as possibilidades de diferentes interpretações coexistirem, como por exemplo, os efeitos da alforria condicional para a definição da condição jurídica dos filhos de escravas. O autor demonstra que, muitas vezes, uma interpretação não exclui a outra, pois há, na realidade histórica,

situações ambíguas, de difícil definição estática. Outros autores, tais como os já citados Kátia Mattoso (1990) e Stuart Schwartz (2001), além de Mary Karasch (2000) e Enidelce Bertin (2004), também abordam aspectos pertinentes às alforrias condicionais em alguns pontos divergentes, como se analisará no capítulo 2, mas que enfatizam o papel do escravo como agentes na aquisição da manumissão.

A historiografia sobre alforria tem destacado, ainda, o duplo papel que a manumissão encerra, como instrumento de uma política de domínio senhorial e como conquista escrava. O escravo necessitava da anuência do senhor para obter a alforria, mas, por outro lado, era seu o esforço de conseguir juntar o dinheiro necessário para comprar a alforria ou por cumprir anos de prestação de serviços, ou mesmo negociar com seu senhor a sua liberdade.

Desde os estudos de Kátia Mattoso aos estudos mais recentes decorrentes de dissertações de mestrado e teses de doutorado, a alforria tem-se situado no campo dos estudos sobre escravidão envolta em diferentes interpretações, às vezes complementares, às vezes opostas. Como resistência, estratégia, como dádiva, elemento de troca, reforço do sistema escravista, ou quaisquer outras percepções presentes nos estudos aqui citados, nenhum deles perde de vista a atitude do escravo. Isto é, o escravo como agente social. A ampliação das fontes utilizadas para o estudo da alforria²,

2 Schwartz (2001), Mattoso (1990) e Eisenberg (1989) realizaram seus estudos com base nas cartas de alforria, já os estudos mais recentes — Aladrén (2009), Gonçalves (2011), Bertin (2004), Guedes (2008), Soares (2009) entre outros — utilizam, além da carta de alforria, outros documentos como testamento, ou,

como os testamentos e as ações civis de liberdade, contribuiu para os novos enfoques, porque proporcionou, também, a obtenção de informações sobre os libertos, sobretudo com a utilização de testamentos de libertos.

Assim, outras fontes, além das cartas de alforria, têm sido utilizadas para o estudo da manumissão, de modo que, em processos criminais e em ações de liberdade, os pesquisadores possam perceber a “voz” do escravo, buscando identificar, nos documentos, os significados da liberdade para os escravos e o papel desempenhado por eles nesse processo de conquista da liberdade³. Além dessas fontes e dos testamentos, certidões de batismo também evidenciam a obtenção da alforria por outros meios que não a carta registrada em cartório.

A disponibilidade de documentos, além das cartas de alforria para o Rio Grande do Norte, é bastante restrita. Por isso, neste trabalho, a carta de alforria foi a principal fonte utilizada para o estudo das alforrias no termo da vila de Arez. A carta de alforria, ou carta de liberdade, consiste em um documento por meio do qual o escravo modificava o seu *status* jurídico de escravo para liberto. Como o *status* de escravo era definido pelo ventre⁴, as pessoas nascidas de mães escravas eram consideradas escravas e as nascidas de mães libertas ou livres eram consideradas livres. Porém quem nascia escravo e

ainda, ações civis de liberdade, ampliando-se, assim, as informações sobre a aquisição da manumissão e sobre os libertos.

3 Como exemplo, há estudos de Chalhoub, (1990) e Lara (1988), que procuram evidenciar nos documentos as atitudes dos escravos.

4 Seguindo o princípio do Direito Romano do *partus sequitur ventrem*.

adquiria a liberdade posteriormente era considerado liberto. Para garantir a comprovação do novo *status*, o liberto precisava registrar a carta em cartório para o caso de extravio do documento, pois sobre a população de ascendência africana pesava sempre uma desconfiança⁵.

Para este trabalho – o estudo das alforrias no termo da vila de Arez –, dispôs-se fundamentalmente das cartas de alforria, pois não foram encontrados registros de batismo nem ações civis de liberdade, tampouco testamentos. A pesquisa teve início com o levantamento desses documentos nos livros de notas de Arez do último quartel do século XVIII. Posteriormente, foram encontrados mais dois livros de notas referentes à segunda década do século XIX. Apesar da interrupção sequencial dos documentos, optou-se pela inclusão desse material para que se tivesse uma melhor visualização das alforrias, ao menos em termos qualitativos, pois, tendo em vista que as fontes são poucas, apreciaríamos as existentes, observando, contudo, sua fragilidade e, com isso, evitando-se tecer considerações que não possam ser viáveis para o período. Além disso, as maiores transformações em relação às alforrias ocorreram na segunda metade do século XIX, com o próprio enfraquecimento da instituição da escravidão, com as novas leis e com o que Chalhoub (1990) expressa como falência da política de domínio dos senhores.

As cartas de liberdade utilizadas na pesquisa trazem informações sobre os escravos, mas o trabalho carecia de mais

5 Sobre a situação de libertos e livres de ascendência africana na sociedade colonial, ver: Russell-Wood (2005).

informações sobre a escravidão no Rio Grande do Norte e, mais especificamente, sobre o termo da vila de Arez. Pode-se contar com pouca informação bibliográfica, uma vez que a escravidão no Rio Grande do Norte, sobretudo para o período colonial, foi pouco abordada pela historiografia tradicional⁶, que esbarrou no limite da pouca quantidade de escravos no Rio Grande do Norte, em razão de uma economia fundada na agricultura de autoconsumo e abastecimento, na criação de gado e em pouca atividade de agroexportação. Não se fará aqui um estudo dos motivos da pouca visibilidade dada ao escravo e ao negro pela historiografia tradicional do Rio Grande do Norte, tema certamente complexo, porque, por um lado, relaciona-se às condições econômicas da capitania e província, mas, por outro, as supera, pois diz respeito, também, “ao projeto intelectual das elites e de suas posições sociais e políticas na sociedade potiguar” (CAVIGNAC, 2011, p. 199).

Recentemente, trabalhos que abordam a escravidão e questões étnicas no Rio Grande do Norte, principalmente para a região do Seridó, têm mostrado ser possível incluir índios e negros como sujeitos da história do Rio Grande do Norte. A análise de inventários tem mostrado a presença constante de escravos e a sua atividade na pecuária, além da predominância de pequenas posses de escravos na região sertaneja, tanto no século XVIII (MACÊDO, 2007) quanto no século XIX (LOPES, 2011).

Felizmente, para o Seridó, há uma documentação variada que tem possibilitado uma melhor compreensão das relações

6 Cascudo (1984); Tavares de Lira (1984); Rocha Pombo (1992).

entre senhores e escravos, superando a ideia de brandura das relações como resultado da pouca participação escrava na sociedade local, difundida pela historiografia tradicional do Rio Grande do Norte. Além disso, tem sido possível explorar aspectos da população escrava e liberta, observando-se, inclusive, as oportunidades encontradas por libertos em uma economia predominantemente pecuária (LOPES, 2011).

Mesmo em estudos mais específicos sobre a população indígena, tem-se evidências da participação escrava no Seridó. Certidões de casamento e de batismo evidenciam a miscigenação por meio da qual os africanos e índios permaneceram na sociedade (MACEDO, 2011).

A transcrição de inventários do século XVIII e XIX, realizada por Helio Galvão entre os anos 1950 e 1970, publicados na *Revista Bando* e na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* (IHGRN)⁷, foi de fundamental importância para este trabalho, pois, com esses documentos, pode-se ter uma visualização da escravidão e de aspectos da economia no termo da vila de Arez, localizada no

7 Os inventários do termo da vila de Arez registrados no Cartório desta foram transcritos pelo historiador Helio Galvão e publicados na revista *Bando*, e na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, entre as décadas de 1950 e 1970. GALVÃO, Helio. Velhas heranças. *Revista Bando*, Natal, v. 2, n. 1, ano 3, p. 12-46, ago/set. 1951; v. 4, n. 6, ano 5, p. 77-121, jul/ago, 1954. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. LIX, LX, LXI, p. 67-92, 1974; v. LXIII-LXIV, p. 117-147, 1972. Não se teve acesso aos documentos originais e algumas transcrições não estão completas. Agradeço ao professor Claudionor Barbalho a indicação desse material. Recentemente, essas transcrições foram reunidas publicadas: Cf. GALVÃO, *Velhas heranças*, 2012.

leste da Capitania do Rio Grande do Norte, distante a cerca de 60 km da cidade de Natal.

Preocupado com a deterioração de documentos nos cartórios e prevendo o uso desses documentos em tempos futuros, o historiador Hélio Galvão dizia das transcrições: “estas notas têm a função de material para obras. São as britas, a cal, os tijolos, as pedras com que os historiadores construirão o edifício de nossa história.” Embora não tenha transcrito os testamentos apensos em alguns inventários, nem a partilha dos bens, pois as transcrições detiveram-se ao rol dos bens inventariados, esse material permitiu que se pudesse identificar o tamanho das escravarias no termo da vila de Arez, entre outros dados significativos para o desenvolvimento do trabalho.

A metodologia utiliza dados quantitativos, mas procura-se, aqui, aproveitar ao máximo as possibilidades qualitativas que as fontes oferecem, procurando dialogar com a bibliografia, a fim de levantar questionamentos ou considerações sobre os dados empíricos. Em alguns casos foi possível cruzar os dados das cartas de alforria com inventários. Em outros casos, porém, isso não foi possível, pois, infelizmente, alguns senhores inventariados que também estavam entre os que concederam cartas de alforria não estavam com o inventário completo, e sua transcrição não foi realizada pelo estado do documento.

Os livros de notas analisados são do termo da vila de Arez, de maneira que essa é a delimitação espacial do estudo realizado neste trabalho, espaço que estava em formação e que permite levantar algumas considerações sobre os aspectos urbanos ou rurais desse, de maneira a estabelecer as possíveis

relações entre as alforrias e os elementos socioeconômicos do lugar. Para tanto, buscou-se apoio em autores que estudam os espaços coloniais e com isso forneceram um suporte conceitual sobre esses espaços, como Claudia Damasceno Fonseca (2011), que analisa as relações entre espaço e poder em Minas no século XVIII, abordando as relações conflituosas na formação dos espaços coloniais; e ainda, Rubenilson Teixeira (2009), em cujo estudo sobre o processo de secularização dos espaços urbanos do Rio Grande do Norte analisa a transformação do espaço sagrado em espaço profano por meio das transformações ocorridas na forma, uso e função dos espaços. Por outro lado, procurou-se, com base em Dorren Massey (2009), não perder de vista que o espaço está em constante construção, a qual ocorre em correlação com os demais elementos, sejam estes de natureza econômica ou cultural. A lição da geógrafa é direcionar o olhar para a relação, de maneira que o espaço não é produto ou produtor, mas ambos os elementos.

Procurou-se, também, considerar-se, por meio da concepção sobre espaço de Massey (2009), que as alforrias estabeleciam-se em relação ao espaço, sem que ele fosse determinante ou determinado, mas sim elemento presente na relação, pois as possibilidades de pecúlio em determinados espaços era um elemento favorável à manumissão, mas também havia outros elementos favoráveis, inclusive o espaço de proximidade com o senhor. Pois, se o espaço urbano, com sua variedade econômica, pudesse determinar as alforrias pagas, então dever-se-ia encontrar nos espaços rurais, ou de poucas atividades urbanas, uma menor quantidade de alforrias pagas em relação aos outros tipos de alforria. No caso deste trabalho, trata-se de

uma área com maiores características rurais, o termo da vila de Arez, no qual se procurou identificar como se comporta o perfil dessas alforrias.

A problemática espacial, no que diz respeito às alforrias, também se mostra em outra categoria de espaço que não é físico, mas o espaço – proximidade/distanciamento – das relações pessoais entre senhores e escravos e escravos e outros sujeitos. Com base nos documentos disponíveis para este trabalho, a relação entre os escravos e terceiros foi pouco evidenciada, pois as cartas apontaram mais aspectos entre os senhores e os cativos. Desse modo, a proximidade das relações entre eles também se mostrou como um elemento favorável à aquisição da alforria.

Para poder estabelecer uma relação entre as alforrias e o espaço em Arez, foi preciso, inicialmente, identificar melhor esse espaço, uma vez que as informações sobre Arez, no período posterior à elevação da missão à categoria de vila, eram poucas e de temporalidades descontínuas. Deste modo, o primeiro capítulo procura entender o termo da vila de Arez enquanto espaço de possibilidade para a mão de obra escrava e levanta questionamentos sobre as oportunidades de aquisição da alforria, sobretudo por meio da compra, tendo em vista que essas eram mais comuns nas áreas urbanas, conforme demonstra a historiografia. Procurou-se considerar quais oportunidades de constituir pecúlio os escravos teriam, uma vez que as cartas não informam a origem do dinheiro utilizado para pagar as alforrias. Procurou-se evidenciar, também, aspectos da escravidão no termo da vila de Arez e sua relação com a espacialidade e com as possibilidades de atividades

desenvolvidas pelos escravos. Com base nos inventários *post mortem*, foi identificado o tamanho das escravarias, grupos de procedência e de cor predominantes. Outros documentos como mapas de população e de ofícios também contribuíram para traçar um perfil da vila de Arez e dos escravos ali presentes.

No segundo capítulo foram abordadas as alforrias no termo da vila de Arez, procurando-se identificar os tipos de alforria e reconhecer as relações entre as alforrias e o espaço da vila. As alforrias foram classificadas, neste trabalho, em onerosas pagas (para as alforrias pagas em moeda ou em troca de algum bem), gratuitas (para as alforrias que não requeriam pagamento ou condição) e condicionais (para as alforrias que exigiam alguma prestação de serviço ou acompanhamento do senhor por tempo determinado ou por tempo indeterminado), com a finalidade de discutir as possibilidades de conquista de manumissões em uma região periférica e de poucas características urbanas. Buscou-se analisar, nos dados empíricos, em que medida tais dados aproximam-se ou distanciam-se das conclusões presentes na historiografia sobre alforrias para outras partes do Brasil e em diferentes temporalidades, dialogando-se, para isso, com estudos já consagrados sobre manumissão. À luz dessa bibliografia atinente à história social da escravidão, procurou-se analisar aspectos relevantes das alforrias presentes nos Livros de Notas da vila de Arez⁸, para se compreender um pouco mais sobre a escravidão no Rio Grande do Norte entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX.

8 IHGRN. Cx. Notas. Livros de Notas de Arez.

No terceiro capítulo, procurou-se identificar o perfil dos libertos e elementos sobre a relação entre senhores e escravos que indicam o meio de obtenção das cartas de liberdades não apenas pelo cumprimento de pagamentos e condições, mas também pelas relações de afinidades dos escravos nascidos na casa do senhor. Nesse sentido, Russell-Wood (1998) lembra a possibilidade de estudar a sociedade com base na estruturação centro e periferia, ao afirmar que, quanto mais longe do estigma da escravidão, mais próximo dos ideais da coroa portuguesa na hierarquia social. Disso se depreende que, quanto mais clara a cor, mais próximas as relações entre senhores e escravos, ou seja, mais próximo do centro do poder – o senhor –, o que facilitaria, em parte, a aquisição de alforria por mulatos ou pardos em lugar dos crioulos. Observa-se, ainda, nesse capítulo, as localidades de onde provêm as alforrias, a fim de identificar a viabilidade da liberdade nas áreas rurais, nos povoados e na sede da vila.

Espera-se, desse modo, que as considerações sobre as alforrias no termo da vila de Arez possam contribuir para uma melhor compreensão sobre a escravidão e as possibilidades de alforria em uma região em que a presença da mão de obra escrava tem sido pouco estudada, de maneira que haja uma visão mais ampla sobre o processo de escravidão e dos libertos do Brasil, incluindo-se em tais considerações, também, uma região periférica.

Capítulo I

Arez: entre o urbano e o rural

O termo da vila de Arez e sua espacialidade

Os estudos sobre alforrias, na historiografia sobre esse tema⁹, costumam ser direcionados predominantemente para as áreas urbanas dinâmicas, sobretudo das principais cidades da América portuguesa no século XVIII, bem como para o Brasil Imperial do século XIX. O contexto urbano enfatizado como favorável às manumissões tende a situar os espaços em dicotomias entre rural e urbano e, com isso, pouco se conhece sobre as áreas mais periféricas, como é o caso da Capitania do Rio Grande do Norte, onde a dinâmica urbana não se aproximava daquelas de cidades como Salvador, Recife ou Rio de Janeiro. Para melhor compreender as alforrias no termo da vila de Arez, procura-se, neste capítulo, contextualizar Arez espacial e economicamente, com a finalidade de identificar as possibilidades de atividades nas quais os escravos pudessem estar inseridos e os meios pelos quais pudessem adquirir um pecúlio.

Buscou-se, em documentos do século XVIII, como os inventários publicados pelo historiador Hélio Galvão e em mapas de ocupação dos habitantes, identificar tais atividades, uma vez que não estão mencionadas nas cartas de alforria. Os inventários *post mortem*, ao arrolar os bens do inventariado,

9 Mary Karasch (2000); Stuart Schwartz (2001); Kátia Mattoso (1990).

costumam esclarecer a função dos escravos, pois as funções e habilidades do cativo influenciavam no seu valor. Logo, aqueles que possuíam algum ofício que gerasse alguma renda para o senhor eram avaliados no inventário por preços mais altos do que outros escravos da mesma idade que não fossem artífices geradores de uma renda para o senhor. Porém, poucos escravos arrolados nos inventários transcritos por Helio Galvão são classificados pelas suas funções, embora algumas atividades possam ser presumíveis, levando-se em consideração o rol de bens relacionados ao trabalho.

As primeiras vilas criadas na Capitania do Rio Grande do Norte surgiram a partir de uma política que pretendia, além de povoar e ocupar o território, civilizá-lo¹⁰, e isso incluía estender o governo civil às áreas sob o controle religioso que compreendiam os índios aldeados em missões. O território passava a ter novas delimitações com a criação de vilas e freguesias, cujos limites muitas vezes confundiam-se. Por outro lado, as vilas, delimitações civis, poderiam estar inseridas

10 “Civilizar os índios significa fazê-los vestir-se, ter uma vida espiritual e temporal igual a dos brancos” (FLEXOR, 1995, p. 86). Rubenilson Teixeira expõe o objetivo de civilização dos índios como um dos aspectos próprios do processo de secularização: “Quanto à forma e à função, as aglomerações de origem missioneira parecem sofrer consequências mais diretas da política absolutista e de tendência secular do marquês de Pombal. Acompanhando um processo perceptível em toda a colônia, as vilas provenientes das antigas missões na capitania manifestam um processo de secularização real ou intencional através da preconização de formas urbanas regulares e no objetivo primordial de civilização dos indígenas, que se torna mais importante do que a sua evangelização” (TEIXEIRA, 2009, p. 52).

em uma freguesia¹¹, ou possuir em seu termo¹² mais de uma paróquia.

A vila de Arez, antiga Missão de Guaraíras, foi criada em 1760, quando da transformação das aldeias de missão indígena em vilas, subordinando-se, a partir de então, o controle e a administração dos indígenas ao governo civil. Na segunda metade do século XVIII, quando essas alterações iniciaram-se, a Capitania do Rio Grande do Norte estava dividida em “cinco ribeiras e estas em vilas e freguesias. Recortes de contornos naturais, contendo outros de natureza política e religiosa” (MACÊDO, 2007, p. 209).

As freguesias existentes na Capitania do Rio Grande do Norte até o início da segunda metade do século XVIII, antes da elevação das aldeias de missões religiosas a vilas, eram as seguintes: a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, a Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres, a Freguesia do Glorioso São João da Ribeira do Assu, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e a Freguesia de Sant’Ana¹³. Com a

11 “As paróquias ou freguesias constituíam as células de base da organização eclesiástica na colônia. No âmbito da freguesia desenrolavam-se todas as atividades da vida religiosa; mas elas serviam à administração civil e em particular ao fisco – a paróquia sendo a unidade territorial adotada para diversos atos de natureza administrativa, como os recenseamentos e a cobrança de impostos (como o dízimo)” (FONSECA, 2011, p. 85).

12 O “Termo” corresponde ao território controlado pela Câmara (FONSECA, 2011, p. 30).

13 BN. II – 32, 32,06. Oito documentos Parahyba e Rio Grande do Norte (1757). Relação de toda a extensão desta Cap^a do Rio Grande do Norte, e sua divisão, freguesias e povoações, rios assim navegáveis, como inavegáveis, que nella se contem. [sic]

criação das vilas, enquanto novos espaços coloniais, criaram-se, também, novas freguesias. Instituiu-se nesse contexto a freguesia de São João Batista de Arez, cujos fregueses seriam os índios da antiga missão de Guaraíras, mas também a população que chegasse e a que já vivia nas localidades circunvizinhas da antiga missão.

A vila, sede do termo, estava inserida na Freguesia de São João Batista de Arez, mas o termo passou a incluir, também, a freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres, que já existia desde, ao menos, 1746 (CASCUDO, 1955) e correspondia à povoação de Goianinha¹⁴. Esta povoação já era mencionada em 1757, antes da criação da vila de Arez como possuidora de “bastantes moradores¹⁵”, no entanto esse povoamento não foi levado em consideração quando da criação das sedes dos novos termos, provavelmente pela maior necessidade de controle sobre as localidades dos antigos aldeamentos indígenas, visto que as outras missões também se tornaram sedes administrativas, uma vez que foram elevadas à categoria de vila. Em decorrência das novas configurações espaciais, a povoação de Goianinha tornou-se pertencente ao termo da vila de Arez. Assim, em uma mesma área de administração civil (termo) existiam duas delimitações de administração religiosa (freguesia).

14 Nos Mapas populacionais do século XIX são registrados como denominação das freguesias: Freguesia de Arez e Freguesia de Goianinha.

15 BN. II – 32, 32,06. Oito documentos Parahyba e Rio Grande do Norte (1757). Relação de toda a extensão desta Cap^a do Rio Grande do Norte, e sua divisão, freguesias e povoações, rios assim navegáveis, como inavegáveis, que nella se contem. [sic]

As vilas e as freguesias com suas povoações estavam situadas nas ribeiras¹⁶. A Capitania do Rio Grande do Norte estava dividida em cinco ribeiras na segunda metade do século XVIII.

Quadro 1 – Ribeiras da Capitania do Rio Grande do Norte – 1778				
RIBEIRAS	VILAS E FREGUESIAS			
Ribeira do Norte	Cidade do Natal	Vila de Extremoz	–	–
Ribeira do Assu	Freguesia e Povoação de S. João Baptista do Assu	–	–	–
Ribeira do Apodi	Vila de Portalegre	Freguesia de N. S. da Conceição de Pao dos Ferros	Freguesia de N. S. da Conceição de S. João Baptista das Varzes	–
Ribeira do Seridó	Freguesia de Sant'Ana do Caicó	–	–	–
Ribeira do Sul	Vila e Freguesia de São José	Vila e Freguesia de Arez	Vila e Freguesia de Vila Flor	Freguesia de N. S. dos Prazeres de Goianinha

Fonte: Ideia da População da Capitania de Pernambuco, e de suas anexas, extensão de suas Costas, rios e Povoações, notáveis, agricultura, número dos engenhos, contratos e rendimentos reais, aumento que este tem tido, &^a &^a desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitânicas o Governador Capitam General José Cesar de Menezes. [sic]

16 As ribeiras eram regiões administrativas relacionadas à coleta do dízimo e não especificamente a rios.

Na ribeira do Sul, como se percebe no quadro acima, havia a maior concentração de vilas, as três decorrentes de antigos aldeamentos indígenas. As vilas até então existentes no Rio Grande do Norte foram criadas a partir da transformação de aldeamentos indígenas em vilas de índios decorrentes da administração pombalina. Arez foi uma dessas cinco vilas criadas e, assim como as demais, adquiriu o nome de uma localidade de Portugal, algo que ocorreu com outras vilas também. Sua criação ocorreu, efetivamente, em 15 de junho de 1760, seguindo-se os rituais de levantamento do pelourinho e a eleição para a Câmara. Com isso, instituía-se a municipalidade atribuindo-se funções civis ao lugar (LOPES, 2005). A partir de então, a freguesia de Goianinha integrou-se ao termo de Arez¹⁷, o qual incluía, ainda, localidades rurais como Patané e o engenho Estivas¹⁸, que provavelmente integravam a freguesia de Goianinha, anteriormente.

Nesse novo espaço colonial – a vila –, o poder dos missionários foi substituído pelo poder civil:

O poder único dos missionários jesuítas, que isolara a população indígena aldeada do resto do mundo colonial, criara a incongruência de existirem na colônia povoações que não eram coloniais. Dentro das novas Vilas, o poder dos jesuítas seria substituído pelos poderes laicos, do Diretor e Camaristas, e eclesiástico, do Vigário, que separadamente administrariam a inserção

17 No século XIX, em 1832, Goianinha passou a ser a sede do município, porém, em 1856, Arez tornou-se por resolução provincial independente de Goianinha (LIMA, 1929).

18 Estas localidades são mencionadas nos documentos analisados na pesquisa.

desses espaços no mundo colonial. [...] As novas Vilas de Índios, apesar de permanecerem sendo chamadas assim, estavam abertas aos colonos luso-brasileiros (LOPES, 2005, p 130-131).

A administração das novas vilas ficou a cargo do Diretor de Índios e da Câmara, enquanto a direção espiritual da população ficava sob a orientação do vigário. Com a abertura a novos colonos, nessas áreas antes específicas de índios, constituíram-se novos espaços que se construíram em correlação com os novos vínculos sociais que se tornaram possíveis, incluindo-se aí a participação de escravos de origem africana nas relações de trabalho. Certamente, tais relações de trabalho também incluíam mão de obra livre e indígena, visto que o Diretório dos Índios, apesar de regulamentar as condições legítimas de liberdades dos índios, “deu margem à continuidade de certas práticas de escravidão” (ALMEIDA, 1997, p. 15). Contudo, documentos do século XVIII, como inventários e cartas de alforrias do último quartel do século XVIII e das primeiras décadas do XIX referentes ao termo da vila de Arez evidenciam a participação da mão de obra escrava de origem africana, confirmando novas relações sociais que se tornaram presentes na vila, embora já existentes nas áreas circunvizinhas da antiga missão jesuítica.

Na época da elevação à condição de vila, Arez possuía uma igreja que

estava acabada e era feita em “pedra e cal e nova”, tinha uma pia batismal grande e três pias de água benta em pedra vindas da Paraíba, dez bancos “onde costumavam

sentar os índios e os de fora...”, três confessionários em madeira e um sino grande (LOPES, 2005, p. 173).

Com a elevação à condição de vila, outros espaços além da igreja tornaram-se centrais, como ponto de convergência da população e das relações sociais, como o próprio largo à frente do templo, que, certamente, não se limitou às atividades ligadas à catequização indígena, mas também às atividades civis, além de estabelecimentos de comércio que se instalaram na vila.

Os espaços das missões, organizados de maneira mais orgânica e mais integrada à natureza, foram substituídos por um espaço racionalizado pensado para ordenar, também, a conduta dos indígenas e dos novos moradores que ali se alojassem. Assim, para a instalação da vila, foi estabelecido como deveria ser demarcado o espaço público da praça, do pelourinho e dos demais locais públicos como a casa de vereação (LOPES, 2005). O pelourinho era elemento obrigatório, símbolo da justiça e municipalidade, representava, então, o espaço ordenado por leis, razão por que, geralmente, se situava em frente à instituição administrativa: a casa da Câmara (FONSECA, 2011). Com base em Antônio Rodrigues (2000), Fátima Lopes afirma que

Era a concretização na América de um modelo europeu de reforma da cidade real para atingir uma “cidade ideal” de escopo renascentista que perdurava no imaginário barroco, associada à idéia de uma cultura aristocrática e de um refinamento estético expressos principalmente pela geometrização definida por critérios de organização e ordenação do espaço, que seria capaz de “alterar hábitos e produzir novas relações de sociabilidade” (LOPES, 2005, p. 194).

Torna-se notável a reorganização espacial com o objetivo de atender a uma organização social que se espera concretizar. Essa reorganização inclui um aparato jurídico e administrativo que interfere nas relações que se estabeleceram nessa nova configuração. Não se trata apenas de determinar uma forma urbana ou construções e símbolos. A forma física do espaço constitui-se juntamente com as experiências vividas. Toma-se, aqui, a compreensão de que o espaço é “coconstitutivo” porque ele não existe antes de identidades/entidades e de suas relações (MASSEY, 2009, p. 30), as quais são constituídas juntamente como o modelo de administração que se estabelece e com as relações sociais que se constroem no lugar.

O que pode ser compreendido com base nas considerações de Doreen Massey (2009) sobre a correlação entre espaço e tempo é que a criação das vilas possibilitou novas relações sociais, mas não como uma característica determinada, e sim como algo que ocorre em conjunto e que se estabelece pelas relações, de maneira que o espaço “vila” não é apenas produtor ou produto das relações sociais, mas é, simultaneamente, produto e produtor dessas relações. Assim, ao se tratar neste trabalho das alforrias de escravos no termo da vila de Arez, procura-se considerá-las, na medida do possível, como parte dessa relação.

Enquanto espaço definido juridicamente,

É nas vilas, sedes dos termos e das comarcas, que se concentram as autoridades: ouvidores, juízes, câmaras e as demais.[...] ou se tratava de uma vila então todas aquelas autoridades deviam estar presentes, ou não era vila e não tinha nada. Assistimos por isso aos dois

extremos igualmente absurdos e altamente prejudiciais: vilas com termos imensos, de território inacessível na sua maior parte, aos agentes da administração concentrados na sede; e vilas apenas nominais, em que nem havia gente suficiente e capaz para preencher o número, elevado demais para elas, de cargos públicos (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 303).

Por essa definição, já se pode perceber que as funções administrativas da vila não eram suficientes para lhes garantir um modo de vida urbano, porém esse aparato administrativo possibilitava o acesso a determinadas atuações sociais que não ocorriam nas áreas rurais, como o registro de documentos no tabelionato, a resolução de querelas e outras situações para as quais se precisassem recorrer à sede da vila, uma vez que o deslocamento dos operadores da administração e da justiça às localidades rurais poderia demorar.

Do ponto de vista jurídico, a vila seria considerada um espaço urbano, com funções político-administrativas, entretanto, há ainda que analisar, com base nos costumes, no modo de vida, nas atividades econômicas, entre outros aspectos, se esse espaço estava mais próximo do rural ou do urbano. Logo, “as diferentes denominações empregadas, principalmente, a povoação, a vila e a cidade, não refletiam necessariamente o nível de desenvolvimento ou de crescimento urbano das localidades” (TEIXEIRA, 2009, p. 59).

A vila de Arez, neste trabalho, é abordada a partir da sua delimitação jurídica, cujo espaço é delimitado pelo aspecto administrativo (embora o foco do trabalho não seja a administração) e, neste caso, refere-se à vila e seu termo,

o qual inclui outras localidades, como Patané, o engenho Estivas e a povoação de Goianinha, além do entorno rural com sítios e fazendas. A vila era a localidade que constituía a sede da área administrada pelo senado da Câmara. Esta área administrativa, em Portugal denominada “concelho¹⁹” [sic], “podia conter várias povoações, mas também zonas rurais que dependiam da mesma câmara, embora pertencentes a diferentes freguesias” (FONSECA, 2011, p. 28), como é o caso de Arez, cujas localidades já citadas, como Patané, Estivas e a povoação de Goianinha estavam subordinadas do ponto de vista administrativo à vila de Arez, uma vez que não possuíam autonomia jurídico-administrativa²⁰.

Por estar juridicamente vinculada à Arez, toda a realização de atos civis realizava-se perante os responsáveis administrativos da vila. Por isso, os registros de alforria, objeto principal deste trabalho, encontravam-se nos livros do cartório de Arez, embora as alforrias pertencessem a escravos de diferentes localidades do termo da vila. Alguns registros de alforria são, inclusive, do termo vizinho da vila de São José, o que demonstra a interação que

19 “Concelho” (escrito com a letra c) refere-se a uma área administrativa. Segundo Cláudia Damasceno Fonseca, o concelho era uma unidade de administração territorial da organização político-administrativa portuguesa. “Cada concelho possui duas partes distintas, que os textos coevos nem sempre diferenciam de maneira nítida: a vila núcleo urbano principal, onde se reúne a câmara — e seu termo — o território de jurisdição dos oficiais camarários, que inclui geralmente várias outras localidades” (FONSECA, 2011, p. 27). A denominação “concelho” não foi muito utilizada no Brasil.

20 Cláudia Damasceno Fonseca explica, ainda, que a palavra “lugar” era utilizada em Portugal para “núcleos” que não possuíam autonomia administrativa (FONSECA, 2011, p. 28). Na documentação utilizada neste trabalho, encontrou-se a referência a lugar, para tais áreas, como descreveu Fonseca.

havia entre as vilas, pois os moradores de uma vila usufruíam de serviços proporcionados nas vilas vizinhas.

A ordenação do espaço urbano era regulamentada pelas posturas municipais. Por conseguinte, as normas começaram a reger a vida da população da vila. Tão logo aparecesse alguma desordem no espaço urbano, caberia aos administradores corrigi-la, e à população caberia seguir as orientações da Câmara. Seria fundamental uma análise das posturas municipais para uma melhor compreensão da organização do espaço urbano, no entanto não foi encontrada essa documentação referente à vila de Arez para o período estudado. Mas as normas de organização do espaço público já aparecem nos primeiros momentos da vila, conforme expôs Fátima Martins Lopes (2005), quando o Diretor da vila de Arez recebeu a comunicação do governador de Pernambuco o qual, em carta²¹, informava que

os porcos do Vigário deveriam ser mantidos em currais devidos. [...] Para se protegerem do avanço dos animais sobre suas plantações, na falta de cercas, por carecerem de madeira, os moradores de Arez foram obrigados a construir umas valas em torno de suas plantações para impedir que os animais avançassem sobre as lavouras. Com as terras retiradas dessas valas, deveriam plantar árvores para fazerem “tapagens”, isto é, cercas vivas com a mesma finalidade. Era o cercamento “civilizado” em contraposição ao caos da natureza e da organização indígena (LOPES, 2005, p. 213).

21 Fátima Martins Lopes utiliza a seguinte fonte: BN-I-12,3,35, fl. 28-29v., Carta do governador de Pernambuco ao Diretor da Vila de Arez, Domingos Jaques da Costa, em 16/04/1761.

Esse exemplo ilustra a interferência do poder civil no uso dos espaços públicos, bem como certo conflito sobre esses usos, uma vez que, para as autoridades, a presença de animais de criação soltos pela rua, por exemplo, era vista como desordem, no entanto parecia ser bastante natural para a população. A rua apresenta-se, portanto, como espaço racionalizado, contrário ao espaço natural.

Para evitar a permanência de animais nas áreas públicas, o governador sugeriu a construção de currais comuns nas proximidades da povoação (LOPES, 2005). Tanto a presença de animais no espaço urbano quanto à recomendação de currais nas adjacências da vila sugerem que os aspectos rurais estavam muito presentes nas primeiras vilas da Capitania do Rio Grande do Norte, incluindo Arez. Além disso, revela-se, também, a presença da atividade pecuária na proximidade da vila. Estas observações, ainda que referentes ao início da segunda metade do século XVIII, quando da criação da vila, demonstram a dificuldade de tratar esses espaços de maneira dicotômica, classificados por urbanos ou rurais, pois parece que, na experiência, esses elementos misturavam-se e faziam dessas vilas espaços híbridos caracterizados por elementos urbanos, como o aparato administrativo e as normas de conduta no espaço, bem como por atividades de caráter tipicamente rurais, como a criação de animais.

A situação das vilas de origem missioneira até a primeira metade do século XIX ainda era de pouca expressão urbana, e são consideradas por Rubenilson Teixeira (2009) como semirurais, argumento que o autor defende com base em documentos

do século XIX que descrevem as vilas²². Deste modo, o autor observa que “é plausível deduzir que as comunidades em questão [de origem missioneira] não sofreram grandes transformações sociais e econômicas” (TEIXEIRA, 2009, p. 299). A documentação que o autor analisa descreve Arez enfatizando os aspectos naturais do entorno da vila, tais como a paisagem na qual se insere a Lagoa de Guaraíras, em detrimento de aspectos relacionados ao comércio e às atividades urbanas.

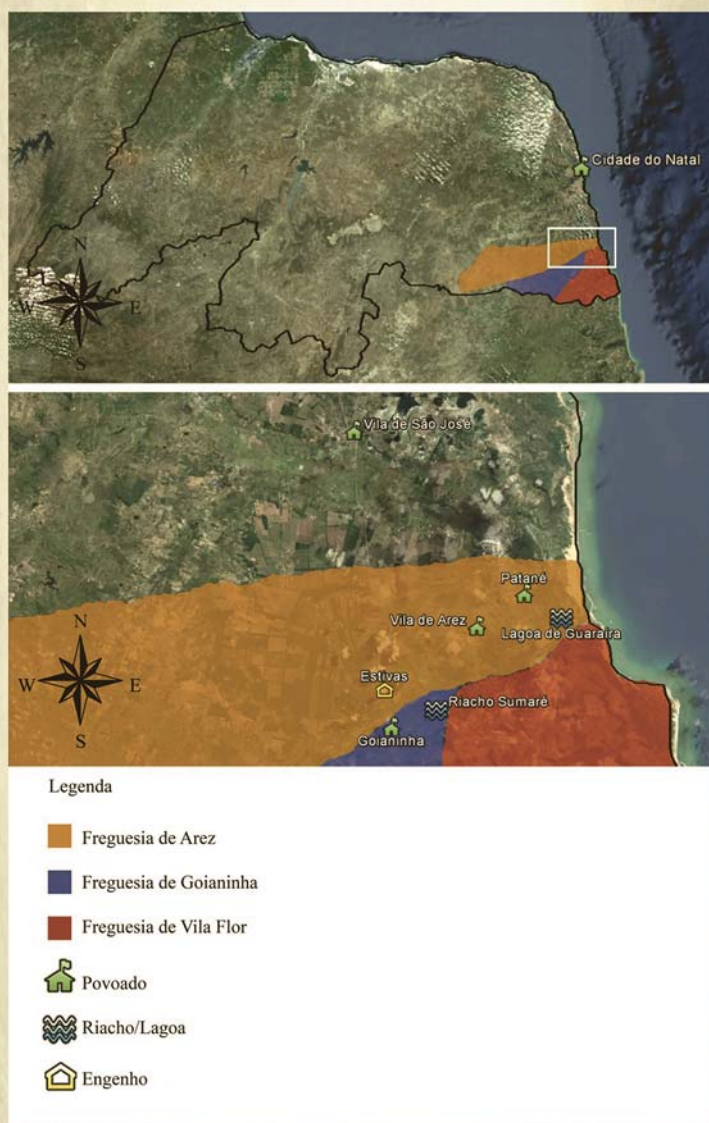
Desse modo, de missão indígena a vila, Arez adquiriu um aparato administrativo e jurídico e, além disso, foram criados espaços públicos, mas isso não seria suficiente para produzir um espaço tipicamente urbano na sede da vila.

Os escravos presentes nos inventários *post mortem*

Com base nas transcrições dos inventários do século XVIII e das primeiras décadas do XIX (1705-1829), procurou-se identificar o tamanho das escravarias e as atividades nas quais os escravos poderiam atuar. Estas transcrições realizadas pelo escritor Hélio Galvão são de inventários de moradores da povoação de Goianinha, Patané, Estivas e Arez, e localidades rurais que passaram a compreender o termo da vila de Arez a partir de 1760. Para uma melhor visualização das localidades do termo da vila de Arez, observe-se o mapa seguinte:

22 O autor elabora sua conclusão com base no seguinte documento: BN. I-31,17,38, CEHB, nº 449, código 14-2, nº 13, 31/05/1881. Descrição do município de Arez.

Figura 1 – Mapa aproximado das freguesias de Arez, Goianinha e Vila Flor e detalhe do mapa com localidades das freguesias



Projeção aproximada das freguesias de Arez, Goianinha e Vila Flor sobre delineação do mapa atual do Rio Grande do Norte. Elaborado por Yuri Pablo B. S. da Silva, bolsista do LEHS – UFRN, com base nos documentos: Ideia da População da Capitania de Pernambuco, e de suas anexas, extensão de suas Costas, rios e Povoações, notáveis, agricultura, número dos engenhos, contratos e rendimentos reaes, aumento que este tem tido, &ª desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitânicas o Governador Capitão General José Cesar de Menezes. Anaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, v. 40, 1918. [sic]

Os inventários referentes ao período anterior ao ano de criação da vila são principalmente da povoação de Goianinha e áreas rurais, incluindo o engenho Estivas. Ao todo, são 50 inventários transcritos, dos quais 49 eram do termo da vila de Arez, sendo que 39 deles continham escravos.

Havia, entre os 50, oito inventários incompletos, um dos quais que seria importante para o cruzamento de informações com as cartas de alforria. Pertencia à Dona Catharina Barbosa, em nome de quem há algumas cartas de alforria concedidas. Além de incompleto, o inventário dessa senhora somente trazia o valor referente aos escravos, mas não a quantidade. Somente foi possível quantificar os escravos em 38 inventários. É com base nesses 38 inventários e nas características que apresentam que foram determinados os tamanhos das escravarias²³:

Quadro 2 – Tamanho das escravarias – (1705-1829)	
ESCRAVARIAS	QUANTIDADE DE INVENTÁRIOS
Pequena (1 a 5)	23
Média (6 a 14)	8
Grande (15 a 25)	6
TOTAL	38

Fonte: inventários *post mortem*. GALVÃO, Helio. Velhas heranças. *Revista Bando*, Natal, v. 2, nº 1, ano 3, p. 12-46, Ago-Set. 1951; v. 4, nº 6, ano 5, p. 77-121, Jul-Ago, 1954. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. LIX, LX, LXI, p. 67-92, 1974; v. LXIII-LXIV, p. 117-147, 1972.

23 A divisão das escravarias foi realizada com base na realidade local apresentada pelos inventários *post mortem*, nos quais o maior número de escravos foi de 25 pessoas.

Observa-se, então, uma predominância de pequenas posses de escravos, o que parece condizente com as atividades que se podem identificar nesses documentos. As maiores escravarias eram de produtores de açúcar e de algodão (incluindo um produtor em 1819). Esses também possuíam mais de uma propriedade de terra, nas quais criavam gado. A maior quantidade de escravos ainda pode ser considerada pequena diante da escravaria da herdeira do engenho Cunhaú, no termo de vila Flor, considerado o maior engenho na época. Em 1823, quando do inventário, a proprietária possuía 154 cativos distribuídos entre o engenho e fazendas (MEDEIROS FILHO, 1993).

Os bens elencados nos inventários de moradores do termo da vila deixam explícita a predominância de uma economia de base agrícola para consumo e de criação de gado. Trata-se de um lugar de poucos senhores de engenho, mas de senhores de escravos de pequenas posses. Alguns senhores possuíam terras de criar gado nas margens que seguem o curso do rio Trairí ao longo do extenso termo que se limita com a freguesia de Santana. Outros senhores viviam de suas lavouras nas proximidades da vila.

Os inventários *post mortem* abarcam um período entre 1704 e 1829. Pelo fato de compreenderem um intervalo de tempo maior do que o referente às alforrias (1774-1827), foi dividido em dois períodos: um que abrange os documentos de período anterior à criação da vila; e o segundo período, que compõe o intervalo de tempo a partir da criação da vila até 1829, compreendendo o período delimitado pela documentação disponível.

Quadro 3 – População escrava nos inventários <i>post mortem</i> – 1704-1829							
PERÍODO	HOMENS	%	MULHERES	%	CRIANÇAS (0-12)	%	TOTAL
1705-1760	19	29,23	28	43,07	18	27,70	65
1761-1829	63	34,61	51	28,02	68	37,37	182

Fonte: inventários *post mortem*. GALVÃO, Helio. Velhas heranças. *Revista Bando*, Natal, v. 2, nº 1, ano 3, p. 12-46, Ago-Set. 1951; v. 4, nº 6, ano 5, p. 77-121, Jul-Ago, 1954. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. LIX, LX, LXI, p. 67-92, 1974; v. LXIII-LXIV, p. 117-147, 1972.

A razão de sexo²⁴ no primeiro intervalo de tempo é de 67,85 e no segundo é de 123,52. Apesar da diferença entre o número de homens e mulheres, a desproporção não chega a ser grande como em áreas de grande produção para exportação, que chegavam a ter uma razão de sexo maior que 150 ou 200. A proximidade entre os números de mulheres e de homens é mais comum nas áreas de criação de gado e de agricultura de alimentos. Logo, a proporção entre homem e mulher indicada pelos inventários corrobora a indicação de pouca atividade açucareira local de exportação, uma vez que nas atividades

24 A razão de sexo (nº de homens/nº de mulheres)x100; foi calculada para homens e mulheres com idade acima de 12 anos. A razão de sexo expressa a relação quantitativa entre homens e mulheres. Se igual a 100, o número de homens e mulheres se equivalem; acima de 100, há predominância de homens e, abaixo há predominância de mulheres. Disponível em: <<http://www.ripsa.org.br/fichas/IDB/record.php?node=A.2&lang=pt>>.

de agroexportação era mais comum o desequilíbrio entre os sexos²⁵.

As áreas de criação de gado, admite Sheila Faria (1998), eram mais propensas à formação de famílias escravas, pois a constituição de família estabilizava os escravos e contribuía para evitar fugas. Além disso, contribuía para uma maior quantidade de crianças, isto é, de reprodução endógena de cativos nessas áreas. Nos inventários *post mortem* do termo da vila de Arez há poucas informações quanto à fuga de escravos. Se as fugas eram poucas como revelam esses documentos, isso pode estar relacionado à formação de famílias, como aponta Sheila Faria (1998), ou, ainda, como expõem Eduardo França Paiva (2001), às poucas referências às fugas e aos instrumentos de castigo nos inventários *post mortem* podem ser compreendidas como uma possível estabilidade nas relações entre senhores e escravos. De fato, não foram encontrados instrumentos de castigo nos bens inventariados dos senhores em Arez, o que, no entanto, não quer dizer que não houvesse tais instrumentos ou que não houvesse castigo. A pouca identificação de escravos como fujões também pode ser resultado de alguma manobra para evitar a desvalorização dos cativos fujões, pois eles geralmente eram avaliados com valor mais baixo. Logo, os dados referentes às fugas não são suficientes para inferir a estabilidade conforme inferiu Eduardo F. Paiva em seus estudos.

25 Schwartz (1992) e Faria (1998) abordam a discrepância entre o número de homens e mulheres nas áreas de produção açucareira. Segundo Schwartz, na Bahia chegava a 2:1 a proporção entre homens e mulheres. Tratando de Campinas, Robert Slenes (2011) afirma que as razões de sexo em Campinas, entre 1801 e 1829, eram semelhantes às áreas de *plantation* no Rio e em São Paulo.

Como não se sabe se havia outros inventários *post mortem* para o período, além dos transcritos por Helio Galvão, considera-se mais pertinente a utilização dos dados como elementos que traçam um provável perfil da sociedade. A ausência dos textos de testamentos que acompanhavam alguns dos inventários, além da falta de outras fontes que permitissem um melhor estudo demográfico, sobretudo que possibilitasse maiores informações sobre a população escrava, torna mais difícil a elaboração de conclusões com base apenas nos inventários.

Mesmo assim, apoiando-se nos dados dos inventários *post mortem* do termo da vila de Arez e considerando-se o exame realizado por Sheila Faria (1998), pode-se admitir que a formação de famílias não foi um empecilho para os escravos, dado o alto índice de crianças, embora a ausência de outros documentos impossibilite, no momento, um estudo mais conclusivo da formação dessas famílias. A razão de sexo está mais próxima das razões encontradas para áreas de produção de alimentos e pecuária do que das razões encontradas para áreas de agroexportação, onde as porcentagens de africanos presentes na população também eram maiores. Logo, apesar da agroexportação do açúcar não estar ausente em Arez, ela, por ser em pequena proporção, não deve ter gerado uma grande desproporção entre homens e mulheres.

Como se vê no quadro a seguir, a população africana entre os cativos arrolados nos inventários atingiu índices pequenos. Em contrapartida, a maioria dos escravos era nascida no Brasil. Quanto à procedência e à cor dos escravos, encontraram-se os seguintes dados:

Quadro 4 – Procedência/cor da população escrava nos inventários <i>post mortem</i>						
PROCEDÊN- CIA/ COR	1705- 1760	%	1761- 1829	%	TOTAL	%
Angola	8	12,31%	25	13,74%	33	13,36%
Guiné	13	20,00%	3	1,65%	16	6,48%
Mina	2	3,08%	1	0,55%	3	1,22%
Crioulo	16	24,61%	54	29,67%	70	28,34%
Negro	2	3,08%	8	4,40%	10	4,05%
Preto	—	0%	1	0,55%	1	0,40%
Mulato	10	15,38%	31	17,03%	41	16,60%
Pardo	—	0%	1	0,55%	1	0,40%
Cabra	7	10,77%	45	24,72%	52	21,05%
Curiboca	1	1,54%	—	0%	1	0,40%
Tapuia	4	6,15%	—	0%	4	1,62%
Mameluco	2	3,08%	—	0%	2	0,81%
Mestiço	—	0%	1	0,55%	1	0,40%
Não identifi- cado	—	0%	12	6,59%	12	4,86%
TOTAL	65	100%	182	100%	247	100%

Fonte: INVENTÁRIOS *post mortem*. GALVÃO, Helio. Velhas heranças. *Revista Bando*, Natal, v. 2, nº 1, ano 3, p. 12-46, Ago-Set. 1951; v. 4, nº 6, ano 5, p. 77-121, Jul-Ago, 1954. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. LIX, LX, LXI, p. 67-92, 1974; v. LXIII-LXIV, p. 117-147, 1972.

Além de atestar uma proporção pequena de escravos de origem africana, esses dados atestam a concomitância entre

escavidão indígena e africana no século XVIII, de modo que índios e negros trabalharam juntos, o que certamente contribuiu para a miscigenação. As diferentes denominações com que são citados, como curiboca e mameluco, já evidenciam essa miscigenação. O uso do termo mestiço na classificação, por sua vez, demonstra não haver uma identificação clara das origens da mestiçagem.

O escravo Agostinho, de 19 anos, classificado como mestiço, foi avaliado em 100 mil-réis no inventário de Antônio José Teixeira de Moraes, em 1766. O preço foi equivalente ao de outros escravos da mesma idade, geralmente avaliados entre esse valor e 120 mil-réis. Em outros inventários, o valor dos escravos de origem indígena é bem menor do que o dos escravos de origem africana. A tapuia Brasia, de 20 anos, foi avaliada em 20 mil-réis, em 1718, enquanto Florência, mulata, e Grazia, da Guiné, ambas com 20 anos, foram avaliadas cada uma por 120 mil réis. Os escravos mamelucos possuíam preços semelhantes aos dos crioulos e dos mulatos. Como não há identificação das funções desempenhadas por esses escravos, não fica muito claro o motivo de os tapuias serem avaliados em valor bem mais baixo, razão por que é difícil sustentar que a diferença de valor esteja relacionada apenas à origem étnica.

De qualquer modo, é presumível a permanência do uso de mão de obra escrava de origem indígena, mesmo que em menor quantidade do que a mão de obra de origem africana, ao longo do século XVIII. Em estudo sobre a freguesia de Santana do Seridó, Helder Macedo (2008) aponta a existência de índios e mestiços tanto de índios quanto de negros nas

atividades da pecuária e da agricultura, demonstrando que não havia exclusividade de uma ou de outra etnia nas atividades econômicas do sertão.

Sabe-se que os índios da Missão de Guaraíras continuaram a ser explorados depois de extinta a missão e criada a vila, quando ficaram sob a administração de um diretor civil. Fátima Martins Lopes (2005) relata, para os primeiros anos após a criação da vila, reclamações dos índios quanto aos diretores de índios que os mandavam para diversos serviços com a finalidade de receber os 6% dos serviços indígenas aos quais tinham direito.

De fato, os índios estavam sujeitos ao trabalho na vila e poderiam ser muito úteis, como conhecedores da região, para capturar escravos fugidos. O inventário de Pedro da Cunha Calheiros relata uma dívida de 1\$200 “aos soldados e índios e seu cabo que foram à Imbossica prender um escravo que andava disperso naquele lugar²⁶”. Esses dados permitem inferir que a complexidade das relações de trabalho incluindo africanos, índios e mestiços foi mais evidente do que a historiografia local tradicional considera.

Os escravos de procedência africana arrolados nos inventários *post mortem* são predominantemente denominados Angola (13,36%), poucos denominados da Guiné (6,48%) e Mina (1,22%). Em termos percentuais, há uma diminuição significativa de escravos da Guiné nos dois períodos especificados no Quadro 4, enquanto o percentual de Angola teve

26 INVENTÁRIO de Pedro da Cunha Calheiros. GALVÃO, Helio. Velhas heranças. *Revista Bando*, Natal, v. 2, n. 1, ano 3, p. 12-46, ago-set. 1951.

pouca alteração. As cartas de alforria às quais se referem os capítulos seguintes também demonstram a predominância Angola entre os escravos africanos, no termo da vila de Arez.

A classificação “negro” (4,05%) aparece, isoladamente, em dez casos, conforme se vê no quadro, mas também aparece em outros atrelada à procedência africana ou crioula, como “negro de Angola”, “negra crioula”, embora o africano de Angola seja referido na documentação com mais frequência como “gentio de Angola” ou “gentio da Guiné”. Situação idêntica também ocorre com a classificação “preto”, que aparece isoladamente (um caso referido no Quadro 4) ou como “preto de Angola,” ou “preto crioulo.” Aliás, em um mesmo inventário consta, no rol dos escravos, um preto crioulo e um negro crioulo. Assim, escravos pretos e negros ou seriam africanos ou descendentes destes, afastando-se, portanto, da designação “negro da terra”, expressão que não aparece na documentação de Arez, mas que era usada no período colonial para se referir a escravos indígenas (SCHWARTZ, 1988).

Os mulatos constituem maior número nos inventários e também entre os escravos libertados nas cartas de alforria. Crioulos, mulatos e cabras compõem a maioria da população e denotam um aumento da mestiçagem ao longo da segunda metade do século XVIII, quando a categoria “cabra” aparece com mais frequência. Algumas considerações mais aprofundadas sobre as categorias de cor e procedência dos escravos são realizadas no terceiro capítulo.

No momento, o que se pretende destacar, com base nos inventários aqui analisados, é que predominavam, mesmo no

período anterior à criação da vila, pequenas escravarias, nas quais os escravos de origem africana se sobressaíam em relação aos de origem indígena. Procedentes, sobretudo, dos portos de Angola, africanos, além de crioulos e mestiços, compunham a mão de obra escrava no termo da vila de Arez.

O predomínio de pequenas escravarias indica uma maior quantidade de escravos com relações de proximidade com os senhores, o que em um contexto rural revela que “a proximidade espacial entre as partes não era, portanto, particularidade da escravidão urbana, embora inegavelmente fosse maior nas cidades do que nas áreas rurais” (SOARES, 2009, p. 44).

Outro aspecto relacionado às localidades de pequenas escravarias é que, uma vez que posse de escravos era um elemento de diferenciação social, essa diferenciação se fazia mais evidente, pois “a hierarquização dos livres seria ainda mais marcante em áreas ou períodos em que os escravos formassem um grupo de pouca representatividade percentual” (MACHADO, p. 49).

Para garantir a subsistência

Até as primeiras décadas do século XIX, pode-se constatar, na documentação disponível a respeito da população e da economia de Arez, que os elementos urbanos ainda estavam longe de se sobressaírem, pois, nessa vila, os proprietários viviam principalmente das atividades relacionadas à agricultura e à pecuária, nas quais também se empregava a mão de obra escrava. A identificação de atividades econômicas que pudessem ser realizadas por escravos e que estavam presentes nos

inventários *post mortem* visa a um possível reconhecimento dos meios que pudessem possibilitar acúmulo de pecúlio para a compra de alforria.

Dos 38 inventários que mencionavam escravos, 23 (60,53%) possuíam bens relacionados à mandioca, arrolados nos documentos em covas de roça de mandioca ou instrumentos de beneficiamento, como roda de moer mandioca e aviaamentos de fazer farinha. A mandioca é, portanto, a produção agrícola mais mencionada nos inventários, estando presente entre os proprietários de todos os tipos de escravaria dentre os 38 inventários *post mortem*. Outros gêneros alimentícios são citados, porém, poucas vezes, como milho e arroz. Há, também, menção a árvores frutíferas, como coqueiros e laranjeiras, provavelmente destinadas ao consumo interno das unidades familiares, não se excluindo dessas produções para autoconsumo a venda de excedentes. Note-se que as culturas alimentares destinadas apenas ao consumo doméstico dificilmente aparecem entre os bens inventariados (MATTOS, 2009, p. 92).

Os bens relacionados ao açúcar apresentam-se nos inventários em itens como “molinete de moer cana”, “caldeira”, “caixões de açúcar”, “carro de cana”, e fazem parte dos inventários que possuem maior quantidade de escravos. Quatro inventários de maior escravaria fazem referência a algum bem relacionado à cana-de-açúcar, e um, em 1819, ao algodão.

Havia poucos engenhos no termo da vila de Arez. De acordo com o relatório do Capitão José Cesar de Meneses, de 1774 (ver Quadro 9, p. 95), existiam de onze engenhocas e três

engenhos reais na freguesia de Goianinha. Os inventários, por sua vez, mencionam explicitamente o engenho Estivas e o engenho Jardim. Dessa maneira, esses inventários, que fazem poucas alusões a engenhos e açúcar e muita referência aos bens ligados à agricultura, sugerem a existência de poucos engenhos, em uma economia predominante de autoconsumo e abastecimento, o que colabora para a compreensão, na época, do Rio Grande do Norte como capitania em posição periférica à de Pernambuco. O núcleo, na concepção de Russell-Wood (1998), estaria relacionado aos centros urbanos multifuncionais, que funcionam para a periferia, como centros administrativos, de bispado, de comércio e de defesa. Sob o aspecto econômico, a periferia abasteceria o núcleo de gêneros alimentícios e matéria-prima de exportação, conforme ocorria com a da Capitania do Rio Grande do Norte em relação a Pernambuco.

No plano político, a Capitania do Rio Grande do Norte estava subordinada à de Pernambuco e, juridicamente, à da Paraíba, o que dificultava a sua autonomia, contribuindo, assim, para sua condição periférica em relação às suas vizinhas²⁷. A subordinação também ocorria no plano econômico, uma vez que, no Rio Grande do Norte, havia poucos engenhos, a agricultura era voltada ao consumo, e as exportações

27 Em artigo a ser publicado, Carmen Alveal analisa a sobreposição de jurisdição envolvendo a capitania do Rio Grande do Norte, a da Paraíba e a de Pernambuco, e observa o favorecimento de umas capitanias em detrimento de outras, além de a capitania anexa funcionar como possibilidade de cargos de poder para secundogênitos das capitanias de Pernambuco e Paraíba. Cf. ALVEAL, C. *Os desafios da governança e as relações de poder na capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII*.

destinavam-se às capitanias vizinhas. No interior da capitania, a pecuária difundiu-se como atividade complementar à produção açucareira no litoral, e em momentos de crise do açúcar, a pecuária voltava-se basicamente para a subsistência (MACÊDO, 2007, p. 35).

A economia açucareira pouco significativa em comparação com a de Pernambuco é reconhecida por Câmara Cascudo (1984) como elemento que justificava a pouca presença de mão de obra escrava no Rio Grande do Norte, tendo em vista que “as atividades econômicas se resumiam na criação de gado e roçarias de mandioca, milho e feijão, era desnecessária grande cópia de escravos²⁸” (CASCUDO, 1984, p. 44). Essas atividades voltadas para o abastecimento da própria capitania ou para abastecimento do núcleo, no caso Pernambuco, situavam, portanto, a capitania do Rio Grande do Norte em uma posição periférica em relação à Pernambuco.

As localidades que compunham o termo de Arez não fugiam à condição periférica. Pelo que se pode observar nos inventários e em mapas de produção e de ofícios, havia uma predominância de atividades ligadas à produção de alimentos, à criação de gado, sobretudo nas áreas mais marginais do termo, e poucas referências a atividades urbanas, como o comércio.

A presença de gado nos inventários do XVIII é frequente, tanto o vacum quanto o cavalari, porém o caprino, bem como animais de pequeno porte como suínos e ovinos não foram citados, talvez pela pouca importância econômica. A criação

28 Estudos mais recentes têm demonstrado a relevância da mão de obra escrava na pecuária e em outras atividades. Cf. Macêdo (2007) e Lopes (2011).

de gado por proprietários da área que passou a compreender o termo de Arez estendia-se por terras ao longo do rio Trairí, principalmente. Os rebanhos variavam em quantidade. Porém, é significativa a quantidade dos inventariantes que possuíam gado, sobretudo bovino, em propriedades de terras mais distantes do litoral, algumas das quais adquiridas pelo sistema de sesmarias, sob justificativas de terras para a criação de gado, a exemplo de Felix Ferreira da Silva²⁹, que recebeu sesmarias entre o rio Potengi e Trairí, e Manuel Rodrigues Taborda³⁰, que recebeu terras na ribeira do Apodi. Em outros inventários, em que constam gado entre os bens elencados, constam também terras nas proximidades da povoação de Goianinha, da Lagoa de Guaraíras e em Patané, localidades que já se delineavam com base na agricultura e na criação de gado anteriormente à instalação do termo da vila de Arez, quando a localidade da sede da vila era ainda a Missão de Guaraíras.

29 CARTA de sesmaria doada a Felix Ferreira da Silva, em 27 de Junho de 1754. Plataforma SILB-RN 0617; CARTA de sesmaria doada a Felix Ferreira da Silva, em 17 de Junho de 1744. Plataforma SILB-RN 0542. A plataforma SILB (Sesmaria do Império Luso-Brasileiro) é uma base de dados que pretende disponibilizar online as informações das sesmarias concedidas pela Coroa Portuguesa no mundo atlântico. Acesso em: 12 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.silb.cchla.ufpb.br>>. INVENTÁRIO de Felix Ferreira da Silva. GALVÃO, Helio. Velhas heranças. *Revista Bando*, v. 4, nº 6, ano 5, p. 77-121, Jul-Ago, 1954. INVENTÁRIO de Antônio José Teixeira de Moraes. GALVÃO, Helio. Velhas heranças. *Revista Bando*, v. 4, nº 6, ano 5, p. 77-121, Jul-Ago, 1954.

30 CARTA de sesmaria de Manuel Rodrigues Taborda, em 20 de outubro de 1716. Plataforma SILB-RN 0349. Acesso em 12 dez. 2012. O mesmo Manuel Taborda é inventariante de Joana de Barros Coutinho.

A reiterada presença de gado nos inventários do século XVIII é, na maioria das vezes, acompanhada da presença de escravos. Dos 26 inventariantes que possuíam escravos, somente um não possuía gado. Trata-se de Isabel Soares, que possuía apenas uma escrava, uma tapuia chamada Maria, que estava fugida. No inventário de Isabel Soares há poucos bens, entre os quais uma propriedade de terra e instrumentos de agricultura. Os demais inventários que elencam gado em seu rol também apresentam instrumentos de agricultura, o que leva a crer que eram essas as principais atividades econômicas das proximidades da Missão de Guaraíras e, posteriormente, do termo da vila de Arez, uma vez que os inventários da segunda metade do século XVIII, referentes ao período posterior à criação da vila, também apresentam gado e bens relativos à agricultura.

Quando criada a vila e freguesia de Arez, seus limites confrontavam-se, no sertão, com a freguesia de Santana, na serra do Japi³¹. Do litoral até lá havia terras abundantes para a criação de gado que já haviam sido ocupadas com essa finalidade, como as já citadas sesmarias na ribeira do Trairí. Outras estavam situadas além do termo, na ribeira do Assu, que, entre as ribeiras da Capitania do Rio Grande do Norte, “contava com o maior número de fazendas [...] A razão para que isso

31 IDEIA da População da Capitania de Pernambuco, e de suas anexas, extensão de suas Costas, rios e povoações, notáveis, agricultura, número dos engenhos, contratos e rendimentos reais, aumento que este tem tido, &ª &ª desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitánias o Governador Capitán General José Cesar de Menezes. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. XL, 1918. Rio de Janeiro: Oficinas Gráfica da Bibliotheca Nacional, 1923. [sic]

ocorresse era a disponibilidade de vales úmidos na área da várzea do Açu e Apodi” (MACÊDO, 2007, p. 119). Assim, pode-se notar a espacialidade sendo definida pelas experiências vividas, as quais incluem os meios de sobrevivência humana, em um sentido, como já foi mencionado, de correlação, em que os limites definidos política ou eclesiasticamente eram, então, extrapolados pela experiência humana. Embora o território fosse definido politicamente em grandes extensões, as áreas ocupadas com finalidades de criação de gado por proprietários moradores do termo da vila de Arez eram delimitadas, também, pelas suas proximidades com os rios que garantissem água para a manutenção dos rebanhos.

Ao analisar documentos referentes à Capitania da Paraíba do Sul no século XVII, Sheila de Castro Faria infere que a necessidade de mão de obra para cuidar de currais de gado era pequena, de modo que “um curraleiro e sua mulher poderiam cuidar bem de 250 cabeças de gado” (FARIA, 1998, p. 328). Portanto, pequenas escravarias eram suficientes para a criação de gado dos proprietários que figuram nos inventários *post mortem*. Certamente, esses escravos poderiam trabalhar ao lado de trabalhadores livres, contudo é possível perceber a participação da mão de obra escrava na atividade pecuária em outras capitanias, tais como no Rio Grande do Norte³².

A atividade econômica que mais se destaca em outros documentos do termo da vila de Arez é a agricultura de alimentos, que aparece em destaque tanto nos documentos do século

32 A respeito dessa capitania, alguns estudos já destacam o papel da mão de obra escrava na pecuária no Seridó (Macêdo, 2007; LOPES, 2011).

XVIII quanto nos do século XIX. E dentre as atividades agrícolas, o cultivo mais frequente para o período aqui estudado é a mandioca. A lavoura de mandioca já era significativa em Arez desde o século XVII, junto com outros produtos agrícolas que permeavam as terras férteis nas proximidades da Lagoa de Guaraíras (BARBALHO, 2005). Indícios do cultivo de mandioca e de outras atividades já existentes antes da criação da vila aparecem no inventário dos bens pertencentes à Missão de Guaraíras elaborado quando do fim dos aldeamentos missionários, no qual constam instrumentos que se relacionam ao cultivo da planta, como os ralos de ralar mandioca e urupemas (LOPES, 2005).

A farinha de mandioca foi um importante produto alimentício na América Portuguesa, e sua produção abastecia o mercado interno. Na Capitania do Rio Grande do Norte, despontou como um dos principais produtos de consumo e de exportação na primeira década do século XIX (DIAS, 2011, p.151), mas a importância da produção de farinha para o consumo e abastecimento da população já era preocupação das autoridades no século XVIII. Em 1788, o Governador de Pernambuco ordenou o controle do que foi plantado pelos agricultores de cada termo e reforçou a obrigação de todos plantarem mandioca, pois esta era o alimento principal e indispensável para a população (LOPES, 2005).

A ordem de cultivo de gêneros alimentícios para uma capitania anexa exemplifica, também, a relação periférica do Rio Grande do Norte em relação a Pernambuco. Certamente, no entanto, a ordem do governador não foi o único fator de incentivo à agricultura da mandioca e ao seu beneficiamento,

pois a presença da mandioca na alimentação é, também, cultural. Como mencionado anteriormente, já fazia parte das atividades desenvolvidas na missão indígena de Guaraíras. A mandioca era usada na alimentação diária indígena e tornou-se muito comum no consumo de muitos pratos regionais no Brasil (CASCUDO, 2001).

A generalização do cultivo da mandioca como um importante elemento na vida da população é confirmada pelos inventários referentes ao termo da vila de Arez no século XVIII³³, em cujo rol de bens foi frequente a presença de instrumentos para a fabricação de farinha ou mesmo para o cultivo da mandioca. Para uma área litorânea onde havia engenhos, esperava-se que se sobressaíssem mais elementos relacionados à economia açucareira, no entanto eles pouco apareceram. A mandioca mostrou-se muito mais constante, corroborando a noção de que a Capitania do Rio Grande do Norte era mais importante como produtora de mantimentos. No século XVIII, a mão de obra escrava certamente estava empregada nessas atividades.

Além das terras férteis no entorno da lagoa de Guaraíras e do hábito alimentar bastante difundido, que certamente também favoreceu a plantação de mandioca, há que considerar as possibilidades técnicas que facilitavam a escolha desse produto, pois

33 GALVÃO, Helio. Velhas heranças. *Revista Bando*, Natal, v. 2, n. 1, ano 3, p. 12-46, ago-set. 1951; v. 4, n. 6, ano 5, p. 77-121, jul-ago, 1954. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. LIX, LX, LXI, p. 67-92, 1974; v. LXIII-LXIV, p. 117-147, 1972.

A cultura da mandioca ocupa pouco terreno. Em um hectare de terra plantam-se cerca de 10 mil pés capazes de produzir entre 200 e 300 sacos de farinha (160 a 250hl). [...] Durante a colheita, a mandioca é primeiramente arrancada a mão e quebrada na parte das ramas, para que estas não sequem enquanto esperam novo aproveitamento. Arranca-se então a raiz com enxada ou foice, espalhando-as quebradas e amontoadas em pequenas quantidades pelo terreno. Em seguida cortam-se com um facão as cabeças das raízes, enchendo-se os balaies, que são transportados para a casa de farinha (MATTOS, 2009, p. 47).

Chegando à casa de farinha, a mandioca precisava ser logo beneficiada, portanto a quantidade colhida dependeria da capacidade de mão de obra para o beneficiamento (MATTOS, 2009). A produção de farinha garantia, assim, a sobrevivência da família e a produção de renda, pois a farinha produzida em Arez, além de ser destinada ao consumo, era também comercializada, especialmente no sertão³⁴.

Além da farinha, a vila de Arez, nas primeiras décadas do século XIX, produzia rapadura e aguardente, que exportava para outras capitânicas e eram também destinadas ao consumo local. Por sua vez, o algodão, o açúcar, o arroz, o feijão e o milho estavam entre os produtos destinados ao consumo, de acordo com o mapa de exportação da paróquia da vila³⁵. Além

34 IHGRN. Cx. Mapas. Mappa da exportação da Parochia da Villa de Arez no ano de 1811. [sic]

35 LOPES, Fátima M. *Em nome da liberdade*, tab. 18, anexo, p. 677; IHGRN. Cx. Mapas. Mappa da exportação da Parochia da Villa de Arez no ano de 1811. [sic]

desses, a produção de azeite de mamona em Arez também foi destinada à própria vila (DIAS, 2011).

A produção da vila e freguesia de Arez era predominantemente para o autoconsumo, a maioria dos produtos descritos no mapa eram produzidos e consumidos pelos moradores locais. Entre os produtos exportados, listados no mapa de produção da Paróquia de Arez, em 1811³⁶, observa-se que, dos 1.105 alqueires de mandioca, 1.042 foram consumidos na paróquia; das 100 canadas de aguardente, 25 eram consumidas pela paróquia e 75 exportadas; enquanto a rapadura, dos 20 centos produzidos, 14 foram destinados para fora da paróquia e 6 centos consumidos. Esses dados levam a pensar na possibilidade de que os escravos que trabalhassem nessas atividades pudessem ter acesso à alguma quantia desses produtos que vendessem como forma de adquirir pecúlio. Kátia Lorena Almeida exemplifica para Rio das Contas, no sertão da Bahia, uma escrava que comprou sua alforria em 1887 fabricando rapadura (ALMEIDA, 2006, p. 35), assim, o trabalho no beneficiamento da cana ou mesmo da mandioca poderia ser uma possibilidade de alforria. Boa parte da mão de obra escrava no termo de Arez deveria estar inserida, portanto, na agricultura. Na freguesia de Goianinha, pertencente ao termo, também se produzia rapadura, mel de engenho e açúcar, conforme indicam os dados do rol de desobriga de 1775³⁷.

36 IHGRN. Cx. Mapas. Mappa da exportação da Parochia da Villa de Arez no ano de 1811. [sic]

37 IDEIA da População da Capitania de Pernambuco, e de suas anexas, extensão de suas Costas, rios e povoações, notáveis, agricultura, número dos

O predomínio das atividades agrícolas na freguesia de Arez é ratificado pelo quadro das ocupações dos habitantes de 1811 (Quadro 6)³⁸, que apresenta a quantidade de 182 agricultores, enquanto registra apenas um negociante, uma pessoa que vive de rendas e cinco jornaleiros. O quadro apresenta, ainda, a quantidade de 269 escravos e 307 escravas, contudo não distingue a função que desempenhavam. Mas, com base nas ocupações descritas, é possível inferir que a maioria dos cativos estava empregada nas atividades de agricultura e nas atividades domésticas, como já foi mencionado, pois as possibilidades de atividades relacionadas ao comércio eram poucas, como foi observado nos mapas de ocupação de habitantes e no mapa de exportação aqui citados. Como o mapa de ocupações refere-se à freguesia, não se dispõe de dados da freguesia de Goianinha, cujo mapa não foi encontrado. Porém, os dados dos inventários *post mortem*, como já mencionado, evidenciam a produção de alimentos, com destaque para o cultivo da mandioca e a produção de farinha em todo o termo.

É bem possível que as mulheres escravas também trabalhassem no beneficiamento da farinha, além de atividades domésticas, tendo em vista o maior número de escravas. Além da fabricação de farinha, o fabrico da goma de mandioca e

engenhos, contratos e rendimentos reais, aumento que este tem tido, &^a &^a desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitánias o Governador Capitán General José Cesar de Menezes. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. XL, 1918. Rio de Janeiro: Oficinas Gráfica da Bibliotheca Nacional, 1923. [sic]

38 IHGRN. Cx. Mapas. Ocupações dos Habitantes da Parochia da Villa de Arez no anno de 1811. [sic]

seus derivados, como o beiju, poderiam ser feitos e vendidos por mulheres escravas, contudo são suposições para as quais não há dados comprobatórios. Porém, numa localidade onde a presença indígena era significativa, é possível que as escravas de origem africana tenham se apropriado de práticas indígenas na feitura de alimentos que tinham como base a mandioca. A comercialização desses artigos por mulheres escravas de origem africana não fica evidente nos documentos analisados, como as cartas de alforria e inventários, mas é possível supor a existência da venda de alimentos, uma vez que essa era uma prática comum entre as mulheres de origem africana.

Além disso, a pesca também era uma atividade certamente praticada pelos habitantes de Arez, sobretudo os que viviam próximo à Lagoa de Guaraíras. Instrumentos de pesca, como tarrafa, tresmalho e canoa, estavam arrolados entre os bens da Missão de Guaraíras, o que demonstra a prática da pesca realizada pelos índios (LOPES, 2005). Em apenas um dos inventários *post mortem* do termo da vila de Arez foram arrolados instrumentos de pesca. Porém, Aires do Casal (1817) destaca a vila de Arez, sede do termo, como uma vila de pescadores. Desse modo, além das atividades agrícolas, a economia local baseava-se, também, nas atividades de pesca.

Vila de pouco comércio

As possíveis atividades atribuídas a escravos, que se podem identificar nos inventários, apontam para um incipiente comércio, como as vendas de secos e molhados, bem como

poucas atividades artesanais, tanto na primeira metade do século XVIII quanto na segunda.

É possível supor que, com base em sua de economia periférica em relação a Pernambuco e nas poucas evidências comerciais, as possibilidades tenham sido ainda menores para os escravos desempenharem atividades que permitissem acumular um pecúlio e comprar a alforria, algo que a historiografia sobre escravidão urbana tem demonstrado ser mais favorável nos centros urbanos, onde a dinâmica econômica era mais acentuada, inclusive em decorrência de um comércio direto com Portugal, a exemplo de Recife, Rio de Janeiro e Salvador. Logo, essas cidades possuíam um maior número de estabelecimentos comerciais e de pessoas com ofícios mecânicos que pudessem agregar mão de obra escrava.

Em um dos inventários, já do último quartel do século XVIII, no termo da vila de Arez, foi possível identificar mercadorias que poderiam fazer parte das pequenas vendas presentes nas vilas do século XVIII. A pouca quantidade de vendas exigia que as existentes fossem bastante variadas, a fim de poder atender aos moradores. Encontravam-se nesses estabelecimentos produtos para garantir a vestimenta, como tecidos e aviamentos de costura, linha do reino, agulha, retrós, bem como instrumentos de trabalho, por exemplo, foices e enxadas, sola de sapateiro, além de artigos vindos do reino, como cravo-da-índia, canela, pimenta do reino. Esses são

alguns dos bens elencados no inventário de Manoel Barboza Pinto em 1792³⁹.

No testamento⁴⁰, o inventariado afirmava possuir 25 cabeças de gado no Inharé⁴¹ “ou o que se achar com meu ferro”: a variável na conta poderia ser para menos do que as 25 cabeças, tendo em vista que era período de seca e algum gado poderia ter morrido em razão da estiagem. O falecido deixou, ainda, dois escravos, e é possível que ao menos um trabalhasse no comércio ou na criação do gado do inventariado.

Como a descrição do inventário não especifica, com segurança, quais bens não eram relacionados ao comércio, torna-se difícil extrair o valor dos estoques de mercadoria com a finalidade de mensurar a importância do comércio na região. Mas, pode-se perceber mais um indício da proximidade entre rural e urbano no patrimônio que inclui mercadoria e gado⁴². Por outro lado, nota-se um aspecto da sociedade da América portuguesa no que diz respeito à valorização social do proprietário de terra, o que levava comerciantes a adquirirem terras, uma vez que “comerciantes [...] eram menos presti-

39 INVENTÁRIO de Manoel Barboza Pinto. GALVÃO, Helio. Velhas heranças. *Revista Bando*, Natal, v. 4, nº 6, ano 5, p. 77-121, jul-ago, 1954.

40 O testamento não foi transcrito por inteiro, apenas este trecho foi mencionado por Helio Galvão.

41 Segundo Cascudo (1968), Inharé denomina o rio que deságua no rio Trairí e a região do atual município de Santa Cruz, no agreste potiguar.

42 Embora os estudos sobre escravidão tenham se detido à dicotomia entre urbano e rural, caracterizados, por um lado, pelos centros urbanos e, por outro, pelo latifúndio e a economia para o mercado externo.

giados no meio social e político, do que os donos de terra, lavouras e escravos, independente do tipo de produção rural escolhida” (FARIA, 1998, p. 193). Assim, o inventário de Manoel Barbosa Pinto pode ser um exemplo da importância da propriedade de terra, mesmo para aqueles que se dedicavam ao comércio.

Os inventários *post mortem*, aqui inicialmente analisados, não contribuem muito para quantificar a propriedade de comerciantes e, desse modo, compreender melhor a dimensão do comércio nas localidades do termo de Arez. Além disso, o acesso a essas fontes é indireto, por meio de transcrições cujos originais não foram localizados. Portanto, é necessário recorrer à bibliografia para entender a função dessas vendas. Os principais estudos desse comércio de miudezas de secos e molhados referem-se, principalmente, a Minas Gerais, associando-o especialmente ao caráter urbano das localidades mineradoras, onde era mais comum a presença desses estabelecimentos, que serviam, inclusive, como locais de trabalho e convívio de escravos com livres e libertos (RUSSELL-WOOD, 2005; PAIVA, 2001).

Hebe Mattos, ao estudar os lavradores pobres de Capivary, Rio de Janeiro, observa a importância desses estabelecimentos comerciais no mundo rural. Embora a temporalidade de seus estudos seja o século XIX, é possível verificar aproximações na função das vendas, pois elas atendiam “a quase totalidade das necessidades de consumo existentes na localidade” (MATTOS, 2009, p. 47) e também comercializavam produtos agrícolas recebidos em troca de mercadorias comercializadas. É provável que esse tipo de situação também ocorresse com as vendas

do termo de Arez. A maior parte da produção agrícola era consumida localmente⁴³, assim produtos como arroz, algodão, milho e farinha devem ter passado por vendas da região. Contudo, naquele ano de 1792, não constavam alimentos desse tipo no rol das mercadorias do inventário citado, apenas especiarias como cravo, canela e pimenta-do-reino. Dada a variedade de mercadorias encontradas, a ausência de mercadorias como farinha e outros gêneros pode ser um indício da escassez de alimentos em época de seca, quando quem produzia guardava o que tinha para o consumo da família, ou pode ser, ainda, que esses artigos não fossem registrados nos inventários.

As vendas, mesmo que poucas, constituíam-se num importante elemento de abastecimento, sobretudo em áreas de produção pouco variada, pois a população precisava abastecer-se recorrendo às vendas. Além de fornecer produtos vindos de fora, inclusive “do reino”, também poderiam permitir aos pequenos produtores a venda de seus frutos da terra.

O comércio local ficava por conta das lojas e tabernas. Tais estabelecimentos deveriam ser fiscalizados e taxados pela administração camarária, como meio de controle sob o comércio. Esses estabelecimentos tendiam a ser bastante variados em seus artigos de venda de secos e molhados. Nessas tabernas e lojas comerciais, como mercearias, vendiam-se roupas, comidas, bebidas, utensílios domésticos, além de ferramentas agrícolas e armas de fogo. Às vezes exerciam também a função

43 HGRN. Cx. Mapas. Mappa contemplativo das produções da parochia da Villa de Arez com especificação do q se consumio na m^{ma} Villa no anno de 1811. [sic]

de bar e, com isso, atraíam uma variedade de frequentadores que incluíam homens livres e escravos de diversas funções, artesãos de diversos ofícios. Na Capitania do Rio Grande do Norte, as “pequenas vendas eram verdadeiros bazares em que tudo se encontrava” (TAVARES DE LIRA, 1982, p. 162). Encontrava-se tudo e encontravam-se todos, pois esses também eram espaços de sociabilidades onde as pessoas conviviam, onde certamente livres e escravos transitavam, conversavam e teciam redes de relações, tanto entre escravos-livres-libertos, como entre escravos-escravos (RUSSELL-WOOD, 2005). Muitas vezes, essas redes de relações eram essenciais na conquista da alforria.

Em áreas urbanas do Brasil setecentista essas vendas pertenciam a proprietários de pouco poder aquisitivo, considerando-se que o investimento necessário era menor do que em outras atividades. Porém, também não era o comércio de “miudezas e molhados” (FARIA, 1998, p. 193) muito rentável. Nem todos esses estabelecimentos pertenciam a brancos, mas também a negros e mulatos libertos, que chegavam a ser proprietários desse tipo de comércio, e também empregadores de mão de obra escrava e livre. Russell-Wood (2005) explica que a população branca não apreciava a participação de negros e mulatos como proprietários, uma vez que os homens libertos e livres de ascendência africana eram vistos como concorrentes pelos homens brancos. Ademais, a fiscalização e as cobranças de medidas tributárias eram aplicadas com mais rigor para os negros e mulatos, tendo em vista que a administração municipal no período colonial era controlada pelos homens brancos. Desse modo, os administradores tornavam mais difícil

a aquisição de licença para negros abrirem um comércio no Brasil do século XVIII e XIX.

A possibilidade de escravos trabalharem em vendas ou lojas era mais comum em espaços urbanos de maior circularidade comercial. Logo, as vilas de pequeno comércio limitavam a participação de negros nessas atividades, em virtude da pequena demanda de mão de obra. Nesse sentido, pode-se observar que existe uma relação entre os espaços e as oportunidades de mudanças de *status* para os escravos, considerando-se que, trabalhando em estabelecimentos comerciais, os cativos poderiam adquirir um pecúlio e comprar a liberdade. Assim, quanto maior o número de estabelecimentos comerciais, maiores as possibilidades de escravos desempenharem atividades nesses lugares e, com isso, adquirirem um pecúlio, mas não se trata, simplesmente, da quantidade de comércios determinando alternativas para o escravo, pois a quantidade de comércio também estava relacionada à demanda da população e às outras atividades desempenhadas no local. Logo, trata-se de aspectos que precisam ser vistos em termos relacionais. Arez era uma vila pequena e de comércio reduzido, a ponto de o comércio ser maior em outra povoação de seu termo – Goianinha –, o que implicava menores possibilidades de ocupação para escravos nos estabelecimentos de Arez.

Na documentação analisada neste trabalho, incluindo-se os mapas de ofícios, inventários e cartas de alforria, não há menção a proprietários de lojas e tabernas de origem africana, escravos ou libertos. Também, nas cartas de alforria, não houve menção de escravos trabalhando no comércio – nem no comércio ambulante –, o que não significa que não tenham

existido. Porém, diante das poucas evidências de comércio, pode-se intuir que o pecúlio utilizado pelos escravos na compra de suas liberdades possivelmente vinha, ao menos em sua maior parte, das atividades agrícolas, uma vez que a maioria das manumissões, tanto do período referente ao século XVIII, quanto ao período referente ao século XIX, foram pagas em moeda (ver Quadro 11).

Os espaços físicos são importantes enquanto elementos das relações possíveis entre espaço e manumissões. Os espaços de comércio existentes ou sua ausência são fundamentais para se compreenderem as possibilidades de trabalho com aquisição de pecúlio para o escravo, bem como para visualizar as possibilidades de espaços de sociabilidade que favorecessem aos escravos a interação com outras pessoas que pudessem facilitar sua liberdade, seja por meio da compra ou por convencerem o senhor a respeito da anuência de uma liberdade, mesmo que condicional. É provável que entre os contatos estabelecidos nos espaços de sociabilidade, alguns escravos encontrassem pessoas dispostas a incentivarem um senhor pouco flexível a negociar a liberdade de seu escravo.

A participação de escravos em atividades de ofícios mecânicos aparece diretamente em alguns dos inventários. Em um deles, o do Capitão-mor Felix Ferreira da Silva, mencionam-se um escravo carpina e um sapateiro⁴⁴. O inventariado possuía mais de 400 cabeças de gado vacum, quatro propriedades de terra e, ainda, bens que indicam a produção de açúcar, como

44 INVENTÁRIO de Felix Ferreira da Silva. GALVÃO, Helio. Velhas heranças. *Revista Bando*, v. 4, n. 6, ano 5, p. 77-121, jul-ago, 1954.

caldeira, molinete de moer cana e um partido de cana. Entre os bens do Capitão-mor, estavam 20 escravos, que poderiam estar distribuídos entre suas quatro fazendas no Inharé, Pajussara, Pituaçu e Sussuatã, onde criava-se gado na ribeira do Traíri. Mas os escravos de Capitão-mor Felix não eram todos possíveis vaqueiros, como poderia ser deduzido por causa das quatro fazendas de criação de gado. Sabe-se que carpinas eram também necessários nos engenhos. É presumível que o escravo-carpina trabalhasse na criação e na manutenção de instrumentos necessários à produção de açúcar. Embora não seja possível por esse documento precisar a produção de açúcar, notam-se, no inventário do Capitão-mor Felix Ferreira da Silva, outras atividades, além do gado e açúcar. Há, também, a produção de farinha, que era bastante comum, e a agricultura de arroz e milho. Além disso, também é provável que os escravos carpina e sapateiro atuassem como escravos de ganho, tendo em vista que a avaliação do valor dos dois foi questionada pelos herdeiros⁴⁵, que alegaram serem os escravos mais valiosos pelas atividades que desempenhavam. Contudo, não ficou explícito se realizavam suas funções de carpina e sapateiro como atividades de ganho. Entretanto, mesmo que não exercessem atividades de ganho, escravos com essas habilidades poderiam trabalhar para si em seus dias de folga e, desse modo, acumularem algum pecúlio.

45 INVENTÁRIO de Felix Ferreira da Silva. GALVÃO, Helio. Velhas heranças. *Revista Bando*, v. 4, nº 6, ano 5, p. 77-121, jul-ago, 1954.

Nos inventários de Manoel Araújo de Meneses⁴⁶, de 1752, e de Cipriano Lopes Pimentel, de 1720, há menção a valores, em réis, resultantes de serviços de escravos. Assim, o inventário de Cipriano Lopes relatava o “serviço de 11 escravos, uns pequenos e grandes” pelo valor de oitenta e três mil e cinquenta réis. A referência a serviços de escravos sugere atividades de ganho ou aluguel, o que é plausível, também, porque entre os bens havia ainda “uma bula de ferramenta de carapina”, que poderia ser utilizada por algum dos escravos.

O inventário de Cipriano Lopes Pimentel⁴⁷, por sua vez, mencionava “os serviços da preta Ana, excluídos os domingos e dias santos, a oito mil réis cada ano, durante sete anos”, que totalizava um valor de 56 mil réis. A dita escrava Ana, proveniente da Costa da Mina, possuía 25 anos e fora avaliada em 75 mil réis. Embora os serviços prestados por ela não tenham sido especificados, o valor aferido aos serviços sugere que pudesse ser proveniente de alguma atividade de ganho. Os dois inventários são do período anterior à criação do termo da vila de Arez, e um dos inventariados, Cipriano Lopes Pimentel, possuía residência em Goianinha, além de terras na ribeira de Goianinha e na Lagoa de Guaraíras. Apesar das poucas evidências, as fontes aqui utilizadas apontam atividades de comércio e artesanato na povoação de Goianinha, ainda antes da criação da vila de Arez, confirmando a relevância daquele povoado já nesse período.

46 INVENTÁRIO de Manoel Araújo de Meneses. GALVÃO, Helio. Velhas heranças. *Revista Bando*, Natal, v. 2, n. 1, ano 3, p. 12-46, ago-set. 1951.

47 INVENTÁRIO de Cipriano Lopes Pimentel. GALVÃO, Helio. Velhas heranças. *Revista Bando*, Natal, v. 2, n. 1, ano 3, p. 12-46, ago-set. 1951.

As informações referentes à ocupação dos habitantes, tanto da capitania quanto de Arez, são das primeiras décadas do século XIX, e indicam que não houve um significativo desenvolvimento urbano no que diz respeito às atividades relacionadas ao comércio naquela vila. Ao observar os mapas referentes às ocupações de habitantes da capitania entre 1801 e 1811-1813, constata-se um número diminuto de atividades comerciais e um significativo número de oficiais mecânicos, bem próximo ao número de agricultores em 1811-13, mas não há registro, no mapa, de ocupação de habitantes de 1801.

Quadro 5 – Ocupação de habitantes na Capitania do Rio Grande do Norte		
OCUPAÇÃO DOS HABITANTES	Nº DE PESSOAS (1801)	Nº DE PESSOAS (1811-13)
Corpos de cavalaria e milicianos (1801)/ Corpo militar (1811-13)	3.215	564
Comp. de linha	120	–
Clero secular	21	38
Agricultores	750	2.159
Negociantes	96	469
Magistratura, emprego civil	75	78
Pessoas que vivem de suas rendas	2	5
Oficiais mecânicos	–	2.019
Homem do mar	19	129
Pescadores	–	598
Jornaleiros	200	1.034

Quadro 5 – Ocupação de habitantes na Capitania do Rio Grande do Norte		
OCUPAÇÃO DOS HABITANTES	Nº DE PESSOAS (1801)	Nº DE PESSOAS (1811-13)
Vaqueiros	—	686
Escravos	2.723	3.226
Escravas	2.265	4.041
Vadios e mendigos	16	47

(-) ausência de dados, pois esta ocupação não é mencionada para o período.

Fonte: BN. I-32, 10,05. Doc. 12. Mapas estatísticos do Rio Grande do Norte. Mappa Geral da Importação Produção Consumo Exportação, o que ficou em ser da população, Casamentos Nascimentos, e Morte na capitania do Rio Grande do Norte calculado o termo médio dos anos de 1811, 1812, 1813; AHU-RN Cx. 8. Doc. 9. Mapa geral da importação de produtos e manufatura do reino, produção, consumo e exportação, portos de onde vieram, para onde foram. Habitantes e ocupações deles, casamentos, nascimento, mortes e dos índios domésticos e suas idades. Tabelas de doenças com que faleceram, previstas ou não previstas. Resumo das quantias em cruzado na Capitania do Rio Grande do Norte no ano de 1801.

Os oficiais mecânicos realizavam as atividades de carpintaria, ferraria, olarias, sapataria entre outras necessárias para a elaboração de ferramentas de trabalho, construções de casas entre demais atividades necessárias às aglomerações urbanas. A ausência dessas atividades em algumas vilas ou povoados obviamente dificultava o acesso a esses serviços, como também os encareciam, em função do deslocamento para se adquirir um determinado produto ou serviço prestado.

As ocupações referentes à freguesia de Arez foram identificadas em dois mapas, um de 1805 e outro de 1811, porém o documento de 1805 elenca as ocupações de Arez juntamente com as de Vila Flor, uma vez que as duas vilas estavam sob

a administração de ordenanças do mesmo Capitão-mor. O mapa de ocupações de Arez de 1811 demonstra a inexpressividade das atividades relacionadas ao comércio na sede do termo. Além disso, os ofícios mecânicos não são mencionados no mapa. Portanto, pode-se inferir que as oportunidades de alforria advindas de atividades comerciais ou mecânicas eram escassas nessas localidades.

Quadro 6 – Ocupação de habitantes em Arez		
OCUPAÇÃO	AREZ E VILA FLOR Nº DE PESSOAS 1805)	AREZ Nº DE PESSOAS 1811)
Magistratura e empregos civis	12	11
Corpo militar	450	—
Clero Secular	4	1
Agricultores	150	182
Negociantes	4	1
Artistas	1	0
Pessoas que vivem de rendas	—	1
Vaqueiros	110	—
Jornaleiros	13	5
Escravos	236	269
Escravas	216	307
Vadios e mendigos	8	3

(—) ausência de dados, pois esta ocupação não é mencionada para o período.

Fonte: IHGRN. Cx. Mapas. Ocupações dos Habitantes da Parochia da Villa de Arez no anno de 1811[sic]; AHU – RN. Cx. 9, D. 18, 46 e 47. Carta do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, ao príncipe regente [D. João] remetendo um mapa da população do Rio Grande do Norte e uma relação dos distritos que necessitam de novas companhias e ordenanças.

A ocupação na agricultura e a mão de obra escrava (totalizando 576 entre homens e mulheres em 1811) se sobressaem. Embora não se esclareça em que atividades específicas os escravos estariam inseridos, é possível inferir algumas considerações, conforme se verá mais adiante. Pode-se observar, também, um número de escravas superior ao número dos escravos, em uma razão de sexo de 87,62 para 1811, o que indica uma maior atividade agrícola voltada para o consumo do que para a exportação, uma vez que a razão de sexo menor que 100 é própria de áreas de produção de alimentos, enquanto nas áreas de agroexportação a razão de sexo apresenta valores maiores que 100.

Diante das poucas atividades comerciais, pode-se supor, então, que boa parte das mulheres escravas estivesse, de fato, em atividades domésticas. Pode-se admitir, ainda, a participação das mulheres na agricultura nas proximidades da vila. O reduzido número de jornaleiros pode se referir apenas a livres e libertos, uma vez que a mão de obra escrava é quantificada à parte.

Outro aspecto a considerar é a possibilidade de escravos assumirem funções no interior das residências e fora delas, fosse na agricultura ou na realização de serviços, à exemplo do que identificou Cacilda Machado (2008) em uma região de poucos escravos, São José dos Pinhais, no Paraná, onde os escravos assumiam mais de uma função, conforme a autora identificou nas listas nominativas dos domicílios.

A maneira como os mapas de ocupação utilizados na elaboração do Quadro 6 foram confeccionados deixa perceptível

o modo como a delimitação espacial para o período colonial utiliza vários critérios que às vezes tomam como referência a paróquia ou freguesia, às vezes o termo ou, como no mapa de ocupações de 1805, consideram-se as áreas sob a administração de um mesmo Capitão-mor de ordenanças. Essas variações, além da escassez de documentos para o século XVIII, dificultam uma seriação das informações, pois conta-se apenas com esses mapas do século XIX. O mapa de ocupações de 1811 é referente à paróquia da vila de Arez, e não inclui as ocupações da freguesia de Goianinha. Desse modo, a utilização desses mapas de ocupação de habitantes evidencia aspectos de parte do termo de Arez, mais precisamente da vila-sede do termo: pequeno povoado com pouco comércio, mas que, sendo sede do termo, e também de uma freguesia, era, também, lugar de prováveis interações entre escravos, bem como entre estes e outros livres, libertos e índios.

As atividades mecânicas não cresceram significativamente desde a criação da vila. Em um mapa de oficiais e ofícios de 1827⁴⁸ a quantidade de profissionais é identificada de acordo com as povoações e vila do termo de Arez, de modo que torna possível observar de que maneiras essas atividades estavam distribuídas no termo.

48 AN. Fundo Vice-reinado. Cód. D9. Cx 761. Pac. 01. Mappa de officio e officiaes q' existem no termo da Villa de Arez designando os lugares de seos domicílios, [ilegível]. Anno de 1827. [sic]

Quadro 7								
Ofícios Mecânicos – 1827								
Lugar de domicílio	Freguesia	Ofícios						
		Carpinas	Sapateiros	Alfaiates	Seleiros	Oleiros	Ferreiros	Caldeireiros
Vila de Arez	Arez	–	–	1	–	–	–	–
Goianinha	Goianinha	1	3	3	1	1	1	1
Maruim	Goianinha	1	3	–	–	–	–	–
Patané	Arez	–	–	1	–	–	–	–
Estivas	Arez	–	–	–	–	1	–	–
TOTAL		2	6	5	1	2	1	1

Fonte: AN. Fundo Vice-reinado. Cód. D9. Cx 761. Pac. 01. Mappa de officio e officiaes q' existem no termo da Villa de Arez designando os lugares de seos domicilios, [ilegível]. Anno de 1827. [sic]

Para cada ofício descrito no mapa, na povoação de Goianinha, termo da vila de Arez, havia ao menos um profissional, o que deve indicar uma demanda, mesmo que mínima, para esses profissionais, maior do que a demanda da vila, núcleo do termo. Sendo assim, pode-se inferir que uma circulação de moeda e a possibilidade de escravos receberem alguma remuneração também fosse maior em Goianinha do que em Arez e locais como Patané e Estivas. Curiosamente, no entanto, em Estivas, onde ficava um engenho, não foi registrado nenhum caldeireiro.

O crescimento no número de negociantes na Capitania do Rio Grande do Norte é observado por Thiago Dias (2011), que compara mapas populacionais de 1808 e 1813, e registra, para esse período, um aumento de 0,3% para 1% do total da população da capitania, o que, para o historiador, indica um crescimento das atividades mercantis. Resta averiguar se esse crescimento foi proporcional ao crescimento da população ou se houve realmente um crescimento real das atividades mercantis. Em 1805, Arez e Vila Flor, juntas, contavam com 11 negociantes, enquanto a área que abrangia a cidade de Natal, São José e Extremoz contava com 78⁴⁹. Porém, em 1811, Arez possuía somente um negociante (Quadro 6). Logo, a concentração de comerciantes estava na cidade de Natal e nas duas vilas circunvizinhas. À medida que as localidades distanciam-se do centro da capitania, ao menos na área litorânea, as atividades dos negociantes diminuem, o que sugere que essas vilas encontravam-se em uma situação de periferia em relação à cidade de Natal⁵⁰.

Em outro mapa de ofícios mecânicos de 1827, conforme o quadro abaixo, há dados que confirmam mais atividades mecânicas na povoação de Goianinha e um número mais significativo ainda na vila de São José.

49 AHU-RN. Cx. 9, D. 18, 46 e 47. Carta do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, ao príncipe regente [D. João] remetendo um mapa da população do Rio Grande do Norte e uma relação dos distritos que necessitam de novas companhias e ordenanças.

50 Para as noções de centro e periferia, toma-se como referência Russell-Wood (1998).

Quadro 8 – Ofícios mecânicos em 1827 no leste da capitania do Rio Grande do Norte								
LOCALIDADE	OFÍCIOS MECÂNICOS – 1827							
	Alfaiate	Ferreiro	Sapateiro	Ourives	Oleiro	Carpinteiro	Seleiro	Pedreiro
Arez	2	–	–	–	1	–	–	–
Goianinha	–	1	6	–	2	2	–	–
São José	18	14	23	9	13	34	–	2
Natal	24	7	28	6	–	7	–	6

Fonte: BN. I-32, 10,05. Mappa de officiaes e officios mecânicos que existem na Província do Rio Grande do Norte designando os lugares de seus domicilios. Anno de 1827. [sic]

Note-se que a quantidade dos ofícios diminui à medida que a distância da cidade do Natal aumenta. Cria-se, com isso, uma dependência de serviços que aumenta em direção à cidade do Natal, mas que, de acordo com o mapa, concentram-se na vila de São José atividades ligadas à produção de engenhos, como carpinteiros, ferreiros e oleiros. A cidade de Natal, enquanto centro administrativo e militar da capitania contava mais com alfaiates e sapateiros do que com profissionais ligados às outras atividades econômicas.

A ausência de determinados serviços em uma localidade criaria a necessidade de deslocamento e de interação entre os habitantes de vilas vizinhas, de modo que eles interagiam entre si, suprimindo a necessidade de grande parte desses

serviços mecânicos, o que diminuiria a dependência em relação à cidade do Natal. Constituindo-se uma relação periferia-periferia entre as vilas, enfraquecia-se, conseqüentemente, a relação periferia-centro (RUSSELL-WOOD, 1998). Mesmo que o termo da vila de Arez contasse com poucos serviços de ofícios mecânicos, a população poderia contar com os serviços da povoação de Goianinha ou da vila de São José, bem mais assistida de oficiais mecânicos. Isso poderia, inclusive, criar redes de sociabilidades entre escravos de áreas próximas, pois é bem razoável que o senhor que buscasse serviço em outras vilas o fizesse acompanhado de algum ou alguns de seus escravos.

A falta de dados não permite uma análise de um período de tempo contínuo, pois os mapas populacionais e de ofícios são das primeiras décadas do século XIX. Todavia, é evidente que, apesar de Arez ser a sede do termo, não concentrava as atividades urbanas, de modo que as necessidades dessas atividades seriam atendidas pela povoação de Goianinha ou de vilas próximas. Embora o mapa não mencione o *status* dos profissionais, se livres, libertos ou escravos, pode-se notar que, ao menos na povoação de Goianinha, havia mais oportunidades de atividades urbanas do que na sede do termo. Por outro lado, para acionar algumas questões de justiça, os habitantes do termo precisariam se deslocar à vila ou esperar a visita de oficiais da Câmara.

Na análise das cartas de alforria registradas no tabelionato de Arez, em algumas situações, nota-se que era possível o deslocamento de oficiais às localidades do termo para registro de atos oficiais como, por exemplo, o registro de algumas cartas de alforria. Nessa situação, o tabelião conduzia-se até a casa do

senhor, como se observa em algumas das cartas de liberdade analisadas neste trabalho, mas esta espera poderia implicar uma demora para a concretização da liberdade, de modo que a maioria das cartas eram registradas no próprio tabelionato. Assim, apesar de concentrar as atividades político-administrativas, estas não eram suficientes para tornar a vila de Arez o centro do termo, pois, no que se referem aos serviços, eles eram mais acessíveis em Goianinha e vilas vizinhas. Por outro lado, a concentração de atividades de comércio e oficiais mecânicos em Goianinha e de um aparato administrativo na vila de Arez implicava uma constante interação entre os habitantes desses espaços, em razão de suas diferentes funções.

Além de possuir mais atividades de ofícios mecânicos do que Arez, Goianinha possuía, também, mais estabelecimentos comerciais, chegando a 15 o número de lojas, sendo sete de fazendas secas, cinco de molhados e três tabernas, enquanto Arez possuía apenas quatro tabernas, de acordo com a documentação de 1827⁵¹. Essas diferenças entre a vila de Arez e a povoação de Goianinha, considerando-se, aqui, as duas principais localidades do termo, evidenciam que os elementos como população e atividades econômicas não foram levados em consideração quando da definição da sede do termo, tendo em vista a criação da vila de Arez ter ocorrido em função das determinações do Diretório dos Índios⁵².

51 AN. Fundo Ministério do reino e Império. Conj. Doc. Mapas de população de Províncias. Cx 761. Pac. 01. Mapa das povoações do termo da Villa de Arez indicando a sua qualidade nome número de cazas, fogos, almas, e lugar que contem. Anno de 1827. [sic]

52 Sobre a substituição dos aldeamentos por vilas, ver LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino* — século XVIII. 2005.

Também em relação aos dados populacionais, Goianinha apresentava uma maior concentração de população do que Arez. Os mapas populacionais não abrangem todo o período abordado na pesquisa (1775-1827). Nos primeiros dados populacionais da vila não há menção a escravos. À época de sua criação, Arez possuía “284 casais, com um total de 949 pessoas, 87 meninos em idade de ir à escola e 9 rapazes que aprendiam ofícios, 89 meninas que aprendiam com as mestras a costurar e fiar, 136 jovens solteiros de ambos os sexos” (LOPES, 2005, p. 130). Nesses dados⁵³ citados por Fátima Martins Lopes mencionam-se somente o número de escravos na vila de Extremoz, que, no primeiro momento de sua criação, possuía 15 cativos. Esse mapa mostra, ainda, que em número populacional, Arez era a vila que possuía a menor quantidade de habitantes, 949; sua vizinha São José possuía 1.235; Extremoz, 1.438; Portalegre, 1.805; e Vila Flor, 1.452.

Em 1775, a população foi contabilizada, mas o mapa foi realizado com base no rol de desobriga que contabiliza os católicos em dia com as obrigações religiosas. O mapa elaborado de acordo com as ribeiras apresenta os seguintes dados para a Ribeira do Sul, incluindo-se as vilas e freguesias⁵⁴:

53 Documento utilizado por LOPES: AHU, ICON, D. 1823, Mapa geral do que produziam as sete vilas e lugares que nele se declara... desde o dia dos seus estabelecimentos, até 14 de janeiro de 1761, em que pelas distâncias não pode ir incluído tudo que renderam até o fim do ano de 1760.

54 Salienta-se aqui que as três vilas, São José, Arez e Vila Flor, são também freguesias, totalizando, juntamente com Goianinha, quatro freguesias na ribeira.

Quadro 9 – Ribeira do Sul – Capitania do Rio Grande do Norte				
RIBEIRA DO SUL				
	VILA DE SÃO JOSÉ	VILA DE AREZ	VILA FLOR	FREGUESIA DE N. S. DOS PRAZERES DE GOIANINHA
Matrizes	2	1	–	3
Fazendas	25	–	–	10
Fogos	251	340	264	485
Pessoas de desobrigas	512	1.105	648	2.207
Fogos Portugueses	94	40	–	–
Pessoas de desobriga portuguesas	1.705	209	–	–
Engenhocas	22	–	–	11
Engenhos reais	3	–	–	3

Fonte: Ideia da População da Capitania de Pernambuco, e de suas anexas, extensão de suas Costas, rios e Povoações, notáveis, agricultura, número dos engenhos, contratos e rendimentos reais, aumento que este tem tido, &^a &^a desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitánias o Governador Capitam General José Cesar de Menezes. Anaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, v. 40, 1918. [sic]

Pode-se observar, no quadro acima, que em Arez havia um pequeno número de portugueses⁵⁵. Entre Arez e Goianinha, que então possuíam um território administrativo comum,

55 Nas freguesias de índios, mas que não são exclusivas de índios, como a de Arez, "pode ocorrer que a população e o número de fogos de índios e de portugueses se apresentem de forma dissociada como se verifica em algumas freguesias, ou não dissociados. (SMITH, Roberto, 2002, p. 14).

observa-se que a segunda destacava-se em relação à primeira em se tratando de população, pois possuía, praticamente, o dobro de pessoas de desobriga. Os dados do rol de desobriga de 1775 mencionam, ainda, engenhos apenas em Goianinha, mas não especificam quais engenhos são esses. Neste caso, não se sabe se o engenho Estivas, localizado na freguesia de Arez, não foi incluído ou se foi incluído como pertencente à freguesia de Goianinha, pois, em outros documentos do início do século XIX (ver Quadro 7), Estivas aparece como parte da freguesia de Arez e não de Goianinha.

Em outros documentos que quantificam a população, Goianinha mantém, sempre, maior número de habitantes do que Arez. Assim, em 1788⁵⁶, Arez possuía 1.569 pessoas e Goianinha, 4.256. Em um mapa de 1805, Arez contabilizava 1.728 pessoas, entre as quais 755 índios, e Goianinha contabilizou 3.001, sendo, portanto, 1.255 pessoas a menos que na contagem de 1788. A despeito dos possíveis erros ou de diferentes critérios utilizados na elaboração desses mapas, eles não diferenciam a quantidade da população livre da escrava por freguesia, a fim de que se pudessem comparar os dados populacionais. Os dados sobre escravos e livres foram visíveis somente no mapa de 1810 da paróquia da vila de Arez que, portanto, não inclui Goianinha. A população indígena, no entanto, não foi contabilizada.

56 AHU. ACL.CU. 015, Cx. 178, D. 12472. Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo o mapa da população, referente ao ano de 1788, e justificando a demora do envio devido às dificuldades do Bispado em repassar as informações, por causa da distância e falta de recursos.

Comparando-se os dados sobre escravos do mapa de ocupação de Arez, em 1811, com um mapa de habitantes de 1810, também da paróquia da vila de Arez, observa-se que, dos 576 escravos, a maioria era composta de pretos.

Quadro 10 – Habitantes da paróquia da vila de Arez – 1810		
HABITANTES	QTDE.	%
Branços	470	27,88%
Pretos livres*	207	12,28%
Pretos cativos	413	24,49%
Pardos livres	433	25,68%
Pardos cativos	163	9,67%
TOTAL	1.686	100%

Fonte: IHGRN. Cx. Mapas. Mappa dos habitantes que existem na Parochia da Villa de Arez no anno de 1810. [sic] *Não há especificação no documento se os pretos livres incluem livres e libertos ou apenas os nascidos livres.

Como visto nos inventários *post mortem*, o termo “preto” era utilizado para referir-se a africanos e a crioulos, logo os pretos, no mapa de habitantes de 1810, provavelmente se referem a esses também. Outro dado que fica evidente nesse mapa de habitantes é a presença de brancos (27,88%) em número menor entre pretos e pardos⁵⁷, o que torna significativa a participação

57 Neste mesmo mapa os termos mulato e pardo são utilizados como sinônimos, pois na planilha principal que quantifica os habitantes por idade e estado civil a divisão é estabelecida em brancos, pretos e mulatos. Porém, no quadro resumo, a população é dividida em brancos, pretos e pardos. IHGRN. Cx. Mapas. Mappa dos habitantes que existem na parochia da Villa de Arez no anno de 1810. [sic]

da população negra na formação da sociedade do Rio Grande do Norte.

O pouco desenvolvimento da vila de Arez é atestado por Aires do Casal (1817), que descreve a povoação de Goianinha como maior que a sede do termo. Também, em documentos oficiais, as diferenças entre Arez e Goianinha são relatadas. Em correspondência ao ministro da justiça no ano de 1828, o Presidente da Província do Rio Grande do Norte, tratando, entre outros assuntos, da possibilidade de divisão interna da Província, alega que não era oportuno estabelecer novas divisões para evitar situações como a de Goianinha “que estando entre duas vilas de Arez e Flor, que só pelos alvarás de suas criações gozam estes nomes he hua das maiores povoações desta Província e que em detrimento de seus habitantes tem a recorrer a Villa de Arez, que he hum deserto⁵⁸”. Isso porque a povoação de Goianinha desenvolveu-se, em termos populacionais e comerciais, mais do que as vilas vizinhas e, no entanto, ficava subordinada juridicamente à Arez, à qual a população tinha que recorrer, conforme atesta o documento.

Embora fosse vila, Arez, ainda no século XIX, não possuía características urbanas o suficiente para justificar a compra de alforria como sendo fruto principalmente de atividades comerciais ou artesanais. Se havia possibilidades para compra de alforria decorrente de pecúlio acumulado por atividades urbanas, isso seria mais provável para os escravos da povoação de Goianinha, porém, mesmo nesses casos, o que predominava no termo eram as atividades agrícolas. Além disso, as

58 BN. I-32, 10,05. Doc 16. Mapas estatísticos do Rio Grande do Norte.

poucas referências às características da escravidão urbana sugerem um modo de vida tipicamente rural, o que não impediu que as alforrias fossem adquiridas.



Capítulo II

Alforrias no termo da vila de Arez

A carta de alforria: para melhor assegurar a liberdade

Uma das maneiras de o escravo modificar seu *status* era por meio da carta de alforria, mas a liberdade também poderia ser adquirida no batismo ou por meio de cláusula testamentária, ou, ainda, por meio de uma ação civil de liberdade. Com base nas cartas de alforria, procura-se, neste capítulo, analisar como os escravos utilizaram-se dessa possibilidade de aquisição da liberdade. Para tanto, foram identificados os tipos de alforria a que recorriam e, em alguns casos, as situações que envolviam a obtenção da carta de liberdade no termo de Arez, no último quartel do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX. Analisaram-se, para o período, os livros de notas do termo da vila de Arez referentes aos seguintes anos: 1774-1782; 1785-1796; 1819-1821; 1826-1827⁵⁹.

As cartas de alforria eram registradas no cartório, no Livro de Notas, o que poderia ser realizado pelo próprio liberto ou por um procurador, a mando do senhor. Alguns desses documentos eram individuais, outros incluíam grupos de escravos a serem libertos. A carta era um instrumento legal, por meio do qual o cativo adquiria uma mudança no seu *status* jurídico, deixando de ser escravo para se tornar livre. Entretanto, nem sempre a liberdade plena ocorria de imediato, quando da

59 IHGRN. Cx. Notas. Livros de Notas de Arez.

concessão da carta, pois, muitas vezes, a alforria efetivava-se somente após o cumprimento de certas condições impostas pelos senhores, como, por exemplo, a prestação de serviços enquanto o senhor vivesse.

O documento é descrito juridicamente por Kátia Mattoso como um dispositivo legal que pode ser concedido “solemnemente, ou não, direta ou indiretamente, expressamente, tacitamente, com ou sem documento escrito” (MATTOSO, 1990, p. 177). Cabe salientar que o registro da carta em cartório constituía uma garantia, caso houvesse alguma contestação a respeito da liberdade do ex-escravo. Com o documento, o escravo tornava-se liberto, adquirindo, portanto, personalidade jurídica. Porém, em uma sociedade em que o negro era quase automaticamente considerado escravo, fazia-se necessário que portasse sua carta de liberdade como meio de comprovar seu *status* jurídico, caso fosse questionado. Sendo o papel um suporte tão frágil para um bem tão precioso, que certamente precisaria ser comprovado diversas vezes ao longo da vida, a melhor maneira de proteger esse bem “para sua melhor segurança⁶⁰” era registrar o documento no livro de notas do tabelião. Dessa maneira, o extravio ou perda do documento, cuja ausência poderia criar complicações para o liberto, não impediria que o *status* adquirido fosse comprovado.

Certamente, nem todos os libertos registravam as cartas adquiridas e é bem possível que, em localidades menores, pequenas vilas como a de Arez, os libertos sentissem uma

60 Justificativa comum presente nos registros das cartas de alforria analisadas neste trabalho.

menor necessidade desse registro, pois, de maneira geral, todos se conheciam⁶¹. Mesmo os escravos domésticos que trabalhavam no interior das casas costumavam sair à rua, cumprindo ordens dos seus senhores, e tinham contato com outras pessoas livres e escravas. O conhecimento dos demais poderia trazer certa segurança que contribuiria para que determinados libertos não registrassem suas cartas de liberdade. Para os que viviam nas áreas rurais do termo da vila, talvez o registro fosse mais necessário para garantir a mobilidade dos libertos pelas povoações próximas, onde fossem pouco conhecidos.

Desse modo, o número de cartas registradas em um cartório não reflete o número de alforrias concedidas, visto que não havia a obrigatoriedade de se realizarem esses registros. Além disso, era preciso arcar com os custos cartoriais, o que poderia ser pouco viável para alguns recém-libertos, caso o senhor não se responsabilizasse por tais despesas. Nas cartas analisadas, não há a nomeação de quem pagou pelo registro.

Mas, para melhor conhecer as cartas de liberdade, faz-se necessário explicar que essas contêm informações como o nome do escravo, cor, filiação, idade e motivo da concessão, além de alguns dados sobre o senhor. Eram, portanto, documentos notariais ricos em informações sobre as manumissões.

As cartas de alforria podiam ser pagas, condicionais ou gratuitas, ou seja, adquiridas mediante alguma contrapartida que implicasse ônus para o escravo, ou adquirida sem nenhum

61 Em estudos a partir de alforrias contidas em testamentos, Roberto Guedes (2008, p. 188) supõe que o número de alforrias registradas em cartório menor que as deixadas em testamentos deve-se ao reconhecimento social da alforria.

ônus, o que era, nesse segundo caso, mais difícil de ocorrer. O que a historiografia sobre alforria tem demonstrado é que, na maioria das vezes, a carta de liberdade implicava ônus, fosse o pagamento em moeda, o pagamento em parcela, a substituição por outro bem, ou mesmo o cumprimento de determinadas atividades por um tempo estipulado ou indeterminado⁶². Nesta última situação, trata-se das chamadas alforrias condicionais⁶³.

Alguns historiadores utilizam uma divisão das alforrias em incondicionais pagas, incondicionais gratuitas, condicionais (incluindo uma infinidade de subdivisões de acordo com as condições)⁶⁴. Considera-se, aqui, apoiando-se em alguns autores (MATTOSO, 1990; EISENBERG, 1989; SCHWARTZ, 2001), a carta condicional como uma modalidade de carta onerosa, embora na terminologia de classificação utilizar-se-á apenas o termo *condicional*. No entanto, o *Dicionário de escravidão negra no Brasil*, de Clóvis Moura, define alforria condicionada da seguinte maneira:

Era uma das formas de alforria gratuita, dada pelo senhor, mas sob a condição de que o escravo prestasse

62 Principalmente os estudos de Mattoso (1990), Eisenberg (1989), Schwartz (2001), Paiva (2006) e Gonçalves (2011).

63 Neste trabalho, *Liberdades possíveis em espaços periféricos: escravidão e alforria no termo da vila de Arez*, utiliza-se a divisão paga, condicional e gratuita, por considerar que essa divisão mais apropriada às fontes, as quais oferecem pouca variedade de contrapartida do escravo em troca da carta de alforria.

64 Como exemplo, Karasch (2000), tratando das alforrias no Rio de Janeiro entre 1808-1850, as subdivide em condicional, incondicional, comprada, ratificada, além das alforrias no leito de morte, para as alforrias deixadas em testamento.

durante determinado prazo serviços a serem cumpridos, ou servisse a determinada pessoa que podia ser o próprio senhor, sua viúva ou algum herdeiro, por vezes até a morte deste (MOURA, 2002, p. 24).

As condições impostas aos escravos, conforme se observará mais adiante, implicavam um investimento no qual a alforria era paga com o próprio trabalho, não podendo, pois, ser considerada gratuita como define o dicionário supracitado.

Mesmo as ditas alforrias gratuitas demandavam um investimento de longos anos de trabalho do escravo liberto ou de sua mãe, em se tratando de criança. Era necessário investir, também, em um bom relacionamento com o senhor para conseguir a liberdade, ou contar com a ajuda de terceiros para intervir junto ao senhor. Desse modo, nota-se que havia todo um investimento individual que fazia do escravo um agente ativo na obtenção de sua liberdade, que não dependia apenas da vontade do senhor (PAIVA, 2006, p. 168).

As cartas de alforria permitem traçar um perfil dos alforriados, tarefa já realizada por estudiosos do tema aqui citados, os quais procuram identificar, principalmente, o sexo, a idade, a cor ou a etnia dos alforriados. Peter Eisenberg (1989) discorda da elaboração de um padrão único para o Brasil, sugerido por Gorender (2005), e considera importante observar as transformações históricas nas alforrias, tendo em vista que análises das alforrias em regiões distintas permitem identificar semelhanças e diferenças sobre as condições em que foram concedidas, uma vez que “as características do alforriado

‘padrão’ variavam conforme determinações históricas específicas no tempo e no espaço” (EISENBERG, 1989, p. 257), confirmando a validade desse estudo sobre alforrias em Arez, região periférica, caracterizada pela agricultura de gêneros alimentícios.

Alforrias pagas

O perfil elaborado por historiadores como Kátia Mattoso (1990) ou Stuart Schwartz (2001) toma como base uma numerosa documentação para compor um padrão de alforriados em determinadas regiões. As fontes aqui analisadas, entretanto, tratam de uma quantidade bem menor, com um período de tempo que foi definido em função das fontes encontradas, mas que apresenta uma interrupção, de maneira que não se tem uma continuidade completa. O estudo realizado tem como base os seguintes Livros de Notas do Tabelião de Arez: 1774-1782; 1785-1796; 1819-1821; 1826-1827. Apesar das interrupções sequenciais, é possível levantar algumas considerações e observações apoiando-se na bibliografia.

Quadro 11 – Formas de alforrias no termo da vila de Arez						
FORMAS DE ALFORRIA – AREZ						
Tipo	1774-1796		1819-1827		Qtde. Total	%Total
	Qtde.	%	Qde	%		
Onerosa paga	24	52,17%	8	50%	32	51,61%
Condicional	17	36,96%	4	25%	21	33,87%
Gratuita	5	10,87%	4	25%	9	14,52%
TOTAL	46	100%	16	100%	62	100%

Fonte: IHGRN. Cx. Notas. Livros de Notas de Arez 1774-1782; 1785-1796; 1819-1821; 1826-1827.

Inicialmente, observa-se uma maior quantidade de alforrias pagas no final do século XVIII e também no período referente ao século XIX. A porcentagem de alforrias pagas é semelhante à de outras localidades periféricas, a exemplo da Vila Nova de Souza, na Paraíba, segundo os dados levantados por Maria Vitória Barbosa Lima (2011), que identificou 53,7% de alforrias pagas para o período de 1792 a 1860.

O pagamento em dinheiro apresenta-se como principal meio de aquisição da carta de liberdade nas alforrias de Arez. Embora as cartas não mencionem como o escravo adquiria o dinheiro necessário ao pagamento, a não ser quando a quitação era realizada por terceiro, são visíveis ao menos dois aspectos: o primeiro é que o investimento era realizado pelo escravo, sobretudo o investimento em dinheiro; o segundo,

por sua vez, é a aquisição de um pecúlio⁶⁵, fato relevante já destacado por historiadores (CHALHOUB, 1990) como costume presente na sociedade.

No século XVIII e em grande parte do século XIX, não havia lei que garantisse a compra da alforria por parte do escravo, mesmo que ele pudesse pagar. Portanto, a compra dependia ainda da aceitação do senhor. Somente em 1871, com a *Lei do Ventre Livre*, os escravos passaram a ter o direito de adquirir a alforria, mesmo contra a vontade do seu senhor, desde que tivessem como pagá-la. Para alguns autores, como Chalhoub (1990), a lei de 1871 reconheceu um direito que já existia costumeiramente. Embora não fosse obrigatória, era costume a compra da alforria por parte do escravo com a anuência do senhor. Além disso, existiam casos em que o senhor não aceitava libertar o cativo, o que implicava para o escravo reivindicar a compra da alforria por meio de ação civil.

A identificação das atividades desenvolvidas pelos escravos seria fundamental para compreender como ocorria a formação do pecúlio em localidades pequenas e de pouco comércio como a localidade estudada neste trabalho. Somente em uma das cartas registradas no tabelionato do termo de Arez fazia-se referência à atividade desempenhada pelo liberto. O liberto em questão, o preto Mateus, era morador no termo da vila de São José, mas a carta foi passada a este pelo seu senhor em Goiana, Capitania de Pernambuco, onde vivia como

65 Pecúlio corresponde ao patrimônio havido, seja este em dinheiro ou bens (Dicionário Antônio de Moraes Silva, 1789). No caso das alforrias pagas no termo da vila de Arez, a maioria foi paga em dinheiro, somente uma foi paga com outros bens além de dinheiro.

escravo trabalhando “no manejo com o gado⁶⁶”. É possível que a atividade pecuária também possibilitasse a formação de um pecúlio. Mateus deve ter recebido remuneração pelo seu trabalho. Assim como ele, outros escravos moradores do termo de Arez, onde também se desenvolviam atividades ligadas à pecuária, também podem ter conseguido com esse trabalho algum dinheiro para suas alforrias. Intrigante, entretanto, é o fato de Mateus ter registrado a alforria em Arez e não em São José. Talvez a localidade onde morasse fosse mais próxima da vila de Arez do que de São José e, nesse caso, fosse mais conveniente recorrer ao serviço do tabelião do termo vizinho do qual morava.

A prática da alforria paga evidencia o esforço próprio do escravo. Conforme tem sido enfatizado pela historiografia⁶⁷, em uma abordagem que enfatiza o papel do escravo como agente ativo no processo de conquista de manumissão. Além disso, mostra-se que as alforrias não eram facilmente obtidas, dependendo, por vezes, de longos anos de espera para juntar o pecúlio necessário ou para cumprir as cláusulas condicionais.

Os autores que estudam as alforrias também procuram observar a quantidade de manumissões nas áreas urbanas e rurais. Schwartz (2001) analisou registros de alforria em Salvador no período de 1684 a 1745 que contavam com documentação da própria cidade, mas também das regiões

66 IHGRN. Cx Notas. Livros de Notas de Arez 1785-1796. Carta de alforria do preto Mateus.

67 Os trabalhos de Karasch (2000), Mattoso (1990), Schwartz (2001), Lara (1988), Chalhoub (1990), Paiva (2006); Bertin (2004) e Gonçalves (2011) são alguns dentre os que enfatizam o papel do escravo na conquista da liberdade.

próximas onde não havia cartório. O autor observou, em sua análise, a predominância da alforria de mulheres tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais, e estabeleceu, a partir da pesquisa, padrões para as alforrias, constatando uma proporção de duas mulheres para cada homem alforriado na Bahia.

Outra informação relevante diz respeito às alforrias pagas referentes ao período estudado por Schwartz (2001), cujo dado de quase 50% revela, na opinião desse historiador, que não é propriamente o caráter humanitário dos senhores que explica as manumissões, pois há uma contrapartida do escravo, de maneira que ele não está apenas ganhando a liberdade, mas pagando por ela. Além disso, os dados apresentados por Schwartz (2001) demonstram uma proporção equivalente de alforrias pagas em Salvador e nas áreas fora da cidade, o que relativiza a ideia de que as alforrias pagas ocorriam predominantemente nas áreas urbanas. Segundo o autor,

As emancipações pagas ocorrem proporcionalmente com a mesma frequência tanto nas áreas fora de Salvador quanto na cidade. Só será possível provar a “tese urbana” quando os cartórios “rurais” forem inteiramente examinados e houver dados que comprovem o volume total de emancipações (SCHWARTZ, 2001, p. 209).

Para o termo de Arez, cujas áreas ditas urbanas não se aproximam, quantitativamente, das de Salvador, encontrou-se uma maioria de alforrias pagas tanto referentes aos dados do século XVIII, quanto aos do século XIX (Quadro 11, p. 108), o que corrobora as considerações de Schwartz de que

a frequência de manumissões pagas não discrepava entre as áreas urbanas e rurais.

A vila de Arez, no final do século XVIII e início do XIX, apresentava pouco comércio, como se viu no primeiro capítulo. A historiografia, no entanto, tem demonstrado uma maior possibilidade de compra de alforria nas cidades e nas vilas, onde as atividades de ganho praticadas pelos escravos possibilitavam o acúmulo do pecúlio⁶⁸. Entre as principais atividades de ganho destacadas por esses autores, encontram-se a venda de frutas e verduras pelas negras, conhecidas como negras de tabuleiro, e as lavagens de roupa. Outras atividades, a exemplo das artesanais, também possibilitavam a formação de um pecúlio, no entanto a compra de alforria de um escravo artesão era mais cara, em razão dos rendimentos que esse escravo proporcionava ao senhor.

Embora não se saiba se algum dos libertos de Arez adquiriu seu pecúlio por meio de atividades de ganho, ou mesmo com rendimento de atividades artesanais, foi possível, ao menos, identificar a existência de escravos em atividades manuais nos inventários do século XVIII do termo da vila. O inventário de 1782 do Capitão-mor Felix Ferreira da Silva, morador da povoação de Goianinha, é bastante significativo, pois traz algumas informações sobre as atividades desempenhadas pelos

68 Estudos como os de Leila Mezan Algranti (1988) e Mary Karasch (2000) destacam as maiores possibilidades urbanas para a compra de alforria no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX. Há que observar que, embora a publicação de Karasch, no Brasil, seja de 2000, seu estudo é anterior ao de Algranti.

escravos na localidade de onde se origina o inventário⁶⁹. A presença de escravos sapateiros e carapinas⁷⁰ entre os escravos do referido Capitão-mor sugere, como visto no capítulo um, atividades de ganho.

Atividades como as de carapina e mestre sapateiro eram bastante rentáveis, pois eram especializadas e consideradas de ganho, nas quais o escravo entregava um percentual dos seus ganhos ao seu senhor. Este percentual era previamente combinado e permitido pelo senhor. Com os ganhos obtidos, o escravo conseguia juntar um pecúlio. Nesse sentido, possuir um escravo artesão era bastante rentável para o senhor, principalmente se houvesse poucos com a mesma habilidade na localidade, sobretudo sendo o escravo mestre. No entanto, a qualificação da atividade surge no momento de valoração do escravo no inventário, mas, nos documentos oficiais que especificam a ocupação dos habitantes, como o mapa de ocupações de 1811⁷¹, não houve especificação das funções dos escravos, o que dificulta a identificação de outras atividades, além das descritas nos inventários.

Levando-se em consideração que os artífices no termo de Arez eram diminutos, como exposto no primeiro capítulo,

69 INVENTÁRIO de Felix Ferreira da Silva. GALVÃO, Helio. Velhas heranças. *Revista Bando*, Natal BANDO. Natal, 1954. v. 4. n. 6. ano 5. p. 105-106. v. 4. n. 6, ano 5, p. 77-121, jul-ago, 1954.

70 Carapina, ou carpina, é a denominação que se apresenta na documentação para designar carpinteiro.

71 IHGRN. Cx. Mapas. Ocupações dos Habitantes da Parochia da Villa de Arez no anno de 1811. [sic]

os que existiam concentravam as atividades, o que poderia ser bastante lucrativo, inclusive, para o senhor. Entende-se, portanto, que a herdeira do Capitão-mor Felix Ferreira da Silva tenha solicitado uma valorização do preço dos escravos carapina e sapateiro, que tinham sido avaliados em 130 mil réis e 140 mil réis, respectivamente, pois escravos que desenvolviam atividades como estas eram mais valiosos.

Não se sabe se os escravos carapina e sapateiro chegaram a conseguir a alforria, pelos menos não foi encontrado nenhum documento referente a eles no período analisado. Contudo, a documentação apresenta lacunas de tempo que não permitem afirmar se eles não conseguiram a alforria, pois suas atividades eram rentáveis, como bem alegou a herdeira e, por isso, seus senhores não quiseram abrir mão da renda que proporcionavam. Outra hipótese é que poderiam ter conseguido comprar suas alforrias, mas o registro deve estar entre tantos outros documentos do Rio Grande do Norte colonial, perdidos ao longo do tempo.

Embora a função dos demais escravos do Capitão-mor Felix Ferreira da Silva não estivesse descrita no inventário, a menção a esses dois profissionais de ofícios mecânicos evidencia possibilidades de acumulação de pecúlio, mesmo nas pequenas vilas e povoações, não obstante em uma proporção menor do que em áreas urbanas maiores. E, em se tratando de Arez e seu termo, parece que tais possibilidades seriam mais prováveis na povoação de Goianinha, onde havia maior população e, certamente, mais atividades comerciais do que na sede do termo. Foi também o inventário de outro morador, Cipriano

Lopes Pimentel⁷², desta povoação que apresentou rendimentos advindos de serviços de escravos. No inventário desse senhor, consta o valor de oitenta e três mil e cinquenta réis referentes aos serviços de escravos e ainda, entre os bens trazidos à colação⁷³ pela filha do *de cujus*, além de escravos, constam os serviços deles no valor de vinte e dois mil seiscentos e cinquenta réis. Entretanto, não há especificação, no documento, de quais serviços esses escravos realizavam.

Por outro lado, não foram encontrados dados referentes à quantidade de escravos artífices no termo da vila de Arez para o século XVIII, de modo que os dados pudessem ser cruzados com as informações dos inventários. A despeito disto, sabe-se que, mesmo nos centros urbanos, a atuação de escravos como artesãos não era maioria, pois uma licença de artesão especializado era, muitas vezes, difícil de ser obtida, uma vez que requeria uma série de requisitos complicados de serem conseguidos por escravos. Portanto, muitos permaneciam na função de aprendizes e ajudantes (RUSELL-WOOD, 2005). No caso dos escravos referidos no inventário do Capitão-mor Felix Ferreira da Silva, há a menção de que um é mestre, inclusive esse é o argumento usado pela herdeira ao requerer o embargo do valor estipulado, com a finalidade de valorizar o preço do escravo.

72 INVENTÁRIO de Cipriano Lopes Pimentel. GALVÃO, Helio. Velhas heranças. *Revista Bando*, Natal, v. 2, nº 1, ano 3, p. 12-46, ago-set. 1951.

73 Nos inventários, os bens trazidos à colação são bens recebidos a título de doação em vida do *de cujus* como adiantamento da herança e, por ocasião do inventário, são incluídos no monte partível.

John Russell-Wood (2005) observa que os escravos participaram de forma variada na economia, assim como os negros e mulatos libertos. Mesmo com as dificuldades socialmente impostas, eles puderam aproveitar as oportunidades para conquistar sua alforria. Essa compreensão é uma interpretação constante na recente historiografia, que procura enfatizar o papel do escravo na sociedade e na sua própria vida. Além disso, esse autor lembra que, embora se presuma a predominância de manumissões nas áreas urbanas em detrimento das áreas rurais, deve-se procurar fugir dessa dicotomia com a finalidade de se perceberem os incentivos para as alforrias presentes na economia, o que variava de uma região para outra.

A maioria de alforrias pagas no termo de Arez leva a crer que o autor supracitado tem razão, ao afirmar que as oportunidades eram aproveitadas tanto nas áreas urbanas quanto rurais e que a formação do pecúlio não era exclusividade dos centros urbanos. Mesmo nas áreas rurais, os escravos poderiam realizar trabalhos remunerados ou produzir algo que pudessem vender, pois é sabido que senhores permitiam a produção agrícola para o sustento próprio do escravo⁷⁴. O que o escravo não consumisse poderia ser vendido, o que possibilitava o acúmulo de algum dinheiro para ser utilizado em uma futura compra de alforria.

74 Há uma discussão sobre a brecha camponesa como elemento de controle dos senhores sobre os escravos. Schwartz lembra a questão é complexa, e dependia de uma série de negociações e acordos que poderiam variar de uma região para outra (SCHWARTZ, 2001). Cf., também, Slenes (2011), Reis; Silva (1989).

As atividades urbanas desenvolvidas pelos escravos, além de lhes garantir um pecúlio, possibilitava mais autonomia de circulação pelas cidades, como também favorecia a formação de redes de sociabilidade que beneficiava a compra da alforria. No caso das localidades pesquisadas neste trabalho, nem a vila de Arez, nem Goianinha, povoação do termo dessa vila, possuíam as peculiaridades urbanas das cidades de Salvador, Rio de Janeiro e Recife, nem mesmo Natal, a única cidade da capitania. Por isso, pode-se supor que, mesmo pertencentes a realidades distintas, os escravos souberam aproveitar as oportunidades existentes para conseguir suas cartas de alforria, embora representassem uma minoria entre os que permaneciam cativos.

Ao traçar um perfil dos libertos, diversos estudiosos do tema da alforria concordam com a predominância feminina na obtenção da alforria, o que é observado em autores como Kátia Mattoso (1990), Stuart Schwartz (2001), que estudaram a Bahia no século XVIII, e Mary Karasch (2000), que estudou o Rio de Janeiro no século XIX, bem como Peter Eisenberg (1989) para Campinas, que, entre os séculos XVIII e XIX, observou uma exceção para os últimos anos da escravidão (entre os anos de 1886 e 1888), quando a quantidade de homens libertos foi superior à de mulheres. Quanto ao Rio de Janeiro do século XVIII, também foi encontrada uma maioria feminina nas alforrias, segundo expõe Antônio Carlos Sampaio (2005), bem como Sheila Faria (2011), que destacou o papel das pretas na compra de suas próprias alforrias nos séculos XVIII e XIX, no Rio de Janeiro, resultantes das atividades de ganho realizadas pelas pretas minas, segundo deduz a historiadora, ressaltando

que as cartas analisadas não mencionavam como aquelas mulheres conseguiram o dinheiro.

Outros documentos também evidenciam as mulheres na aquisição da alforria. Marcus Carvalho (2002) observa em mapas de população do Recife, na primeira metade do século XIX, uma maior quantidade de mulheres entre os libertos e vincula esse fato às possibilidades de trabalho urbano e ao trabalho doméstico que, por sua vez, possibilitava uma maior aproximação com os senhores e assim viabilizava a aquisição da alforria pelas mulheres.

Tratando da escravidão na cidade da Paraíba no século XIX, Solange Pereira da Rocha (2009) analisou 106 cartas com um total de 126 alforriados referentes às décadas de 1840 e 1860. Os dados encontrados pela pesquisadora apontam para um maior número de mulheres. “Das 126 pessoas alforriadas, as mulheres predominaram entre as mais beneficiadas; porém, a diferença em relação aos homens foi pouco significativa. Elas conseguiram 53,2% (68 de 126) das alforrias, enquanto eles, 46,8% (58 de 126)” (ROCHA, 2009, p. 268). A autora observa ainda que as mulheres e pardos constituem o perfil dos mais favorecidos com a manumissão nas décadas citadas (ROCHA, 2009). Apesar de tratar de um contexto já próprio da segunda metade do século XIX, de outro espaço e outra temporalidade, as informações da historiadora permite uma noção das alforrias em uma região mais próxima do Rio Grande do Norte.

No que diz respeito à maioria feminina, os estudos concordam que, entre as razões dessa primazia, encontra-se o fato de

muitas mulheres dedicarem-se às atividades urbanas, uma vez que já as exerciam na África (KARASCH, 2000), ou, ainda, que o custo de sua substituição era menor, ou que possuíam uma maior afetividade com o senhor. Devido a esses, dentre outros fatores, conseguiam obter mais facilmente a liberdade (MATTOSO, 1990). Por certo, a proximidade das escravas com seus senhores ou senhoras poderia facilitar a negociação das alforrias, já que se podem observar constantes referências às sensibilidades nos textos das cartas, com expressões do tipo: “pelo amor que lhe tenho”, “por me ter servido”. Embora se saiba que não são, exclusivamente, o amor e a afeição que libertavam, mas, também, a indenização, há que considerar que a convivência diária e próxima entre alguns senhores e escravos poderia facilitar as negociações.

Nos documentos de alforria de Arez, foram encontrados os seguintes dados:

Quadro 12 – Alforrias de adultos e crianças no termo da vila de Arez						
ALFORRIAS POR ADULTOS/CRIANÇAS						
Classificação	1774-1796		1819-1821/ 1826-1827		Qtde. Total	%Total
	Qtde.	%	Qtde.	%		
Crianças*	20	43,48%	3	18,75%	23	37,10%
Mulheres	14	30,43%	9	56,25%	23	37,10%
Homens	12	26,09%	4	25%	16	25,80%
TOTAL	46	100%	16	100%	62	100%

Fonte: IHGRN. Cx. Notas. Livros de Notas de Arez 1774-1796; 1819-1821; 1826-1827. *Levam-se em consideração, também, os que não tinham a idade identificada, mas que foi possível inferir tratar-se de crianças de até 12 anos.

O número de crianças alforriadas também se mostrou significativo nos dados de Arez e será analisado no próximo capítulo. Em algumas situações, estas manumissões estão atreladas à alforria conquistada pela mãe, que, por vezes, a conseguia para si e para os filhos, ou apenas para os filhos. Entre os homens que pagaram por sua alforria, somente havia a identificação de idade de cinco deles, que apresentavam entre 20 e 50 anos.

Entre as mulheres alforriadas no período referente ao século XVIII, nove pagaram por sua alforria, e cinco cumpriram cláusulas condicionais. Já no que se refere às alforrias obtidas no século XIX, as pagas equipararam-se às alforrias condicionais quanto ao número – quatro, no total – e somente uma foi gratuita. O pagamento de alforrias por mulheres, nos casos em que se pode identificar a idade, variou da seguinte maneira: quatro mulheres na faixa dos 20-30 anos; três mulheres na faixa dos 30-40 anos; e uma com 70 anos. As demais não tinham identificação de idade, mas no pequeno número identificado predominou a compra de alforrias ainda em idade produtiva, evidenciando a possibilidade de compra de alforrias mesmo em áreas predominantemente rurais ou de poucas formações urbanas.

Sobre as possibilidades de compra de alforria em áreas urbanas e rurais, Sheila de Castro Faria pondera o seguinte:

Os estudos empíricos parecem corroborar estas hipóteses [de que as alforrias eram mais frequentes nas zonas urbanas do que nas zonas rurais], embora haja algumas questões importantes que não devem ser

descartadas. Peter Eisenberg sugere que a qualificação profissional realmente poderia ajudar na alforria, mas a quantidade de mulheres escravas que prestavam serviço como domésticas e que tiveram proximidade com seus senhores deve ter contado favoravelmente para elas conseguirem a alforria, em particular aquelas conseguidas gratuitamente. Concordo com esta sugestão para explicar grande parte das alforrias. Só completo dizendo que esta situação existia tanto na zona urbana quanto na rural. Por outro lado, escravos rurais, apesar de não terem, como os urbanos, uma maior diversificação de ofícios, tinham acesso à terra e ao plantio de produtos que eram de sua propriedade. Vendiam o resultado de seu trabalho e/ou de sua família, sendo possível também a eles acumular pecúlio. Não eram só os escravos urbanos e das regiões mineradoras que tinham possibilidade de acumular bens ou dinheiro (FARIA, 2005, p. 113).

Assim, nas pequenas vilas e povoações, bem como nas áreas rurais, guardadas as devidas proporções, também era possível acumular pecúlio e comprar a alforria, como os dados de Arez têm mostrado. De modo que os esforços dos escravos para adquirir a alforria se dão nas diversas categorias espaciais, fossem urbanas ou rurais, nas quais os escravos estavam inseridos.

Que me acompanhe enquanto for vivo: alforrias condicionais

As condições impostas aos escravos, conforme já foi mencionado, implicavam um investimento em que a alforria era paga

com o próprio trabalho, na maioria das vezes, não podendo, pois, ser considerada gratuita como define o dicionário citado anteriormente, uma vez que o cumprimento de serviços cria um ônus para o escravo.

Entre as condições atribuídas ao escravo, poderia haver múltiplos exemplos de cláusulas condicionais, entre as quais a mais comum era acompanhar o senhor ou a senhora até à morte, mas, além dessa, as imposições poderiam, ainda, ser: pagar uma quantia em dinheiro para completar o valor da alforria; treinar um escravo substituto; substituir o senhor nas forças armadas; pagar as despesas do funeral do senhor ou da senhora (KARASCH, 2000); mandar rezar missas para a alma do senhor; prestar serviço a um terceiro designado pelo senhor; ou permanecer na função que exercia por um tempo estipulado ou até a morte do senhor (MATTOSO, 1990).

A prestação de serviços ao senhor ao longo do restante de sua vida, como uma maneira de garantir o serviço obediente do escravo, era frequente no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, sendo os senhores outorgantes das cartas, principalmente mulheres idosas, mas também havia outorgantes jovens e outorgantes homens que submetiam escravos à alforria condicional (KARASCH, 2000).

O serviço obediente do escravo, ao qual se refere Mary Karasch, implica uma conquista da liberdade que se processa diariamente, uma vez que o escravo precisaria manter-se merecedor da alforria aos olhos do senhor. Enidelce Bertin (2004) aborda a construção das relações entre senhores e escravos por meio do paternalismo enfatizado nas cartas de alforria

com termos como “por amor e por amizade” utilizados para justificar a manumissão expressa nos documentos como uma concessão senhorial. Este tipo de justificativa também está presente nas cartas de alforrias referentes à Arez e aparece quase como um padrão formal da escrita do documento. Para a autora, esse paternalismo “gerou uma certa acomodação estratégica dos escravos. Para estes, todo e qualquer esforço no sentido de conseguir a carta de alforria seria válido, inclusive demonstrar muito zelo, lealdade e bons serviços para o senhor” (BERTIN, 2004, p. 132). Esta percepção revela o escravo como indivíduo consciente das possibilidades de obtenção da alforria, atuando de maneira a criar oportunidades ou aproveitar as oportunidades existentes, o que encontra respaldo na concepção de Genovese de que os escravos e senhores interpretavam diferentemente o paternalismo⁷⁵.

Bertin considera que as cartas em cujos textos as alforrias são consideradas como uma concessão “encobrem a política senhorial de domínio pelo paternalismo” (Bertin, 2004, p. 180). Ou seja, enfatizar a alforria como concessão era uma maneira de controlar os escravos. Todavia, como essa política de domínio é “passível de distintas leituras por senhores e escravos” (MATTOS, 1995, p. 159), tanto poderia ser

75 Genovese enfatiza que o paternalismo é interpretado radicalmente diferente por senhores e escravos, pois “os escravos encontraram uma oportunidade de traduzir o próprio paternalismo numa doutrina de resistência às asserções de que a escravidão era uma condição natural para os negros, de que os negros eram radicalmente inferiores e de os escravos negros não tinham quaisquer direitos próprios” (GENOVESE, 1988, p. 25). O discurso paternalista presente nas cartas de alforria é abordado, em estudos recentes, além de Enidelce Bertin (2004), por Gabriel Aladrén (2009).

utilizada como forma de os senhores manterem o controle e o bom comportamento do escravo quanto poderiam ser fruto de ações dos escravos no sentido de influenciar o senhor a aceitar a alforria. Embora o paternalismo, enquanto “autodescrição da ideologia senhorial” (CHALHOUB, 2003, p. 46-47), procure encobrir os antagonismos sociais, não inviabiliza as solidariedades horizontais nem significa inexistência de antagonismos sociais.

A existência da política de domínio paternalista não impedia, portanto, de acordo com autores como Chalhoub (2000) e Bertin (2004), a articulação de escravos e libertos entre si, na criação e aproveitamento de oportunidades de conseguir a alforria⁷⁶. O que estes autores enfatizam é que havia, por parte dos escravos, consciência de suas ações, como por exemplo, agir de maneira a serem considerados merecedores da alforria, mesmo que essa fosse apenas uma promessa vinculada à morte do senhor, como era muito comum nos casos das cartas condicionais. Melhor ficar livre após a morte do senhor do que ser transmitida aos herdeiros a posse de sua condição de escravo.

Além de expressar o paternalismo, as alforrias condicionais expressavam meios variados de pagamentos, os quais poderiam ser viáveis para os escravos que não possuísem recursos para pagá-la em dinheiro. Logo, “sendo custoso arranjar dinheiro, de quando em vez o escravo persuadia o amo a aceitar, em substituição, os préstimos como liberto durante um certo tempo” (SAUNDERS, 1982, p. 190).

76 Sidney Chalhoub (1990) e Silvia Hunold Lara (1988) também tecem considerações sobre o paternalismo com base em Genovese.

A carta de liberdade obtida mediante o cumprimento de cláusulas condicionais gera diferentes interpretações sobre o momento em que o escravo torna-se liberto e sobre os filhos das escravas que nascem antes do cumprimento final das obrigações adquiridas pelas escravas.

Para Kátia Matoso, o escravo alforriado sob condição foi sempre considerado livre perante a lei, mas o gozo da liberdade é prolongado até caírem todas as cláusulas restritivas. Uma vez recebida a carta de liberdade condicional, o escravo não poderia ser alienado, nem hipotecado; além disso, o trabalho realizado pelos libertos sob condição não era considerado trabalho escravo, diz ainda a autora que os filhos das escravas libertas condicionalmente nasciam livres. O liberto condicionalmente estava equiparado ao menor não emancipado (MATTOSO, 1990, p. 208).

Mary Karasch (2000) apresenta compreensão diferente de Kátia Mattoso (1990), e considera que os alforriados condicionalmente eram tratados como escravos e os filhos de escravas alforriadas condicionalmente eram considerados, também, escravos, pois, para serem livres, “os senhores tinham que registrar a alforria de crianças nascidas de mulheres em liberdade condicional, ou tinham que estipular que todos os filhos dela nasceriam livres durante o período de sua alforria condicional” (KARASCH, 2000, p. 462). A observação da autora é coerente, pois se vigorava o princípio de que o parto segue o ventre, e havia a necessidade de registrar as alforrias de crianças nascidas de escravas libertas condicionalmente. Então, a conclusão é de que estas eram consideradas escravas. Contudo, pode-se ponderar se esse princípio era realmente

seguido, e se esses registros não eram uma medida de segurança para o caso de o princípio não ser respeitado ou, ainda, para o caso de a alforria da mãe ser revogada.

Algumas apreciações sobre o tema são realizadas por Sidney Chalhoub (1990). Ele acredita que as afirmações de Kátia Mattoso sobre a condição do *statuliber*⁷⁷ são realizadas com base em Perdigão Malheiro, em *A escravidão no Brasil*, embora a autora não cite as fontes. Conforme Perdigão Malheiro (1976, *Apud* CHALHOUB, 1990), o escravo, ao receber a alforria condicional, restitui a sua condição natural de homem e personalidade, “apenas o exercício pleno da liberdade é que permanece adiado” (CHALHOUB, 1990, p. 130).

Ao analisar ações civis de liberdade nas últimas décadas da escravidão, Sidney Chalhoub deparou-se com casos em que o princípio de que o parto segue o ventre é duplamente interpretado: tanto considerando que a escrava liberta condicionalmente ainda é escrava, portanto o filho também é; quanto se considerando, também, que a liberta condicionalmente é, de fato, liberta, portanto, seu filho é livre. Analisando-se outros casos em que os juízes decidem pela liberdade do escravo que recebeu alforria condicional e interpretam que o escravo é livre desde a data da escritura da liberdade, Chalhoub (1990) supõe que Kátia Matoso estava certa, ou seja, que os escravos libertos condicionalmente eram considerados libertos.

Mesmo que Kátia Mattoso esteja certa, os próprios exemplos analisados por Chalhoub demonstram a dupla interpretação referente à liberdade do liberto condicionalmente e,

77 Termo derivado do Direito Romano para definir o liberto condicionalmente.

certamente, esta dupla interpretação não deve ter sido exclusiva do século XIX, pois o próprio autor considera que os registros que fundamentam a interpretação de Mary Karasch podem indicar que houve diferentes soluções para o mesmo problema ao longo do tempo (CHALHOUB, 1990). No caso analisado por Chalhoub, da escrava Cristina, liberta sob condição, o curador alega que ela e as filhas praticavam atos de plena liberdade, prestavam serviço à viúva de quem obteve alforria apenas “quando requisitada”, “vive só” e não “paga jornal”. Esse autor considera que tais características expressam definições de liberdade próprias dos escravos, e conclui que “a situação dos escravos alforriados condicionalmente era variada na experiência cotidiana e também passível de diferentes interpretações jurídicas” (CHALHOUB, 1990, p. 115).

Com base nas observações dos historiadores aqui citados, entende-se ser arriscado tentar cristalizar a experiência do escravo liberto condicionalmente, tendo em vista, pelo que se pode concluir, que as experiências poderiam apresentar diferentes situações, a liberdade de locomoção, por exemplo, poderia variar de um caso para outro. Fossem os libertos condicionalmente considerados escravos ou não, pode-se observar que ainda estariam sob algum controle do senhor, uma vez que havia a possibilidade de revogação da alforria. O que parece ficar claro é a dificuldade de estabelecer o *status* jurídico do liberto sob condições, pois, pelo que se pode perceber, ele encontrava-se em uma situação de transição, a qual poderia ser ambigualmente interpretada.

Nas cartas de alforrias dos Livros de Notas de Arez, alguns senhores mencionavam que a liberdade seria adquirida com o

cumprimento da condição. Dessa maneira, a carta da crioula Adriana, de 1780, traz a situação seguinte:

Digo eu Inácio Álvares de Araújo que entre os bens que possuo há bem assim uma crioula por nome Adriana a qual com tanto que me acompanhe bem e fielmente e me sirva a meu contento como até aqui me tem feito até que Deus seja servido dispor de mim quero que de então por diante seja forra e liberta isenta de toda escravidão da mesma sorte que são todos os que nascem do ventre livre.⁷⁸

Outra carta registrada no mesmo livro de notas, no ano de 1777, traz a declaração a seguir:

Digo eu Dona Izabel de Figueiredo Maciel que entre os mais bens que possuo tenho uma mulata por nome Maria José a qual com a condição que me acompanhará até a morte a forro de hoje para todo o sempre para que se possa casar com Manoel da Silva e assim mesmo forro seu filho João que já nasceu e a cada os mais que tiver sem pensão ou condição alguma e para que a todo tempo conste esta minha vontade e esmola que lhe faço passei-lhe este papel que pedi ao Reverendo Padre Francisco Xavier fizesse por mim.⁷⁹

Pelos dois exemplos citados, podem-se fazer algumas ponderações. Na carta de Adriana, o senhor expõe que ela ficaria

78 IHGRN. Cx Notas. Livro de Notas de Arez, 1774-1782. Carta de alforria da crioula Adriana.

79 IHGRN. Cx Notas. Livro de Notas de Arez, 1774-1782. Carta de alforria da mulata Maria José.

isenta de toda escravidão somente após sua morte, momento em que a escrava encerraria o cumprimento da obrigação. A maneira como a carta está escrita leva a crer que a crioula permaneceria escrava e que a liberdade ainda demandaria uma espera. No segundo caso, no entanto, da mulata Maria José, sua senhora a libertou para que pudesse casar, mas a mulata continuaria servindo à senhora, a qual deixa previamente esclarecido na carta que os filhos que Maria José vier a ter já serão “forros”. Pode-se perceber, então, certa ambiguidade, pois se Maria José já seria considerada livre “de hoje para todo o sempre” como a carta menciona, seus filhos nascidos deveriam ser considerados livres, porém a senhora, ao declarar que forra o filho que a escrava tinha e os que ela viesse a ter, parece demonstrar que não havia uma garantia de que os filhos de escravas libertas condicionalmente seriam considerados livres.

Em outra situação, registrada no livro de notas de Arez em 1826, o senhor Francisco Xavier de Souza, para evitar uma possível disputa relacionada aos filhos de uma escrava liberta condicionalmente, chamada Francisca, procurou se prevenir expressando claramente na carta da escrava que se a ela parisse enquanto ele estivesse vivo, período em que a escrava estaria cumprindo a cláusula condicional de acompanhá-lo até a morte, os filhos dela seriam escravos do senhor e de seus herdeiros. Ao mesmo tempo, o senhor expressa claramente que a escrava só poderia gozar de liberdade após a sua morte⁸⁰. Logo, para Francisca, a alforria expressa na carta somente se cumpriria com a morte do senhor.

80 IHGRN. Cx. Notas. Livro de Notas de Arez, 1826-1827. Carta de alforria da crioula Francisca.

Com base nesses exemplos e nos exemplos da historiografia, pode-se inferir que a condição dos escravos alforriados condicionalmente era de fato ambígua em diversos momentos da história.

A condição de acompanhar o senhor enquanto ele fosse vivo era uma cláusula bem comum nas cartas de alforria condicionais. As cartas registradas em Arez têm essa condição presente, além de algumas trazerem, também, a obrigação de mandar rezar missas para a alma do senhor ou senhora, conforme se analisará adiante.

Há um caso na documentação de Arez em que a condição de acompanhar o senhor até sua morte foi revogada. Trata-se da escrava Clara, mulata de dois anos de idade que recebeu a carta de alforria juntamente com seus dois irmãos Joaquim e José, de 4 anos e 7 anos, respectivamente, todos sob condição de acompanhar o senhor até a morte. Porém, se Clara se casasse antes de o senhor morrer, ficaria livre da obrigação de acompanhá-lo. A carta foi escrita em 1783 e registrada em 1791, mas, no mesmo documento em que consta o registro da carta, há, também, uma declaração do senhor na qual afirma que Clara “fique logo de hoje em diante forra liberta sem pensão nem condição alguma [...] e derrogo qualquer cláusula ou condição que nesta haja⁸¹”. Nesse caso é possível crer que, ao menos para o senhor, enquanto a escrava tivesse obrigações a cumprir, não estava de todo livre. Como se vê, os exemplos aqui citados demonstram diferentes percepções

81 IHGRN. Cx. Notas. Livro de Notas de Arez, 1785-1796. Carta de alforria que dá o Sargento Mor Luis da Rocha de Carvalho ao mulatinho Joaquim e José e a mulatinha Clara.

sobre a condição jurídica do *statuliber*: ora considerados libertos, ora considerados escravos.

A carta de liberdade podia ser adquirida diretamente do proprietário ou por meio de seu testamento. O testador podia dispor de um terço de seus bens, logo, poderia deixar em testamento a alforria de algum, ou alguns cativos, desde que não ultrapassasse em valor a terça parte dos bens, caso contrário a alforria poderia ser considerada nula (MATTOSO, 1990).

Segundo Stuart Schwartz,

Há muito tempo já se reconheceu que a emancipação de escravos estipulada em testamento era prática comum [...]. Os escravos libertados pelo testamento do senhor eram escolhidos por deferência especial. Os senhores não libertavam simplesmente todos os escravos, mas, pelo contrário, escolhiam alguns especialmente “merecedores” de recompensa. [...] Deve-se notar que a emancipação expressa em testamento não significa que seja emancipação sem pagamento (SCHWARTZ, 2001, p. 206-207).

Pode-se observar na afirmação do autor a utilização de uma política de privilégios utilizada pelos senhores na concessão da alforria e o reconhecimento de que essa concessão não era algo gratuito, uma vez que o elemento legado em muitos casos era a possibilidade de comprar a liberdade. Esse autor expõe, ainda, que era comum os escravos alforriados em testamento serem mencionados como escravos *coartados* ou *costados* (SCHWARTZ, 2001, p. 208), sobre os quais incidia uma cláusula de pagamento. Assim, “coartado” é definido como:

escravo que conseguia o direito, expresso por seu proprietário em testamento ou outro documento, de pagar pela própria alforria; a esse cativo era permitida uma certa liberdade de movimentos ou capacidade de obter e conservar a posse de bens que lhe permitissem acumular a quantia necessária (SCHWARTZ, 1988, p. 214).

A coartação foi estudada por Eduardo França Paiva (1995), a respeito das alforrias em Minas Gerais. Para este historiador,

Resultados de acordos diretos entre as partes envolvidas, as coartações foram muito comuns na Capitania e, provavelmente, em outras áreas mais urbanizadas da Colônia, como Recife, Olinda, Salvador e Rio de Janeiro. Não obstante seu uso recorrente, a prática é quase desconhecida pela historiografia brasileira sobre escravidão [...]. Tratava-se, pois, de uma autocompra regida por um acordo verbal estabelecido entre senhor e escravo ou, como em muitos casos, por um documento denominado Carta de Corte, assinada pelo proprietário, mas não registrada em cartório, pelo menos costumeiramente. Na carta, as bases do acordo eram explicitadas, como o valor acertado, a periodicidade dos pagamentos, a delimitação da região por onde o coartado poderia andar à procura de trabalho e as penas a serem aplicadas caso o acordo não fosse rigorosamente cumprido pelo futuro liberto (seria reconduzido ao cativo e os pagamentos já efetuados seriam considerados jornais devidos). Ele, então, poderia formar o pecúlio longe do domínio senhorial, mas deveria custear suas despesas com alimentação, habitação, vestimenta e saúde (PAIVA, 1995, p. 51).

Pode-se observar que, para Eduardo F. Paiva, o pagamento em parcela é uma das características da coartação, mas, pelo que se pode deduzir da exposição de Stuart Schwartz, esse tipo de pagamento não era o único. O que, na coartação, é a permissão dada ao escravo para ele trabalhar e conseguir o dinheiro, bem como a estipulação prévia da forma de pagamento acordado entre senhor e escravo. Enquanto trabalhava para pagar sua liberdade, o escravo continuava cativo. Quanto ao coartado,

em momento algum ele deixava de ser escravo, mesmo que se diferenciasse dos outros pelos privilégios temporários. Prova disso é que se uma coartada tivesse filhos durante esse período eles seriam considerados escravos do senhor da mãe, independentemente da libertação dela. Esses problemas parecem, no entanto, ter sido superados pelos cativos envolvidos. Durante o século XVIII não houve retração no número desses acordos. Ao contrário, acentuava-se com o passar dos anos (PAIVA, 1995, p. 51).

Outro dado significativo para a compreensão da complexidade das manumissões diz respeito aos filhos de escravas coartadas serem considerados escravos, diferentemente dos filhos de escravas que recebiam carta de alforria condicional, os quais eram considerados livres, conforme defesa de Kátia Mattoso. Embora a situação dos escravos coartados seja semelhante à do alforriado condicionalmente, o entendimento sobre os filhos das escravas, pelo exposto, teria sido diferente.

Embora não se tenha encontrado testamentos referentes à Arez⁸², foram encontrados registros de alforrias deixados em testamento. Nesses casos, as cartas de liberdade foram escritas pelo testamenteiro e mencionam que o escravo ficou *cortado em testamento*. Em alguns casos, menciona-se, também, o valor ou a condição exigida em troca da liberdade. Foi o caso do “escravo crioulo João Manoel que ficou cortado no testamento da defunta Catharina Barbosa de Almeida em preço de cinquenta mil réis.⁸³” João pagou ao testamenteiro com um cavalo, no valor de dezesseis mil réis e o restante em dias de trabalho em dinheiro, não especificado quanto. A mesma senhora deixou, também, “cortada em testamento” a alforria de Maria Francisca, preta do gentio de Angola, cujo valor no documento aparece corroído, mas foi pago pelo Capitão-mor Manoel Teixeira de Souza⁸⁴. A carta menciona a vontade do outorgante do testamento, a condição ou preço estabelecido e a declaração da quitação, fosse pelo escravo ou por um terceiro.

Maria, preta do gentio de Angola, escrava de Marcelino da Silva Fernandes, avaliada em cinquenta mil réis, pagou trinta mil ao senhor e vinte mil aos herdeiros, quando do

82 Nas transcrições de inventários utilizadas neste trabalho, realizadas pelo historiador Helio Galvão, ele menciona que alguns inventários possuíam testamentos em anexo que, no entanto, não foram publicados, nem os originais foram encontrados no decorrer da pesquisa.

83 IHGRN. Cx Notas. Livro de Notas de Arez. 1785-1796. Carta de liberdade do crioulo João Manoel.

84 IHGRN. Cx Notas. Livro de Notas de Arez. 1785-1796. Carta de liberdade de Maria Francisca.

falecimento do senhor⁸⁵. Porém, outros escravos do mesmo senhor não tiveram a mesma sorte, pois entraram no inventário, sendo uma mulher adulta, Alcanja, e mais quatro crianças, cujos destinos não se sabe⁸⁶.

A mulata Antônia e seus quatro filhos tiveram suas alforrias deixadas em testamento e recebidas pelo testamenteiro de sua senhora, Floriana Guedes de São Miguel, depois de terem cumprido obrigações de mandar rezar missas para sua senhora⁸⁷. O testamenteiro também mencionava que a escrava cumpriu os anos deixados em testamento, o que significa, possivelmente, que já havia um acordo de a escrava acompanhar a senhora até a morte para receber a alforria em testamento. Assim, após entregar ao testamenteiro as certidões das missas, conforme o documento descreve, a escrava pôde tornar-se liberta junto com seus filhos. O documento de liberdade da mulata Antônia possibilita perceber o cumprimento da alforria pelo testamento, além de deixar clara a ideia de que a alforria se efetivou somente mediante o cumprimento das obrigações. A espera de Antônia e seus filhos foi bem-sucedida, mas a

85 IHGRN. Cx Notas. Livro de Notas de Arez. 1785-1796. Carta de liberdade de Maria preta do gentio de Angola.

86 INVENTÁRIO de Marcelino Vieira. GALVÃO, Helio. Velhas heranças. *Revista Bando*, Natal, v. 4, n. 6, ano 5, p. 77-121, jul-ago, 1954. A transcrição não expõe a partilha dos bens, portanto, não se sabe o destino dos escravos. Também não expõe se as quatro crianças eram filhos de Alcanja, mas é bem provável que o fossem, pois era a única escrava listada no rol, além das crianças.

87 IHGRN. Cx Notas. Livro de Notas de Arez. 1785-1796. Carta de alforria da mulata Antônia e seus quatro filhos.

liberdade, de fato, somente ocorreu ao final do cumprimento das obrigações.

Observa-se, então, que os escravos coartados presentes na documentação de Arez pagaram por suas alforrias de diversas maneiras: seja integralmente, parceladas, com prestação de serviço, ou dando um bem em troca, o que significa, também, que eram várias as possibilidades aproveitadas pelos escravos para conseguir a alforria, mesmo que, para isso, tivessem que esperar até a morte do senhor. Em razão das diferentes formas de pagamento das alforrias dos escravos coartados encontrados nos documentos pesquisados, acredita-se que não caberia, aqui, considerar as alforrias desses escravos como um subtipo de alforria condicional do mesmo modo que faz Enidelce Bertin (2004), pois, pelos exemplos aqui citados, os escravos coartados obtiveram alforrias condicionais, mediante pagamento em moeda, pagamento com entrega de bem aliado a outras formas de pagamento, pagamento parcelado. Destarte, estas manumissões foram inseridas na categoria condicional ou na categoria onerosa paga, de acordo com cada situação.

A prática de alforriar escravos em testamento era relativamente comum. Sendo assim, a morte do senhor tanto poderia representar uma incerteza para o escravo quanto ao seu destino quanto poderia representar uma esperança de manumissão em razão de promessas de liberdade (CHALHOUB, 1990). Os escravos poderiam ser transmitidos aos herdeiros do senhor e, nesse caso, poderiam correr o risco de ter suas famílias separadas. Desse modo, a alforria obtida com a morte do senhor evitava que o cativo entrasse no espólio disputado entre os herdeiros (KARASCH). Para a escrava Antônia, a alforria dela

e de seus filhos, obtidas com a morte de sua senhora, garantiu a manutenção da família, direito que também foi reconhecido somente pela já citada lei de 1871⁸⁸.

Para Silvia Hunold Lara,

Mesmo quando aparecia registrada nos livros de notas de um Tabelião, a carta de alforria tinha sido prévia e verbalmente acertada entre senhor e escravo. Tal ajuste reativava ainda mais a dependência escrava diante das vontades e interesses senhoriais, não só pela convivência implícita do escravo em relação às regras impostas pelo senhor, mas também porque permitia uma ampla manipulação senhorial destas mesmas, adequando-a ainda mais aos seus interesses. O caráter verbal destes tratos, a frequente distância temporal entre eles e o registro escrito – além, é claro, do caráter eminentemente pessoal da dominação escravista – faziam com que o momento da morte do senhor se constituísse num momento crítico da relação. Podia tanto constituir-se em ocasião favorável para a fuga quanto envolver reformulações de tratos a respeito do sustento, trabalhos a serem executados, etc. Mais frequentemente, no entanto, a morte do senhor era um momento importante, sob vários aspectos, no que diz respeito à alforria (LARA, 1998, p. 254).

Pelo exposto, se as cartas de liberdades vinculadas à morte do senhor garantiam a alforria e liberavam os escravos manumitidos de entrar no espólio, por outro lado, era um meio

88 Lei 2.040 de 28 de setembro 1871, art 4º § 7º: em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos, é proibido sob pena de nulidade, separar os cônjuges e os filhos, menores de 12 anos, do pai ou da mãe.

de garantir a obediência e reforçar o poder do senhor sobre o libertando. As condições impostas aos libertos sob condição que incluíam “cláusulas que impunham um retardamento muito grande ao *statuliber* revelam-se, pois, um meio maravilhoso de satisfazer, ao mesmo tempo, a sede de liberdade do escravo e o desejo do amo de não perder um bom servidor” (MATTOSO, 1990, p. 209). Kátia Mattoso considera que “o alforriado sob condição situa-se acima da massa de escravos, mas o senhor tem sobre ele um controle perfeito e a segurança de ser bem servido, em geral até a morte” (MATTOSO, 1990, p. 209), o que a autora define como uma situação híbrida, meio-escravo, meio-liberto. Por estas considerações, o *status* jurídico do escravo manumitido sob condições poderia ser considerado liberto, embora muitas vezes, na prática, nas atividades desenvolvidas no dia a dia, continuasse como escravo, tendo em vista que, no cotidiano, muitas vezes a relação de subordinação ao ex-senhor continuava, situação reforçada pela possibilidade de revogação da alforria.

Para Peter Eisenberg (1988), diferentemente das alforrias indenizadas monetariamente, que se aproximavam de um contrato de pagamento, as alforrias condicionais mediante prestação de serviço distanciavam-se de um contrato de trabalho em virtude da indefinição do prazo de trabalho. Porém, nem todo contrato de trabalho requeria estipulação de prazo; desse modo, esse aspecto não inviabilizaria a compreensão da alforria condicionada à prestação de serviço até a morte do senhor como algo próximo a um contrato de trabalho. Não será aprofundado aqui o *direito das obrigações*, mas confirmam-se, por tais considerações, a complexidade das alforrias

condicionais e a dificuldade de enquadrá-la em uma classificação estática. Destarte, o termo *híbrido* é, provavelmente, o mais apropriado para definir estas alforrias e os libertos condicionalmente, que ora eram considerados escravos, ora eram considerados forros.

Analisando o que a historiografia expõe sobre o *statuliber* e o que as cartas condicionais de Arez apresentam, é possível compreender a condição jurídica do liberto condicionalmente como um entremeio, uma condição de trânsito, em que as margens do que é ser escravo confunde-se com as margens do que é ser liberto. Um dos elementos descritos na historiografia que corrobora essa interpretação é a ambiguidade a respeito da condição jurídica dos filhos de escravas libertas condicionalmente. Outro refere-se às diferentes interpretações sobre tal condição presentes nos processos de ações civis de liberdade analisados por Sidney Chalhoub. Além disso, as fontes aqui analisadas, as cartas de alforria registradas nos Livros de Notas de Arez, também demonstram ambiguidade quando, ora declara a alforria “de hoje para todo o sempre”, ou seja, da data em que a carta foi escrita, ora declara a liberdade para depois da morte do senhor.

As alforrias condicionais no termo da vila de Arez foram dadas por senhoras e tinham como condição acompanhar e servir ao senhor ou senhora enquanto fossem vivos. No capítulo seguinte ver-se-á que as senhoras concederam mais alforrias pagas do que condicionais, mesmo assim, as alforrias sob condição eram uma maneira de assegurar o acompanhamento e cuidados para si durante a velhice. Segundo Karasch,

em particular, mulheres idosas que temiam a doença, a idade e a morte, recorriam à alforria condicional para proteger uma escrava favorita de seus herdeiros e motivá-la a cuidar delas até a morte. Somente se cumprisse a condição de prestar serviço bom e leal até a morte do dono é que o escravo ou escrava receberia a liberdade (KARASCH, 2000, p. 461).

Se as cartas já eram obtidas quando a senhora ou senhor já se consideravam próximos à morte, a promessa de liberdade teria maior probabilidade de ser cumprida do que o contrário.

No que diz respeito às alforrias condicionais, foram identificadas 21 (vinte e uma), sendo 17 (dezessete) para os anos referentes ao século XVIII e 4 (quatro) para os anos referentes ao século XIX, no total das 62 (sessenta e duas) cartas levantadas no tabelionato de Arez (ver Quadro 11, p. 108). Em uma dessas, Dona Catharina Barbosa registrou no Livro de Notas de Arez, em 1781, quatro cartas de alforria, todas sob condição: à crioula Maria do Rosário foi concedida a alforria nos seguintes termos:

por criá-la em meus braços [...] por lhe ter muito amor [...] a forro de hoje para todo o sempre de toda escravidão e cativoiro como se do ventre de sua mãe forra nascesse porém com a obrigação de me acompanhar e me servir enquanto eu for viva e morrendo eu mandar-me dizer uma capela de missas pela minha alma e cumprindo com as tais obrigações poderá gozar de sua liberdade.⁸⁹

89 IHGRN. Cx. Notas. Livro de Notas de Arez, 1774-1782. Carta de alforria lançada a requerimento de D. Catharina Barbosa.

Percebem-se nas demais alforrias presentes na mesma nota, descrições semelhantes. A crioula Maria Lourença foi liberta

por ter dado bom serviço e me ter acompanhado com fidelidade [...] como de fato forra tenho de hoje para todo o sempre de minha livre vontade sem constrangimento de pessoa alguma com obrigação porém de me servir e acompanhar [...] e morrendo eu mandar rezar-me uma capela de missas.⁹⁰

Já o escravo Antônio “crioulinho” foi liberto, “por lhe ter amor e ter criado em meus braços”, com a obrigação de

me servir e acompanhar enquanto eu for viva e depois de eu morta poderá o dito crioulinho tratar de sua vida e usar de sua liberdade como as mais pessoas forras e libertas como se do ventre de sua mãe forro nascesse, porém com a obrigação de mandar dizer por minha alma uma capela de missas.⁹¹

As mesmas obrigações de servir e acompanhar até a morte da senhora foram impostas à “crioulinha” Januária, afilhada da senhora Catharina Barbosa e filha de Maria Lourença, também liberta condicionalmente. A afilhada foi a única que não recebeu a obrigação de mandar rezar as missas.

Segundo Schwartz (2001), era comum o uso do diminutivo para descrever crianças e adolescentes. Sendo assim, é possível supor, aqui, que Januária ainda era criança ou muito jovem,

90 IHGRN. Cx. Notas.Livro de Notas de Arez, 1774-1782. Carta de alforria lançada a requerimento de D. Catharina Barbosa.

91 IHGRN. Cx. Notas.Livro de Notas de Arez, 1774-1782. Carta de alforria lançada a requerimento de D. Catharina Barbosa.

visto que foi tratada como “crioulinha”, e que, possivelmente, não teria autonomia para encomendar as missas, ou, ainda, que receberia menos obrigações do que os outros por ser afilhada da senhora.

Além da preocupação em garantir uma companhia até a morte, as cartas supracitadas evidenciam uma preocupação da senhora com o destino de sua alma após a morte. Essas preocupações, no Brasil dos séculos XVIII e XIX, estavam presentes nas diferentes camadas sociais, registradas tanto em testamento de senhores quanto de escravos.

Analisando testamentos do século XIX, João José Reis (1991) identificou uma acentuada encomenda de missas destinadas a diversos beneficiários. Os ex-escravos testamenteiros também costumavam encomendar missas para familiares, padrinhos, parceiros comerciais e antigos senhores. O autor observa que os libertos ofereciam mais missas para seus ex-senhores, chamados de patronos, do que para parentes, e infere que isso “reflete um compromisso ideológico com o paternalismo senhorial e com novas regras (católicas) de descendência, impostas pela escravidão” (REIS, 1991, p. 212). Essas missas poderiam estar relacionadas ao cumprimento de cláusulas de cartas de alforria (OLIVEIRA, 1988, *apud* REIS, 1991). Entretanto, Reis infere que a quantidade de missas encomendadas pelos libertos não equivale ao valor da alforria, insistindo na tese de que as encomendas de missas refletem a sujeição do ex-escravo ao ex-senhor.

Pode-se considerar que, embora uma razão não exclua necessariamente a outra, a hipótese de cumprimento de cláusula

de carta de alforria é bem plausível, mesmo porque, no caso de cláusulas condicionais, as encomendas de missas eram acompanhadas de outras condições que os escravos deveriam cumprir. Portanto, não eram somente as encomendas de missas que pagavam as alforrias, e sim um conjunto de obrigações que os escravos deveriam realizar enquanto o senhor estivesse vivo. Quanto à hipótese de sujeição do escravo ao senhor, pode-se concluir que essa sujeição estende-se, do mesmo modo, ao período pós-morte do senhor. Embora haja uma dependência da alma no cumprimento do acordo, é possível supor que a dependência do escravo ao senhor garantiria o cumprimento de tal cláusula condicional. Além do valor monetário das missas, no cumprimento da cláusula estava implícito também um valor simbólico de reconhecimento da “dáviva” (BOURDIEU, 2001), uma retribuição pela alforria.

Márcio de Souza Soares (2009), ao analisar as alforrias sob a ótica da dáviva, com base no conceito de Marcel Mauss, compreende que a dáviva que encerra a alforria implicava uma retribuição do escravo liberto, uma continuidade da relação que explicaria as condições em troca da alforria. Nesse sentido, a alforria faz parte de uma relação de troca, embora desigual, salienta o autor.

As missas, assim como as esmolas, eram formas de aliviar a passagem do fiel pelo purgatório, lugar intermediário de purificação da alma, cuja crença foi bem difundida pelo Conselho Tridentino (VOVELLE, 2010). Logo, no Brasil do século XVIII e XIX, era comum a encomenda de missas deixadas em testamentos de senhores e de libertos (RODRIGUES, 2010; REIS, 1991). Desse modo, a preocupação com o destino

de sua alma estava presente nas cartas deixadas por Dona Catharina Barbosa.

Por meio de testamento ou de cláusulas condicionais das cartas de alforria, muitos escravos viam-se obrigados a aliviar a possível passagem de seus senhores pelo purgatório, a exemplo dos escravos de Dona Catharina Barbosa. Pode-se notar, então, que, nas cartas de alforria, os senhores demonstravam uma preocupação com o lugar da sua alma. Com isso, atribuíam aos escravos a tarefa de mandar rezar as missas como condição de liberdade.

As missas e as prestações de serviço, na opinião de Márcio Soares (2009), seriam, então, um retorno do dom e um reforço dos laços morais entre senhores e ex-escravos. O autor comenta sobre as missas deixadas em testamentos de libertos para seus ex-senhores como exemplo da continuidade de uma relação de dominação que não se encerra com a alforria. No caso das missas como parte da condição da alforria deixada por Dona Catharina, pode-se perceber a permanência de uma obrigação moral do escravo com o ex-senhor, ainda que esse não estivesse vivo. Essa obrigação moral faz parte da dádiva, uma vez que esta envolve o ato de dar e receber, os quais não são atos desinteressados, e ainda, a obrigação de dar implica na obrigação de retribuir, criando-se assim uma “aliança” entre quem dar e quem recebe (MAUSS, 2001). Com base nas alforrias de Arez, o compromisso moral de retribuição fica mais evidente nas cartas condicionais, pois estas demonstram um compromisso do escravo com o senhor após a concessão da alforria e mesmo depois que esse falece.

As cartas de alforria condicionais possuíam cláusulas a serem cumpridas pelos escravos, sendo imposições determinadas pelo senhor por um tempo estipulado. Muitas vezes, a condição referia-se a cuidar do senhor ou senhora até sua morte, como já foi comentado, o que significa que a conquista da alforria plena poderia demorar muito tempo. Sob esse olhar, pode-se entender que a alforria, se condicionada ao exercício de funções até a morte do senhor, não representava a liberdade plena, mas significava, ao menos, uma possibilidade de liberdade.

Ao citar o caso de um africano que, em 1790, incluiu em seu testamento as almas do purgatório, João José Reis supõe ser possível “uma associação entre a experiência do purgatório e da escravidão na mente dessa gente que um dia fora escravizada” (1991, p. 217). Se for possível uma associação entre o purgatório e a escravidão, essa associação pode ser mais próxima em se tratando das cartas de alforria condicionais. Compreendendo o purgatório como um lugar intermediário, um misto de sofrimento e esperança de salvação, é possível uma analogia com a liberdade condicional, uma vez que ela pode representar uma transição para a liberdade, logo, uma promessa de liberdade, assim como o purgatório era uma promessa de salvação.

No caso dos escravos de Dona Catharina Barbosa, a espera entre o momento em que as alforrias lhes foram passadas e a morte da senhora não foi tão longa. Pela quantidade de encomenda de missas, Dona Catharina já deveria ter consciência de estar perto da morte, como, de fato, estava. As cartas são de 1780 e registradas em 1781, alguns meses antes do início

do inventário dessa senhora, que era viúva e não tinha filhos, o que pode explicar as alforrias condicionais como uma maneira de garantir companhia até a morte, bem como livrar os seus escravos mais próximos das disputas dos herdeiros, o que provavelmente existiu, pois, até 1785, a partilha ainda não havia sido feita em virtude de embargos interpostos pelos parentes herdeiros⁹².

Alforria e mobilidade espacial: para ir onde quiser

Mesmo que as alforrias implicassem na manutenção de uma relação de dependência ou de subordinação ao ex-senhor, a carta de liberdade possibilita uma mobilidade espacial que, em muitos casos, era negada aos escravos, pois viver “sobre si” era uma condição que não atingia grande parcela de escravos. Almejava-se então, entre outras expectativas, a mobilidade no espaço.

No caso das alforrias condicionais, parece mais provável que somente após o cumprimento das obrigações, poder-se-ia dispor da plena liberdade de mobilidade espacial. A ideia de mobilidade espacial como sinônimo de liberdade é abordada por Hebe Mattos (1980), que revela as dificuldades de os forros exercerem essa mobilidade sem a contestação da liberdade,

92 INVENTÁRIO de Catharina Barbosa. GALVÃO, Helio. Velhas heranças. *Revista Bando*, Natal, v. 4, nº 6, ano 5, p. 77-121, jul-ago, 1954. O inventário não foi transcrito em sua totalidade, pois o documento não se encontrava legível e do testamento só foram transcritos os dados de identificação e o valor em título de escravos, mas sem mencionar quantos nem quais escravos.

uma vez que havia a possibilidade de reescravização. Desse modo, a aquisição da alforria nem sempre implicava a liberdade plena, pois viver sob a possibilidade de reescravização revela uma fragilidade da liberdade alcançada com a carta de alforria.

Nos textos das cartas de alforria do termo da vila de Arez, também é possível perceber algum significado da liberdade. A escrava Genebra comprou sua carta de alforria, em cujo documento registrava-se que ela “poderá usar de sua liberdade para ir onde quizer [sic]⁹³.” Com base nisso, pode-se inferir a ideia de liberdade relacionada à mobilidade espacial. Depois de anos, Genebra não precisaria mais prestar contas a um senhor para onde fosse, nem tampouco esperar pela sua permissão, ou ainda, poderia mudar-se para outra vila.

No entanto, em algumas cartas condicionais, a liberdade de *ir onde quizer* vem depois do cumprimento da obrigação. Desse modo, a mulata Antônia “pode ir por onde quizer ella e seus quatro filhos [...] por ter cumprido com as certidões expressadas [sic]⁹⁴”. Esse trecho da sua carta de liberdade sugere que a liberdade de deslocamento vem depois do cumprimento da cláusula condicional.

O mulatinho Silvestre Pereira, escravo de Maria de Souza, recebeu, em 1789, alforria condicionada a acompanhar a senhora enquanto ela fosse viva. O texto da carta registra

93 IHGRN. Cx. Notas. Livro de Notas de Arez. 1774-1782. Carta de alforria da mulata Genebra.

94 IHGRN. Cx. Notas. Livro de Notas de Arez. 1785-1796. Carta de alforria da mulata Antônia e seus quatro filhos.

que “depois da minha morte [do senhor] poderá ir para onde quizer lograr sua liberdade [sic]”⁹⁵. A pequena Clara, já mencionada em outro momento, que recebeu alforria condicional posteriormente revogada, foi expressamente autorizada a ir onde quisesse somente na declaração que revogou as condições⁹⁶. Na interpretação desses senhores, pelo que se pode inferir, os escravos não possuíam uma liberdade plena antes do cumprimento das obrigações. Porém, o texto “para ir onde quizer” aparece quase como um padrão formal do documento, o que relaciona o sentido de liberdade à autonomia de deslocamento espacial do indivíduo.

A liberdade de ir para onde quisesse possibilitaria ao liberto mudar-se para outra localidade, mas algumas cartas condicionais enfatizam que a possibilidade de deslocamento ficava nula enquanto a condição não fosse cumprida. Todavia, já foi visto aqui que não há um padrão nas manumissões condicionais, considerando-se que alguns escravos já eram logo reconhecidos pelos senhores como libertos, enquanto outros apenas quando cumprissem as cláusulas condicionais.

Essa autonomia para deslocar-se a outras localidades e viver longe do julgo do ex-senhor foi conquistada pelo escravo Mateus, que deixou a capitania de Pernambuco para viver no Rio Grande do Norte, no entanto, não se pode dizer que os demais alforriados registrados no termo da vila de Arez

95 IHGRN. Cx. Notas. Livro de Notas de Arez. 1785-1796. Carta de alforria que dá Maria de Souza ao mulatinho Silvestre Pereira.

96 IHGRN. Cx. Notas. Livro de Notas de Arez. 1785-1796. Carta de alforria que dá o Sargento Mor Luis da Rocha de Carvalho ao mulatinho Joaquim e José e à mulatinha Clara.

também conquistaram essa liberdade, ou se permaneceram de alguma forma ligados aos seus ex-senhores pelos laços morais de dependência. A ausência de outros documentos não permite investigar a trajetória desses libertos e as relações com seus antigos senhores.

No caso da mulata Maria José, liberta para que pudesse casar, mas com a condição de continuar servindo à senhora, percebe-se que a alforria não lhe daria a liberdade de deslocamento, mas de constituir uma família, visto que a alforria estava atrelada ao casamento, e garantia a liberdade de sua prole, o que já era algo importante. Assim, se a alforria não garantia necessariamente a conquista da liberdade plena, pequenas conquistas poderiam ser alcançadas em um mundo de frágil liberdade.

Desse modo, neste capítulo foi possível perceber que, mesmo em um espaço no qual se esperam poucas oportunidades para os escravos adquirirem um pecúlio, obteve-se, no conjunto da documentação levantada, uma maioria de alforrias onerosas, do que se pode considerar que os escravos encontravam possibilidades de constituírem pecúlio e comprar sua alforria. Embora não se tenha como mensurar o impacto dessas alforrias na totalidade de escravos, pode-se conjecturar que a maioria de alforrias onerosas (pagas) não era exclusividade dos grandes centros urbanos.



Capítulo III

Próximos do senhor, perto da
liberdade: escravos alforriados e
senhores no termo da vila de arez

Coors da alforria

A cor ou procedência dos escravos é um elemento que acostuma ser indicado nos documentos relacionados aos escravos entre os quais se incluem os registros de alforria. Mesmo sabendo-se que os elementos indicativos de cor ou procedência eram muitas vezes manipulados pelos encarregados por documentos ou, mesmo, pelos próprios escravos (SOARES, 2000), não se pode despezá-los, sobretudo em se tratando de uma região de poucas informações sobre a população escrava, como é o caso do Rio Grande do Norte.

Os africanos traficados para o Brasil recebiam como denominação de nação ou etnia o nome dos portos onde eram comercializados, de modo que “o termo nação e gentio não correspondem, necessariamente, a um grupo étnico podendo ser resultado da reunião de vários grupos étnicos embarcados num mesmo porto” (SOARES, 2000, p. 104), o que alguns historiadores chamam de grupo de procedência. Ao chegarem ao Brasil, tais grupos formavam rearranjos e poderiam auto-identificar-se pela denominação de procedência ou por outra denominação, algo já bem explicado no estudo de Mariza Soares (2000) sobre os *mahi* no Rio de Janeiro do século XVIII⁹⁷.

97 Mariza Soares explica ainda que “a variedade de nações encontradas no Brasil [...] devem ser entendidas como categorias que agrupam a população

As denominações de procedência eram registradas nos assentos de batismos, ainda nos portos da África ou no Brasil (SOARES, 2000). Desse modo, era comum aos escravos africanos serem nomeados como *Fulano Angola* ou *Fulano Mina*. Os escravos nascidos no Brasil, por sua vez, eram denominados pela cor (SOARES, 2000).

Assim como os registros de batismos, que informam a nação/procedência ou cor dos escravos, as cartas de alforria também costumam trazer essa informação sobre o libertando. Bem como em demais documentos do século XVIII, o termo preto geralmente acompanha a procedência africana, enquanto crioulo refere-se aos nascidos no Brasil, filhos de mãe africana. A exemplo disso, encontra-se, no Livro de Notas de Arez, o registro da carta de alforria de Maria do Rozario⁹⁸, liberta pela sua senhora Catharina Barbosa, em cujo documento consta que a escrava é crioula, filha de Maria Francisca, mas não menciona a procedência da mãe. Essa informação somente se sabe pela carta da própria Maria Francisca, registrada seis anos após o registro da carta de sua filha Maria do Rozario. Na carta de Maria Francisca, mãe da crioula liberta, consta que

escrava africana e que, nesse sentido, não correspondem a grupos étnicos. Por outro lado, são constituídos tendo como referência alguns critérios, entre os quais os grupos étnicos, lugares e outras variáveis que compõem os referentes de uma determinada rota, fazendo, portanto, de algum modo, parte da experiência dos traficados. [...] os indivíduos reunidos no interior de uma "nação" podem optar por usar esse rótulo como ferramenta para a organização ou não" (SOARES, 2011, p. 23-24).

98 IHGRN. Cx. Notas. Livro de Notas de Arez 1774-1782. Carta de alforria de Maria do Rozario.

ela é “do gentio de Angola⁹⁹”. Assim, a identificação da filha, crioula, seguiu o padrão de identificação de filhos de africanos.

Angolas era como se denominavam os africanos que saíram do porto de Luanda (MILLER, 2009). Os que chegaram ao Rio Grande do Norte eram adquiridos certamente em Pernambuco, porto mais próximo de comércio de escravos e área de ampla utilização da mão de obra cativa na economia açucareira do período colonial¹⁰⁰. A aquisição de cativos em Pernambuco é mencionada por Câmara Cascudo (1984), mas ainda faltam estudos que tratem do comércio de escravos para o Rio Grande do Norte, em virtude da escassez de documentos e dos poucos estudos desenvolvidos sobre escravidão para essa área referente à capitania bem como à província.

A denominação *gentio de Angola* foi predominante entre os escravos de origem africana alforriados no termo da vila de Arez e se refere a cerca de 11% deles, bem menos do que estudos tradicionais para áreas onde havia grandes proporções de escravos. Para o período de 1684-1745, em Salvador, Stuart Schwartz (2001) identifica 31 % de africanos entre os

99 IHGRN. Cx. Notas. Livro de Notas de Arez 1785-1796. Carta de alforria de Maria Francisca.

100 Segundo Joseph C. Miller, Angola, a partir do começo do século XVII, serviu como cognato para Luanda, “ao distinguir escravizados embarcados através de formalidade governamentais” [...]. No século XVIII, os negociantes do Rio de Janeiro substituíram os negociantes de Pernambuco como maiores compradores nos portos governamentais de Luanda. “Pernambuco obteve a maioria de seus escravos por intermédio da Bahia, e secundariamente pelos próprios recursos no Alto Guiné, mas somente números modestos originários de Luanda, ampliados apenas por um breve e infeliz período nos anos de 1760 e 1770 pela Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba” (MILLER, 2009, p.41-42).

alforriados, enquanto Mary Karasch (2000) quantifica, para a primeira metade do século XIX no Rio de Janeiro, 38% de alforrias de escravos provenientes da África.

Na coleta de dados de Stuart Schwartz (2001), a maioria dos alforriados africanos são “negros da Guiné”, porém o autor observa que a denominação é utilizada de modo impreciso, pois foram encontradas referências aos “negros da guiné de Angola”, e ressalta que essa imprecisão impede uma análise comparativa sobre a habilidade de certos povos africanos na conquista da alforria. Desse exemplo pode-se entender que as generalizações sobre a procedência dos escravos, assim como para outras áreas de estudos da escravidão no Brasil, criam barreiras para uma melhor compreensão da trajetória dos africanos alforriados. Uma vez que não é viável afirmar se uns povos eram mais hábeis na conquista de alforria do que outros, tampouco se pode assegurar que a menor quantidade de africanos alforriados fosse devida a alguma falta de habilidade para sua obtenção, pois a aquisição da manumissão implicava uma série de outros elementos, e não dependiam apenas da habilidade, fosse do indivíduo ou do grupo, para se efetivar.

Outros historiadores realizaram a análise pretendida por Schwartz. O estudo de Aladrén (2009)¹⁰¹, para Porto Alegre, evidenciou que os africanos ocidentais, entre os demais africanos, foram mais bem-sucedidos devido às habilidades em acumular pecúlio. O trabalho de Sheila Faria sobre as pretas minas destaca essa habilidade de formar pecúlio por mulhe-

101 Aladrén (2009) observa que Florentino (2005) identifica índices de alforrias de africanos ocidentais no Rio de Janeiro superiores aos de Porto Alegre.

res que realizavam as atividades de ganho. Nesses estudos, observa-se que há uma relação entre os espaços urbanos e as habilidades de africanos para as atividades de ganho como elementos que favorecem a alforria. Porém, para o termo da vila de Arez, há poucas evidências de atividades urbanas de ganho que permitam estabelecer relações entre africanos e essas atividades. Além disso, os africanos citados nas alforrias são apenas referidos como *Angolas* ou *gentios da Guiné*, o que restringe mais ainda as possibilidades de análise, pelo fato de não se especificar que povos eram esses ou, mesmo, se eram apenas oriundos do porto de Angola ou da Guiné, visto que outros portos, como Benguela e Cabinda na África Central, por exemplo, não são mencionados, como também não são mencionados outros portos do oeste da África.

Quadro 13 – Alforriados por cor/procedência no termo da vila de Arez		
ALFORRIADOS	QUANTIDADE	%
Africanos	7	11,29
Crioulos	7	11,29
Mulatos	36	58,06
Pardo	4	6,46
Cabra	7	11,29
Não Identificados	1	1,61
TOTAL	62	100%

Fonte: IHGRN. Cx. Notas. Livros de Notas de Arez (1774-1782/1785-1796/1819-1821/1826-1827).

Crioulos e africanos foram os que menos conseguiram alforria no termo da vila de Arez. Os nascidos no Brasil, além dos crioulos, eram denominados mulatos, pardos, ou cabras. Os cabras, segundo Stuart Schwartz (2001), eram mestiços de ascendência indefinida, ou mestiço de mulato e negro (1985). O estudo de Mary Karasch para o Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX revela, por sua vez, que a denominação cabra era utilizada de modo pejorativo para mistura de raças, de modo que “o escriba usava geralmente três termos: ‘crioulos’, ‘pardo’ e ‘cabra’; em outras palavras, negro, mulato e outras misturas” (KARASCH, 2000, p. 39). Gabriel Aladrén (2009), com base nas fontes analisadas para o Rio Grande de São Pedro, acredita que cabra aproximava-se de pardo ou mulato. Ao que parece, a denominação “cabra” encontrava certo grau de variação de um lugar para outro, embora encerrasse em si algum tipo de mestiçagem.

As explicações acima apresentam uma imprecisão em relação aos cabras, tanto no século XVIII quanto no XIX. Diante disso, e sem outros documentos como certidões de batismo referentes ao período estudado, pode-se apenas cogitar que é possível, quanto aos escravos do termo da vila de Arez, que o termo *cabra* indique, também, uma mestiçagem com índios, uma vez que a presença indígena na área era bastante significativa, pois a vila foi anteriormente aldeamento missionário¹⁰². Além disso, como foi observado nos inventários, índios figuravam, também, como mão de obra escrava, sobretudo

102 Não há clareza quanto à miscigenação entre índios e negros resultarem em cabras. Helder Alexandre M. de Macedo (2011) encontrou em inventários menção a escravos *curibocas*, descendentes de índios.

nas primeiras décadas do século XVIII. Logo, a convivência entre escravos negros e indígenas escravos ou livres pode ter gerado uma miscigenação cujos descendentes eram chamados de “cabras”. Pelo menos dois escravos cabras (1 masculino e 1 feminino), alforriados no termo da vila de Arez, eram filhos de uma escrava crioula conforme identificava nas suas cartas, mas não havia identificação do pai¹⁰³. De qualquer modo, já é uma indicação dos usos do termo *cabra* para uma descendência africana, embora, nesse caso, não se saiba se mestiço com branco ou com índio, uma vez que não foi feita menção a pais indígenas nas cartas de alforrias analisadas.

Os mulatos constituem a maior parte dos alforriados no termo da vila de Arez. O maior acesso às manumissões pelos mulatos tem sido explicado pela predominância de mulatos na população em regiões como as capitanias do Norte e Minas Gerais, pelo fato de os mulatos estarem em vantagem quanto à adaptação cultural em relação aos africanos, pois, além de não terem que enfrentar todo o processo de adaptação como os africanos, teriam já estabelecido redes de parentesco que poderiam favorecer as manumissões (RUSSELL-WOOD, 2005). O favorecimento de mulatos entre os manumitidos é observado mesmo em locais em que esses constituíam uma porcentagem menor da população: “No período 1684-1745, os mulatos receberam mais de 45% das alforrias na Bahia, embora constituíssem menos de 10% da população escrava” (SCHWARTZ, 1988, p. 275). Embora não se detenha nas razões pelas quais mulatos eram preferencialmente alforriados

103 Por exemplo, a Carta de alforria da escrava Ana Maria e a carta de alforria do cabra Ponciano. IHGRN. Cx Notas. Livro de Notas de Arez 1774-1782.

na Bahia, o estudo revela que mulatos e crioulos em menor grau eram preferidos em trabalhos domésticos e especializados (SCHWARTZ 1988, p. 274), do que se pode deduzir que a proximidade com os senhores e a possibilidade de pecúlio advindo de trabalhos especializados pudesse favorecer a alforria de mulatos.

As cartas de alforria de alguns escravos, no termo da vila de Arez, referem-se a eles como mulatos, e quando já libertos, ao registrarem a carta em cartório, são denominados, pelo tabelião, como pardos. Assim, apresenta-se inicialmente uma diferença de identificação do escravo/liberto pelo senhor e pelo tabelião: uma confusão que parece ter sido comum no período colonial. A designação racial dependia do observador que nomeava, bem como da época e da região (ALADRÉN, 2009, p. 115), o que já é suficiente para gerar diferentes identificações de uma mesma pessoa.

O mapa de população da paróquia da vila de Arez de 1810 divide a população em categorias de brancos, pretos e mulatos, e, no resumo do mapa, em brancos, pretos e pardos¹⁰⁴. Em um mapa de habitantes da Capitania do Rio Grande do Norte de 1811-1813,¹⁰⁵ a população é dividida em categorias de brancos, pretos, mulatos e índios. Ora os pardos aparecem

104 O mapa não se refere aos índios. IHGRN. Cx. Mapas. Mappa dos habitantes que existem na Parochia da Villa de Arez no anno de 1810. [sic]

105 BN. I-32, 10,05. Doc 12. Mapas estatísticos do Rio Grande do Norte. Mappa Geral da Importação Produção Consumo Exportação, o que ficou em ser da população, Casamentos Nascimentos, e Morte na capitania do Rio Grande do Norte calculado o termo médio dos anos de 1811, 1812, 1813. [sic]

na documentação, ora são os mulatos, indicando uma equivalência entre os dois termos.

Gabriel Aladrén, analisando mapas do final do período colonial da Capitania de Rio Grande de São Pedro do Sul, comenta que a feitura dos mapas

obedece aos interesses de organização e classificação da população, nesse caso, interesses da coroa e da administração colonial da capitania sulina. Com efeito, os designativos que aparecem nos mapas, em especial os que se referem à cor, podem ter significados diversos dos utilizados na linguagem cotidiana ou mesmo dos que aparecem em outros tipos de fontes, como as cartas de alforria. Isso não significa, entretanto, que as categorias existentes nos mapas não estivessem relacionadas com as utilizadas pela população nas práticas cotidianas de identificação e definição de lugares sociais (ALADRÉN, 2009, p. 117).

O mapa analisado pelo historiador supracitado divide a população nas categorias de brancos, pretos, pardos e índios, diferentemente do mapa do Rio Grande do Norte, o que alerta para as diferentes designações de cor relacionadas à época e ao lugar, bem como às diferenciações nas denominações na prática cotidiana e em documentos oficiais.

No mapa do Rio Grande do Norte, mulato e pardo aparecem como sinônimos. Mas será que no registro da carta de alforria a denominação de pardo e de mulato para a mesma pessoa pode ser entendida como sinônimo ou como diferentes maneiras de percepção do lugar social, uma vez que na carta

escrita pelo senhor a denominação é de mulato e no texto do tabelião a denominação é de pardo? A designação *pardos* estaria referindo-se a um lugar social diferente do lugar de escravo?

Comparando dados de mapas de população, em que a maior parte dos libertos é pardo, com os dados das cartas de alforria em que a maior parte das alforrias era preta (africanos e crioulos), Gabriel Aladrén sugere que a conquista da liberdade era um fator que provocava uma diferenciação nas categorias de cor, de modo que “cativos crioulos ou africanos que eram considerados pretos, quando libertos, poderiam passar a ser designados pardos, especialmente quando recenseados” (ALADRÉN, 2009, p. 122). O autor toma como base estudos como o de Sheila Faria (1998) e Hebe Mattos (1998). Vale salientar que, para Sheila Faria (1998), pardo representava uma condição social e era a terceira geração de africanos, uma vez que, na análise de registros de batismos de Campos dos Goytacazes, a historiadora identificou que “pais *pretos*, indicativo de origem africana, tinham filhos *crioulos*, que se tornavam por sua vez pais de *pardos*” (FARIA, 1998, p. 307). Além disso, a historiadora identificou, também, que os filhos de pretos forros, portanto livres, eram denominados pardos (FARIA, 1998).

Hebe Mattos supõe que o termo pardo, ainda no período colonial e no século XIX, não se referia apenas à designação de cor. Para a historiadora,

a designação de pardo era usada como forma de registrar uma diferencial social, variável conforme o caso, na condição geral de não branco. Assim todo escravo

descendente de homem livre (branco) tornava-se pardo, bem como todo homem nascido livre, que trouxesse a marca de sua ascendência africana – fosse mestiço ou não (MATTOS, 1998. p. 30).

A explicação de Hebe Mattos (1998) e as considerações de Russell-Wood (2005) a respeito de o mulato ser considerado um termo pejorativo aproximam-se. A atitude do tabelião de Arez de considerar pardos alguns libertos mulatos pode ter sido uma atitude decorrente dessa percepção de que, enquanto liberto, o sujeito alcançava um novo lugar social que condizia mais com a denominação de pardo do que com a de mulato, de modo que pardo está mais condizente com a condição de liberto (MATTOS, 1988).

As dimensões sociais dos conceitos de centro e periferia utilizados por Russell-Wood explicitam uma gradação da população. Segundo o historiador:

Do ponto de vista do centro, existia uma gradação da população do Brasil e sua crescente alocação em círculos cada vez mais periféricos, na medida em que se desviava dos ideais metropolitanos. Isto era baseado em uma combinação de nascimento e raça, aprofundando-se caso a pessoa possuísse algum ancestral de origem escrava: pessoas nascidas em Portugal eram vistas como sendo as mais próximas daquele ideal: pessoas nascidas no Brasil, embora de descendência portuguesa por parte de pai e de mãe eram de alguma forma isentadas. A partir de então ocorria uma rápida expansão do caráter periférico. No caso de mistura de sangue, aquelas de ancestrais ameríndio-português – e portanto livres

do estigma da escravidão – eram preferidas em relação àquelas com ancestrais de origem portuguesa-africana ou africana-ameríndia. Ameríndios eram preferidos em relação aos africanos (RUSSELL-WOOD, 1998, p. 4-5).

Desta maneira, as imprecisões de identificação em relação à cor, sobretudo de indivíduos libertos, reveladas nos documentos e nos estudos já consagrados sobre a escravidão, revelam que a gradação social relaciona-se à gradação de cor, de modo que pardo estaria mais próximo de branco e, consequentemente, da liberdade (MATTOS, 1998). Na medida do que é possível perceber nas cartas de alforria do termo da vila de Arez, a liberdade estava mesmo mais próxima dos mulatos, que constituíam cerca de 58% dos libertos, reforçando, assim como em outras regiões do Brasil, maiores possibilidades aos mulatos, fosse pela oportunidade de constituir pecúlio ou pela proximidade com os senhores.

Pelo amor que lhe tenho, ou trabalho, negociação, merecimento

Autores como Schwartz (2001) e Karasch (2000) destacaram que as alforrias não eram atos da benevolência do senhor, mas da conquista dos escravos, mediante negociações muitas vezes difíceis, conforme já relatado. Não bastava os escravos terem o valor estipulado para pagar pela sua liberdade, “precisavam lutar por ela com paciência e habilidade e manipular o sistema legal a seu favor” (KARASCH, 2000, p. 464). Com base nisso, esses autores demonstram que era preciso longos

anos de trabalho para se conquistar a alforria, o que também é enfatizado por Sheila Faria (1998), que aborda a liberdade como um ganho resultante de anos de trabalho árduo. Muito embora as condições de vida do liberto permanecessem semelhantes às do escravo, a liberdade era o principal ganho.

Além da obtenção por meio da carta, outra forma de aquisição da liberdade por parte do escravo eram as alforrias deixadas em testamentos dos senhores, como já mencionado. As concessões de alforria em testamento, analisadas por Eduardo França Paiva (2006) para o caso de Minas Gerais, também se referem a concessões por merecimento e bons trabalhos prestados pelos escravos, mas o autor alerta que

Muito além dos bons serviços prestados os alforriados [...] certamente investiram em habilidades, em informações, em comportamento, em práticas cotidianas, em sentimentos para tempos mais tarde, serem eles os escolhidos pelo proprietário moribundo, entre todos os outros companheiros, para então “ganharem” suas cartas de liberdade (PAIVA, 2006, p. 167).

Atente-se para o fato de que o autor supracitado enfatiza, então, o investimento individual do escravo para conseguir sua alforria, investimento que extrapolava o campo material e envolvia práticas e sensibilidades em uma atuação consciente. Na historiografia recente, as alforrias têm sido estudadas, observando-se a atuação dos escravos no processo de sua conquista. Embora se considere a carta de alforria como uma prerrogativa do senhor, não se descarta a atuação dos escravos para adquiri-la. Logo, não eram apenas concessões, mas resultado

de negociações e estratégias utilizadas pelos escravos. A manutenção de uma boa relação com o senhor para a conquista da alforria era necessária, mesmo após a conquista, pois as alforrias poderiam ser revogadas por ingratidão. Logo, o liberto ainda precisava manter uma boa relação com o seu antigo senhor para evitar uma possível anulação de sua nova condição.

Embora a carta de alforria fosse uma prerrogativa do senhor, esse documento dependia do esforço do escravo, que, na maioria das vezes, segundo aqueles autores, era conquistada mediante compra após uma negociação. Nesse sentido, os estudos sobre a manumissão, tendo como fonte as cartas de alforria, buscam, nas entrelinhas desses documentos, identificar a participação do escravo no processo de obtenção da manumissão. Abordam ainda, como Maria Helena P. T. Machado (2004), a carta de alforria como um elemento de negociação entre senhores e escravos, “sendo a aquisição da liberdade pelo cativo resultado de um jogo de perdas e ganhos, a depender da cobiça, mesquinhez e hipocrisia senhoriais” (MACHADO, 2004, p. 43). Para essa autora, “as cartas denunciavam situações muito menos enobrecedoras do comportamento senhorial, situações nas quais a escravidão/alforria foi duramente negociada” (MACHADO, 2004, p. 43). Portanto, o que se encontra nos textos das cartas são resultados de negociações cujos conflitos não chegam claramente até nós.

As relações entre senhores e escravos são, então, percebidas como fruto de uma complexa rede de relações em que “escravos e senhores manipulam e transigem no sentido de obter a colaboração um do outro” (SILVA; REIS, 1989, p. 16). Em

uma relação de poder em que o escravo estava em desvantagem, era preciso saber negociar.

A negociação é considerada por Sheila Faria (1998) um elemento importante mesmo nas cartas de alforria onerosas, e não apenas nas alforrias gratuitas, já que não havia obrigação para o senhor de aceitar a alforria, mesmo sob indenização de preço.

É a partir das negociações estabelecidas com o senhor, nessa complexa rede de relações, que o escravo encontrava oportunidade de adquirir um pecúlio. Sua aquisição deixa clara a participação do escravo em atividades econômicas variadas e atesta que “a população cativa foi capaz de operar com êxito dentro da economia de mercado” (SILVA; REIS, 1989, p. 17). À custa do empenho pessoal, os escravos puderam juntar algum dinheiro e comprar sua alforria; ao menos é o que se pode perceber nos estudos aqui citados, tanto nos de Kátia Mattoso (1990) e Stuart Schwartz (2001) para os séculos XVII e XVIII na Bahia, quanto no de Mary Karasch (2000) para o século XIX no Rio de Janeiro.

Apesar de uma maioria onerosa, paga em moeda, é comum, nos textos das cartas, expressões do tipo “pelo amor que lhe tenho”, ou “pelo haver cercado com amor de filho.” Em um dos documentos, de 1775, registrado no mesmo livro de notas por Dona Francisca Barbosa Leitão, a alforria do “cabrinha” Ponciano foi concedida mediante o pagamento de cinquenta mil réis em dinheiro e “pelo haver cercado com amor de filho.”¹⁰⁶ A mesma

106 IHGRN. Cx. Notas. Livro de notas de Arez, 1774-1782. Carta de alforria do cabra Ponciano.

senhora também libertou de forma onerosa a escrava Ana Maria, de 22 anos, irmã de Ponciano, de 20 anos. Contudo, a dita senhora faz questão de declarar que aprecia os escravos como filhos e que lhes tem muito amor, enfatizando assim o aspecto da afetividade.

Dona Tereza de Oliveira Freitas alforriou uma criança, o “mulatinho” Agostinho, com idade aproximada de dois anos. A carta menciona um pagamento de 25 mil réis e expõe, ainda, que a criança era aleijada, mas o motivo alegado para a alforria foi que a senhora o fizera “por esmola, pelo amor de Deus, pelo haver criado e lhe ter amor¹⁰⁷”.

A menção à esmola sugere uma doação por parte do senhor ou senhora, no entanto, pode-se observar, nos casos citados, que a alforria era concedida por outras razões, que incluíam o pagamento, a capacidade física do escravo, as relações de afinidade e parentesco, a exemplo dos casos em que o pai comprava a alforria do filho. Logo, a liberdade concedida não se constituía em uma simples esmola. O pagamento é um elemento que, aliado a outros, possibilitava a aquisição da liberdade nos casos supracitados. Ademais, não se pode descartar a hipótese de que, ao libertar um escravo enfermo, o senhor isentava-se dos custos com este escravo. Além disso, a noção de esmola, como doação e caridade na prática católica cumpre um papel de salvação dos pecados. Desse modo, quem estava ficando livre, de fato, o Agostinho ou sua senhora, Dona Tereza?

107 IHGRN. Cx. Notas. Livro de notas de Arez, 1774-1782. Carta de alforria do mulatinho Agostinho.

Já foi mencionado aqui que, mesmo as cartas gratuitas, que não implicavam ônus para o escravo, ou seja, quando ele não precisaria pagar nem cumprir nenhuma cláusula condicional, não poderiam ser consideradas de todo gratuitas. Pode-se inferir que, em muitos casos, o senhor também lucrava. Libertar um filho de uma escrava podia garantir ao senhor os bons serviços e a gratidão da mãe, de maneira que, mesmo em uma alforria gratuita, podia estar implícita uma relação de troca, que não inclui apenas o valor monetário da alforria, mas um valor simbólico, também. Ao abrir mão de receber pela manumissão, o senhor não estava dispondo apenas de uma parte de seus bens, mais do que isso, ele estava investindo no valor simbólico de alforriar, pois estabelecia, desse modo, um vínculo de gratidão (ou, ao menos, esperava-se socialmente que isso ocorresse) entre o alforriado e o ex-senhor. Vale salientar que, normalmente, os antigos senhores eram referidos como patronos dos seus ex-escravos.

Trabalhar próximo ao senhor também poderia trazer vantagens para a aquisição da alforria.

As atividades domésticas que as mulheres desempenhavam, regra geral, colocavam-nas mais próximas do senhor e da sinhá do que aquelas desempenhadas pelos homens. Em sociedades escravistas, a proximidade do centro do poder foi sempre uma variável importante em favor dos cativos individualmente considerados. No caso brasileiro, mesmo sendo as funções econômicas dos escravos o sentido precípua da instituição, também fazia diferença a posição do cativo face ao núcleo do poder. Quanto mais próximo estivesse do centro de

decisão da casa, maiores as chances de conseguir algumas vantagens em termos de alimentação, vestuário e, quem sabe até a alforria (CARVALHO, 2002, p. 223).

As vantagens citadas por Marcus Carvalho poderiam se estender também aos filhos das escravas, desse modo, algumas crianças se beneficiavam com a manumissão. No caso das alforrias de Arez, a manumissão de crianças foi bastante significativa, como se verá.

Alforrias de crianças

A classificação das alforrias com base na idade é tarefa um tanto quanto complicada. Primeiro, porque nem todos os documentos de alforria expressam a idade do indivíduo envolvido; segundo, porque, quando expressam, a identificam com a expressão “pouco mais ou menos”, o que indica uma idade aproximada.

Alguns casos de idades não identificadas referem-se aos escravos como *menor de idade*, o que também é deveras impreciso, a exemplo do registro da carta de liberdade de Silvestre Pereira. Na carta, não consta a idade do *mulatinho*, mas, ao registrar o documento, o tabelião o identifica da seguinte maneira: “em meo escritório foi vindo Manoel da Silva homem pardo pessoa de mim reconhecida pelo próprio de que se trata como administrador de hum seo filho **menor de idade** chamado Silvestre Pereira, [grifo nosso] [sic] ¹⁰⁸”.

108 IHGRN. Cx. Notas. Livro de Notas de Arez 1785-1796. Carta de alforria que dá Maria de Souza ao mulatinho Silvestre Pereira.

O fato de a carta ter sido registrada pelo pai do escravo sugere que esse *menor de idade* tratava-se de uma criança.

Das 62 alforrias do termo da vila de Arez, 11 são de crianças com idades claramente identificadas e 12 são possivelmente de crianças, pela forma de tratamento nas cartas, tais como *mulatinho*, uma vez que o uso do diminutivo era frequente para se referir à criança (MATTOSO, 1990; SCHWARTZ, 2001). Outro dado indicativo de tratar-se de criança, aliado à condição descrita no diminutivo, é o valor do escravo. Em caso de alforrias pagas, o valor estipulado referente a um *mulatinho* era semelhante ao de outros escravos crianças com idade identificada. Assim, associando estas informações, chegou-se a um total de 23 alforrias que podem ser consideradas de crianças de até 12 anos. Mas, vale salientar que alguns escravos tratados pelo termo *mulatinho*, indicativo de criança, tiveram o valor atribuído à alforria equivalente ao de um escravo adulto, e, nesse caso, o escravo não foi classificado como criança, pois, com base no valor atribuído, considerou-se ser um jovem em idade produtiva.

A imprecisão nas idades dificulta a análise dos dados, pois não é seguro que todo escravo tratado no diminutivo fosse criança. Pelo menos dois escravos alforriados foram tratados no diminutivo, mas tinham idade de 20 e 22 anos. Logo, mesmo se referindo aos escravos pelos sufixos *-inho*, *-inha*, isso por si só não identifica quão crianças são os escravos ou se eram, de fato, crianças.

Das 23 alforrias de crianças, 4 foram pagas, 11 condicionais e 8 gratuitas. Assim, quase metade das alforrias de crianças era

condicionais, o que representa para o senhor uma segurança de longos anos de trabalho, levando-se em consideração que a condição das cartas era de que o libertando serviria ao senhor enquanto este vivesse. Esse não foi o caso dos escravos Antônio e Januária, alforriados juntamente com a mãe, já mencionados no segundo capítulo. Todos os três foram alforriados com a condição de acompanhar sua senhora Dona Catharina Barbosa até a morte, que, como se viu, não demorou tanto desde a carta até o inventário da senhora. Mas, outros manumitidos podem não ter tido a mesma sorte.

Em se tratando de pequenas escravarias, como eram os do termo da vila de Arez, acredita-se que, assim como em outros tipos posses de escravos, as crianças logo cedo desempenhavam alguma atividade, conforme exemplifica Maria de Fátima Novaes Pires em seu estudo sobre Rio das Contas, no sertão da Bahia:

Diante do escasso plantel de muitos sitiante e lavradores, o trabalho dos pequenos escravos se mostrava valioso. Em tenra idade, trabalhavam na lavoura e com o gado, carregando água das fontes, ou como aprendizes nas oficinas de ferreiros, seleiros, latoeiros... As meninas, desde cedo, aprendiam com as mães as habilidades da cozinha e da costura, a lavar e a engomar, todas as artes do serviço doméstico, mas, certamente, também buscaram escapar dessas rotinas fatigantes. Nos extensos quintais, cercados de árvores, acompanhadas de bonecas de pano e ossinhos de boi, viveram o roubado tempo da infância (PIRES, 2006, p. 52-53).

A autora trata de outro momento histórico, mas não se pode desconsiderar que a participação de crianças em trabalhos domésticos ou em outras funções fosse diferente ainda no período colonial. Logo cedo, as crianças eram iniciadas em funções nas quais já estariam hábeis por volta dos 12 anos (FLORENTINO; GOES, 2004, p. 184)¹⁰⁹. A inserção das crianças escravas no mundo do trabalho em pequenas posses pode ser um elemento explicativo para as alforrias condicionais de crianças que as obrigavam a acompanharem o senhor ou a senhora até a morte, pois estes manteriam a mão de obra escrava até o fim de suas vidas.

Mas, além de denominações no diminutivo para o tratamento de crianças, outras denominações também poderiam ser usadas. Segundo Kátia Mattoso,

Crioulinho, cabrinha, mulatinho [...] são crianças novas, geralmente sem atividades de desempenho de atividades de tipo econômico, dos sete para os oito ou até nove anos; dos sete para os oito anos, até os doze anos de idade os jovens escravos deixam de ser crianças para entrar no mundo dos adultos, mas na qualidade de aprendiz, de moleque ou de moleca (MATTOSO, 1991, p. 78).

A autora identifica duas fases da infância, uma até os oito anos e outra entre os oito e doze, que seria uma fase de transição para o mundo do trabalho. Nas cartas de alforria, não

109 Com base nessas informações, considera-se, neste trabalho, que crianças são indivíduos até 12 anos. Mattoso considera que "é nos sete para oito anos que a criança se dá conta de sua condição inferior em relação principalmente às crianças livres brancas" (MATTOSO, 1991, p. 81).

foram identificados *moleques ou molecas* e, diante da imprecisão de idades não identificadas, utilizamos, aqui, uma faixa de idade somente de zero a 12 anos, uma vez que parece ser esse o limite para o mundo adulto dos escravos.

O favorecimento de alforrias dadas às crianças é observado por Sheila Faria:

Na Freguesia de São Gonçalo, do Recôncavo da Guanabara, entre os anos de 1671 e 1706, foram liberados 45 escravos, em testamentos, transcritos em registros de óbitos. As taxas foram mais ou menos as mesmas das encontradas na Capitania da Paraíba do Sul no século XVIII: 58% de crianças, 35% de adultos e 9% de velhos. [...] posso concluir, portanto que a alforria de crianças era privilegiada (FARIA, 2005, p. 112).

A identificação de preferência de alforrias entre crianças nos testamentos supracitados não é acompanhada de uma explicação dessa preferência, mas o índice é bastante significativo.

A observação de Stuart Schwartz (2001) em seu estudo para Salvador é de que havia preferência dada aos meninos, pois a alforria do sexo masculino na infância foi resultado de uma combinação entre baixo preço dos escravos crianças, em decorrência da alta taxa de mortalidade infantil, e o sentimento de afeição pelos menores.

O que se pode observar sobre as alforrias das crianças, com base nas cartas de liberdades, é a constante justificativa de afeto dos senhores para com as crianças, presentes, principalmente, em frases padrões como “pois é cria de minha casa”, “pelo amor que lhe tenho”, “por a ter criado em meus braços”

[sic]. No caso do *mulatinho* Silvestre, citado anteriormente, sua senhora, Dona Maria de Souza justificou que o libertava “de hoje para todo o sempre pelo amor de Deus e por lhe haver criado com amor de filho”. Silvestre era filho de dois escravos da mesma senhora, Rozaura e Manoel da Silva. Mesmo que a alforria conseguida tenha sido condicionada a acompanhar a senhora até sua morte, é possível que a proximidade dos escravos, pais de Silvestre, com sua senhora possibilitasse a alforria ao menos da criança, em cujo documento sobressai a afeição como elemento de justificativa. A senhora concedeu a alforria e recebeu o benefício de ter o trabalho do escravo. Há que ressaltar, no entanto, que, mesmo que suas palavras, na carta, enfatizem sua atitude como uma caridade cristã, o afeto demonstrado não isenta o escravo de anos de trabalho.

Aliás, a carta de Silvestre revela, ainda, uma formação familiar estável de escravos, o que é pouco revelado pelas cartas. O padrão no registro é a indicação do nome da mãe, pois é o ventre escravo a comprovação de que o filho é também escravo. Dificilmente ocorre o registro do nome do pai. Certamente a ausência do nome do pai não significa sua ausência, mas tal presença é pouco evidenciada nas cartas¹¹⁰.

Um dos escravos teve sua alforria paga pelo pai, Capitão Antônio Lopes Galvão. Essa é a única carta que revela a relação de uma escrava com um homem livre, mas não seu senhor. A importância da alforria como elemento de reconhecimento de

110 Infelizmente não foram encontrados registros de batismo referentes à Arez para o período estudado neste trabalho. A ausência desses registros impossibilitou um cruzamento de fontes que pudesse complementar as informações das cartas de alforria.

paternidade de filhos ilegítimos não foi significativa em Arez, pois, com exceção do Capitão Antônio Lopes, os outros poucos pais que apareceram eram também escravos e formavam famílias com escravas de seus proprietários.

A inexpressiva referência aos filhos ilegítimos nas cartas de alforrias não significa sua inexistência, mas o seu raro reconhecimento. Decerto que muitos filhos de escravas com senhores não foram assumidos pelo pai, mesmo que tenham recebido alforria. O reconhecimento de paternidade ilegítima tem sido mais passível de análise em estudos com base nas alforrias deixadas em testamentos¹¹¹, quando era mais comum que, diante da proximidade da morte, alguns senhores reconhecessem seus filhos naturais. Entretanto, para o caso de Arez, somente em um dos inventários há o reconhecimento de filhos naturais como herdeiros.

Ao analisar cartas de alforrias de Minas Gerais no período colonial e imperial, Andréa Lisly Gonçalves pondera que “as declarações feitas, na maioria dos casos por proprietárias, no ato de redação dos papéis de liberdade, levam a que se considere que pelo menos uma parcela dos senhores representavam para si, de forma paternalista, as relações que mantinham com seus cativos” (GONÇALVES, 2011, p. 198). De fato, Silvestre foi “criado com amor de filho” por Dona Maria de Souza, mas ela não o libertou gratuitamente, impôs-lhe uma condição.

111 Na sua pesquisa sobre alforrias testamentárias em São Paulo, 1850-1888, Patrícia Garcia Ernando da Silva (2010) constatou que 4,8% dos alforriados o foram por serem filhos do testador e, ainda, que era mais comum os solteiros e sem herdeiros promoverem esse tipo de reconhecimento de paternidade.

Conceder uma alforria aos filhos dos escravos pode ser uma maneira de os senhores manterem os bons serviços dos pais, como muitas vezes as cartas expressam, sobretudo se as alforrias das crianças forem atribuídas juntamente com as dos pais, o que garantia a manutenção da família, em caso da morte do senhor. Seis das 11 crianças foram alforriadas sob condição juntamente com as mães (duas escravas). A alforria, em contrapartida à prestação de serviço ao longo da vida do senhor, foi a principal forma de aquisição de liberdade por crianças, o que revela uma troca que pareceu ser mais vantajosa para o senhor, pois era uma garantia da permanência da realização de serviços por parte do escravo liberto condicionalmente, provavelmente por muito tempo, visto que recebeu a carta ainda criança, e a depender do tempo de vida do seu senhor.

Sem perder de vista o caráter de concessão que envolvia a alforria, Roberto Guedes afirma que,

para quem estava no cativo, aceitar uma concessão de forma submissa é um primeiro passo de reinserção social pela via legal. [...] a ascensão social dos escravos forros deve ser entendida, prioritariamente, no interior do grupo social de referência. Por isso considero a aceitação da concessão uma atitude submissa intencional, uma maneira de ascender na hierarquia social (GUEDES, 2008, p. 183-184).

A apreciação do historiador assinala a prerrogativa do senhor na concessão da alforria sem, contudo, opor a essa concessão um escravo passivo. Ao contrário, o escravo agia

conscientemente, porém em condição de desigualdade frente ao seu senhor.

Vale salientar, embora já comentado no capítulo anterior, que, apesar de a alforria ser uma concessão senhorial e de não haver lei positiva que assegurasse o direito à compra da alforria no período colonial, a alforria por compra já se pronunciava costumeiramente antes da lei de 1871 (CUNHA, 1983; CHALHOUB, 1990), o que contribuía para que essa concessão não fosse algo apenas sujeito ao interesse pessoal do senhor, mas que a existência do costume de conceder a alforria, sobretudo em caso de compra, deve ter interferido nas atitudes do senhor, de modo que o seu ato individual de conceder estava, em certa medida, referendado em um costume.

Entre os escravos alforriados no termo da vila de Arez, incluindo adultos e crianças, 32 (51,61%) escravos eram filhos de escravos dos senhores. Isto é, cerca de metade dos cativos alforriados cresceu junto aos seus senhores, eram “crias da casa”, como se costumava dizer. Esse dado torna relevante a compreensão de que a conquista de alforria dos filhos era, certamente, um elemento de negociação entre os escravos e seus senhores, os quais, em troca dos bons serviços da mãe, alforriavam os filhos. Ligia Bellini (1988) destaca, em cartas de alforria da Bahia, a referência às alforrias concedidas a escravos que nasceram na casa do senhor e que “são como filhos”, exemplo de elementos que revelam o favoritismo de crianças alforriadas em função dos laços de afetividade estabelecidos com seus senhores.

Salienta-se, também, o investimento das mães para conseguir a alforria de seus filhos, pois “embora a criança fosse incapaz de conseguir a alforria por si mesma, ela acabava sendo beneficiada pelos esforços de seus pais” (SAMPAIO, 2005, p. 309), de modo que esse investimento não era apenas pecuniário, em caso das alforrias pagas, mas era, também, investimento pessoal de trabalho com bons serviços prestados e boas relações com seus senhores.

A realização de bons serviços da mãe e a afeição do senhor/senhora pela criança escrava nascida “na casa” era uma combinação favorável à conquista da alforria que se mostrou significativa nos documentos do termo da vila de Arez. Por vezes, a afeição apresentava-se envolta em um sentimento de piedade quando se tratava de um escravo criança e com alguma enfermidade. Assim, Dona Ana Joaquina de Albuquerque Melo concedeu alforria gratuita a Pio, com um mês de idade,

pelos bons serviços que de sua mãe tinha recebido; por lhe ter amor e que vindo o tal mulatinho a se criar poderá gozar de sua liberdade e ir para onde lhe parecer [...] por esmola, pelo amor de Deus e por não poder tirar do mulatinho valor algum por ser quebrado.¹¹²

Apesar da piedade da senhora, nota-se que, nesse caso, a alforria gratuita não foi resultado propriamente do amor pela criança, mas da inviabilidade de atribuir um valor em função da enfermidade, de modo que os vínculos de afeto não impediriam a senhora de cobrar um valor pela liberdade do

112 IHGRN. Cx. Notas. Livro de Notas de Arez, 1819-1821. Carta de alforria do mulatinho Pio.

escravo, se fosse possível. A referência à esmola e ao amor de Deus evoca, ainda, uma atitude cristã que a senhora procurava ressaltar como justificativa de sua atitude.

Pio foi alforriado em 1820. Sua mãe, cujos bons serviços foram ressaltados na sua carta, chamava-se Antônia. Em 1823, a mesma senhora de Pio libertou uma escrava chamada Antônia Maria, que era filha de outra escrava sua. O motivo das alforrias, ambas gratuitas, foi “por a ter criado em meus braços e por ter me feito muito boa companhia e me ter servido¹¹³”, o que reforça a ideia de que os escravos nascidos na casa eram mais prováveis de serem alforriados. Caso Antônia Maria fosse a mesma Antônia, mãe de Pio, as duas gerações nascidas na casa da senhora podem ter acentuado os vínculos que, associados aos bons serviços prestados, favoreceram as alforrias gratuitas. Considerando-se os senhores como centro do poder, quanto mais próximos dele, mais provável a aquisição da liberdade, observa Marcus Carvalho (2002). Nesse caso, beneficiavam-se as mulheres, por causa do trabalho doméstico e as crianças.

Analisando alforrias deixadas em testamento, Roberto Guedes (2008) reitera que a alforria privilegiava escravos que possuem “vínculos afetivos pelo senhor” (GUEDES, 2008, p. 209). Nesse processo de conquista da alforria, para o escravo, ser submisso e obediente é uma maneira de, por um lado, “manter o domínio senhorial”, uma vez que conceder alforria a um escravo desobediente poderia ser desmoralizante para o

113 IHGRN. Cx. Notas. Livro de Notas de Arez 1826-1827. Carta de alforria de Antônia Maria.

senhor, logo o escravo precisava merecer a alforria. Mas, por outro lado, o dos escravos, a obediência revela “uma perspectiva dos escravos, pela via conservadora, de ter acesso à liberdade” (GUEDES, 2008, p.210). O autor ressalta, ainda, que

As relações pessoais entre senhores e cativos também são percebidas pelos tipos de condição impostas para a liberdade. Não raro, quando um mesmo senhor libertava mais de um cativo, impunha condição a uns, e a outros não, e mais de uma cláusula podia ser dirigida a mais de um cativo (GUEDES, 2008, p. 198).

A assertiva pode ser exemplificada no caso da alforria concedida pelo Sargento-mor Luis da Rocha Carvalho a Clara, dois anos, Joaquim, quatro anos, e José, sete anos, filhos de uma escrava do senhor¹¹⁴. Esse exemplo, citado no capítulo anterior, é retomado aqui para destacar a preferência do senhor por Clara, pois sua alforria condicional foi transformada em gratuita, o que não ocorreu com a dos seus irmãos.

A referência nos textos das cartas à alforria como dádiva e aos bons serviços dos escravos é vista por Manuela Carneiro da Cunha (2012) como um pressuposto de que “laços morais entre senhores e escravos existiam e não deveriam terminar com a manumissão” (CUNHA, 2012, p. 74). A ideia de alforria dada pelo senhor reforçaria uma expectativa de transformar o escravo em agregado (CUNHA, 2012). É provável que muitos senhores pretendessem continuar com os serviços de

114 IHGRN. Cx. Notas. Livro de Notas de 1785-1796. Carta de alforria que dá o Sargento-mor Luis da Rocha de Carvalho ao mulatinho Joaquim e José e à mulatinha Clara.

seus ex-escravos, ou considerasse que esses lhes deviam alguma deferência, como observou Márcio Soares (2009), seguindo essa linha de pensamento.

Se alforriar os filhos dos escravos obedientes pudesse ser uma atitude paternalista, manter-se obediente e prestar bons serviços pode ser considerado uma estratégia dos escravos para conseguirem a alforria para si ou para os filhos, ou, como afirma Guedes (2008), uma atitude intencional.

Levando-se em consideração que a alforria dependia da anuência do senhor e considerando que o paternalismo é interpretado de modo diferente por senhores e escravos (GENOVESE, 1988), pode-se afirmar que as escravas que tiveram seus filhos alforriados, bem como os próprios filhos já adultos que conseguiram a carta de liberdade souberam aproveitar a afeição dos senhores pelas “crias da casa” para conseguir a alforria. Juntando-se a isso o fato de que as escravarias no termo da vila de Arez eram pequenas, portanto a afeição e proximidade com o senhor deve ter representado um elemento essencial na concessão dessas alforrias concedidas pelos senhores para filhos de suas escravas, pois 32 alforrias (51,61%) foram de escravos nascidos e crescidos perto dos senhores.

Alforria de idosos

O questionamento levantado por Kátia Mattoso (1990) sobre a alforria de idosos como um ato de desprezo dos senhores pelos escravos mais velhos, a fim de livrarem-se dos encargos com um escravo improdutivo, tem sido endossado por pesquisa

que demonstra a pequena porcentagem de idosos manumitidos. Essa porcentagem de, no máximo, 10% para alforria de idosos¹¹⁵ é ponderada pela historiadora:

Toda a literatura brasileira descreve os velhos abandonados que são vistos a mendigar à porta das igrejas, doentes, cegos, aleijados, gotosos, reduzidos ao apelo da caridade pública. Estudos sérios comprovam, no entanto, que o percentual de alforriados idosos em parte alguma ultrapassa 10% do total. A maioria de senhores não jogam na rua seus escravos inúteis e, por outro lado, morre-se jovem no Brasil e ainda mais jovem quem é trabalhador escravo (MATTOSE, 1990, p. 186).

Pelo exposto, o baixo número de escravos idosos alforriados está relacionado ao baixo número de escravos idosos e à manutenção deles com seus senhores até morrerem.

Andrea Lisly Gonçalves (2011) observa, nas fontes por ela analisadas sobre Minas Gerais, que os africanos alcançavam a manumissão mais tardiamente, mas não necessariamente em uma fase improdutiva, tendo em vista que os alforriados tardiamente pagaram preços de mercados de escravos mais jovens, o que mostra, na percepção da pesquisadora, que a alforria de escravos com idade avançada não é, necessariamente, para que os senhores se vejam livres da obrigação de cuidados com eles. Como os escravos com idade mais avançada estavam ainda em atividade, conforme a autora deduziu, então não

115 Luna e Klein (2010) comparam os dados de diversos estudos sobre alforria e constataam a tendência de alforria de idosos em torno de 10% dos alforriados.

estavam desabilitados para cuidar de si e, portanto, não necessitariam dos cuidados dos senhores para sobreviver.

Na historiografia há diferentes considerações sobre a idade em que se considera um escravo idoso. Schwartz utiliza o parâmetro de 45 anos, que considera “um início razoável, se não excessivamente generoso para a velhice” (SCHWARTZ, 2001, p. 190). Por outro lado, Eisenberg (1989) utiliza o parâmetro de 50 anos. Diante da ausência de dados populacionais sobre Arez, considerou-se, neste trabalho, a faixa etária de 50 anos como marco inicial da velhice.

A porcentagem de alforriados idosos no termo da vila de Arez não chega a 10%, taxa máxima de alforriados idosos, segundo Kátia Mattoso (1990). No termo da vila supracitada, somente seis (9,68%) escravos com 50 anos ou mais conseguiram alforria, dessas, três foram pagas e três foram condicionais. A crioula Maria, 70 anos, pagou 26 mil réis pela liberdade¹¹⁶. O baixo valor e a idade avançada indicam que a escrava não estaria em condições de produtividade. De fato, subentende-se que, a essa altura da vida da escrava, alforriá-la estava mais próximo de uma atitude com a finalidade de desonerar-se de cuidados com ela. Porém, sem outros documentos que permitam saber o destino da liberta, torna-se difícil compreender o significado da alforria em avançada idade. A liberta continuaria morando com o senhor como agregada, ou teria familiares, talvez até já libertos com que

116 IHGRN. Cx. Notas. Livro de Notas de Arez 1774-1782. Carta de alforria de Maria crioula.

fosse viver? No caso de Jozefa, angola também de 70 anos¹¹⁷, a alforria foi concedida com a condição de a escrava pagar 10 mil réis de missas pela alma do senhor, quando este morresse. Outras duas alforrias de mulheres, com 50 e 60 anos de idade, também foram condicionais. Uma delas, a preta Joana, 50 anos, deveria servir sua senhora até que ela comprasse outra do seu agrado.

Os dois homens alforriados, ambos com 50 anos, pagaram por sua alforria preços não muito diferentes de escravos jovens, um pagou 100 mil réis e outro 70 mil réis. Esses valores, em 1776, equiparavam-se a preços de escravos na faixa dos vinte anos, avaliados em inventário em 1774¹¹⁸, o que leva a crer que esses escravos ainda estavam em atividade produtiva, ou ainda que possuísem alguma habilidade específica que justificasse o valor da alforria.

Senhores propensos a alforriar

Mesmo considerando-se que a alforria era uma conquista do escravo e que dependia em parte do seu empenho pessoal, não se pode desconsiderar que a alforria dependia da anuência do senhor. Era, como realça Manuela Carneiro (2012), portanto, uma questão de direito privado, no qual o Estado

117 IHGRN. Cx. Notas. Livro de Notas de Arez 1819-1821. Carta de alforria de Jozefa do gentio de Angola.

118 INVENTÁRIO de João Pegado da Siqueira. GALVÃO, Helio. Velhas heranças. *Revista Bando*, Natal, v. 4, n. 6, ano 5, p. 77-121, jul-ago, 1954. O escravo Pedro, angola, 20 anos foi avaliado em 100 mil-réis e João, angola, 18 anos, em 70 mil-réis.

apenas interferia em casos muito específicos¹¹⁹, logo cabia aos senhores a decisão de alforriar ou não, embora a prática de alforriar mediante indenização de preço já fosse costume (CUNHA, 1983; CHALHOUB, 1990).

Mary Karasch (2000), tratando do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, destaca a importância da participação feminina, não apenas entre as libertas, mas também entre as senhoras:

Para os donos de escravos como grupo, os documentos sugerem as conclusões seguintes. Primeiro o ambiente urbano facilitava a alforria, os escravos tinham maior probabilidade de obter a liberdade na cidade do que nas zonas rurais. Em segundo lugar, as mulheres, em especial as mais velhas, que ficavam viúvas ou solteiras, desempenhavam um papel importante no processo de alforria, e, como veremos, tendiam a alforriar mulheres e crianças (KARASCH, 2000, p. 451).

Estudos sobre alforrias testamentárias têm identificado que senhores de pequenas e médias escravarias são mais propensos a alforriar do que os grandes proprietários de escravos¹²⁰. Como esse trabalho não dispõe de testamentos e os inventários permitem pouco cruzamento de informações sobre os senhores que alforriaram por meio das cartas, não se tem uma

119 Nos casos de crime contra o Estado, escravos delatores receberiam alforria, nas lutas de independência e em outros conflitos (CUNHA, 2012).

120 O artigo de Jonis Freire, "Alforrias e tamanho das posses: possibilidades de liberdade em pequenas, médias e grandes propriedades do sudeste escravista (século XIX)", de 2011, faz um balanço desses estudos. Cf., também, GUEDES (2008) e DAMASIO (1995).

definição do tamanho das escravarias desses senhores. Tem-se, com base nos inventário, a noção de que a predominância era de pequenas posses de escravos no termo da vila.

As mulheres foram mais propensas a alforriar do que os homens no termo da vila de Arez. Assim, 19 mulheres alforriaram 38 pessoas, enquanto os proprietários homens alforriaram 21, e três pessoas foram alforriadas por casais.

Quadro 14 – Divisão por sexo dos senhores que alforriaram				
	PROPRIETÁ- RIOS HOMENS (14)	PROPRIETÁ- RIAS MULHE- RES (19)	CASAL (3)	TOTAL
Alforrias Condicionais	7	14	0	21
Alforrias Pagas	11	19	2	32
Alforrias Gratuitas	3	5	1	9
Total por proprietários	21	38	3	62

Fonte: IHGRN. Cx. Notas. Livros de Notas de Arez (1774-1782/1785-1796/1819-1821/1826-1827). Alguns proprietários alforriaram nas três modalidades: condicional, paga e gratuita.

As informações sobre os senhores nas cartas de alforria são restritas, o que torna difícil traçar um perfil desses proprietários que alforriavam escravos. Quanto aos homens que alforriaram, também há poucas referências. Três são identificados como capitães, um como capitão-mor, um sargento-mor e

um vigário. Os demais (8) não são identificados pela função, tampouco pelo estado civil.

Entre as mulheres, havia cinco viúvas e uma freira. Essas alforriaram 21 escravos (33,87%). A viuvez da mulher, pelo que se pode inferir pelas cartas de liberdade, era uma probabilidade a mais para os escravos conseguirem alforria, sobretudo na ausência de herdeiros, porém parece que as viúvas tratavam de alforriar e garantir a permanência dos escravos enquanto fossem vivas. A necessidade de contar exclusivamente com os escravos para a subsistência, em caso de ausência de familiares, poderia facilitar para o escravo a negociação da liberdade, mesmo que essa somente ocorresse com a morte da senhora.

A assistência dada às viúvas é ressaltada por Maria Beatriz Nizza da Silva (1995), que expõe o papel desempenhado por parentes e agregados nessa função:

As chamadas “filhas de criação” também aparecem, tal como as afilhadas, como companhia e arrimo de viúvas. E podemos dizer, tendo como base os dados das listas de população, assim como a documentação notarial, que muito raramente as famílias do fim do período colonial deixavam as velhas sozinhas em suas casas, sobretudo em meio rural onde a sobrevivência se tornava mais difícil quando não havia escravos para a agricultura (SILVA, 1995, p. 95).

As viúvas proprietárias de escravas teriam, então, como garantir sua sobrevivência por meio do trabalho dos cativos, fossem como domésticos, na agricultura ou em outras tarefas que fornecesse alguma renda para as senhoras, como parece ter sido a

alternativa de Dona Catharina Barbosa, que alforriou escravos condicionalmente, incluindo uma afilhada com a obrigação de acompanhá-la e servi-la enquanto estivesse viva, e deixou “cortada” em testamento a alforria de dois escravos que pagaram pela liberdade ao testamenteiro da senhora, cumprindo o acordo e recebendo a carta de alforria. Tal senhora não teve filhos, mas tinha irmãos e sobrinhos, contudo não se sabe se ela pôde contar com os parentes na velhice. O que fica claro é que ela garantiu a permanência dos seus fiéis escravos ao seu serviço, mas nem todos foram alforriados, pois em seu inventário ainda restava 240 mil-réis em valor relativo ao título de escravos¹²¹.

Josefa Tereza de Jesus, também viúva sem filhos, alforriou Mariana¹²² em cumprimento ao testamento do seu esposo, que deixou a escrava “cortada em testamento” no valor de 50 mil-réis, ficando ainda com mais quatro escravos. Outras viúvas concederam mais alforrias pagas que condicionais ou gratuitas, de modo que não se pode vincular a condição de viúva às alforrias condicionais com base nos dados que se têm, mas, ao menos em algumas situações, pode-se inferir que tenha sido uma estratégia usada pelas senhoras para usufruir dos serviços dos escravos, postergando a liberdade de fato e, por outro lado, pode-se inferir que a condição de viúva ou velhice da senhora servia para que os escravos investissem na aquisição da liberdade ao encontrar, em algumas mulheres já no fim da vida maior probabilidade de concessão de alforria.

121 INVENTÁRIO de Catharina Barbosa. GALVÃO, Helio. Velhas heranças. *Revista Bando*, Natal, v. 4, n. 6, ano 5, p. 77-121, jul-ago, 1954. (transcrição incompleta)

122 IHGRN. Cx. Notas. Livro de Notas de Arez 1785-1796. Carta de alforria de Mariana Tereza de Jesus.

Tendo em vista que 38 alforrias (61%) foram concedidas por mulheres, é provável que tais senhoras fossem mais suscetíveis às negociações, pois, como se viu, essas alforrias não eram gratuitas em sua maioria, dependiam de um investimento, fosse pelo pagamento em moeda ou pelos anos de serviço impostos como condição.

Espacialidade das alforrias

O termo da vila de Arez abrangia um território composto por duas freguesias, como já foi especificado, cada uma com um núcleo de moradores mais “urbano” – a vila de Arez e Goianinha –, além de diversos sítios, alguns engenhos e pequenos povoados. Algumas dessas localidades são identificadas nas cartas de alforria, conforme o quadro abaixo, no entanto nem todas as cartas possuem identificação de onde foram escritas ou de moradia do senhor ou escravo, apesar de todas serem registradas no tabelionato da vila, o que sugere que a maioria vivia no termo da vila. Considera-se pouco seguro deduzir que as cartas sem identificação de local fossem seguramente da sede da vila e, por serem pessoas já socialmente conhecidas, não haveria, nesse caso, a necessidade de identificação do local, como bem deduziu Schwartz ao analisar as cartas registradas em Salvador. No caso mais específico da vila de Arez e sua diminuta proporção urbana, é mais provável que as cartas sem identificação de localidades sejam, em sua maioria, do entorno rural.

Quadro 15 – Localidades das alforrias no termo da vila de Arez	
LOCALIDADE	QTDE. DE ALFORRIAS
Anacé	1
Barra do Pium	1
Engenho Estivas	8
Engenho Limunhá	1
Engenho de São Bento	1
Goianinha	12
Goiana /Morador do Eng. Coxim – São José	1
Sítio Juazeiro	3
Jundiá	3
Olho D'água	2
Paparí	2
Patané	1
Sítio Camossim[?]	1
Sítio da Beira da Lagoa de Guarairas	1
Sítio de Cimbe	1
Sítio de Tai	1
Vila de Arez	5
Vila de São José	1
Cartas com locais não identificados	16
TOTAL	62

Fonte: IHGRN. Cx. Notas. Livros de Notas de Arez (1774-1782/1785-1796/1819-1821/1826-1827).

Em 46 cartas, 18 locais de concessão da carta foram identificados, isto é, onde as cartas foram escritas e onde possivelmente eram os locais de moradia dos senhores e seus escravos, de modo que entre as que são do termo da vila de Arez, 12 são da povoação de Goianinha, cinco da vila de Arez, enquanto a maior parte das alforrias era do entorno rural (23) e quatro localidades são externas ao termo da vila.

Algumas cartas indicam a propriedade rural como local de origem da carta, sem identificar a que freguesia pertencia, se à freguesia de Arez ou de à freguesia de Goianinha. De modo que, para uma melhor visualização da espacialidade das alforrias, ela foi dividida da seguinte forma:

Quadro 16 – Localidades das alforrias em Arez por tipo de alforrias			
LOCALIDADES	ALFORRIAS PAGAS	ALFORRIAS GRATUITAS	ALFORRIAS CONDICIONAIS
Povoação de Goianinha	6	3	3
Vila de Arez	1	2	2
Entorno rural	13	4	8
Localidades de outros termos	2	0	2
Não identificados	10	0	6
TOTAL	32	9	21
PORCENTAGEM	51,61%	14,52%	33,87%

Fonte: IHGRN. Cx. Notas. Livros de Notas de Arez (1774-1782/1785-1796/1819-1821/1826-1827).

Comparando-se a povoação de Goianinha e a vila de Arez no quadro acima, observa-se que houve mais alforrias em Goianinha do que na sede do termo, e lá também se obtiveram mais alforrias pagas do que na sede do termo. É possível que houvesse mais possibilidades de acúmulo de pecúlio em Goianinha do que em Arez, como já se observou com base no mapa de ocupações no primeiro capítulo, mas é possível igualmente que Goianinha possuisse mais escravos do que a vila de Arez, uma vez que alguns documentos apontam uma maior população em Goianinha. Portanto, a própria dinâmica do local pode ter sido mais favorável à compra da liberdade pelos escravos em Goianinha do que a sede do termo.

As áreas do entorno rural onde se encontravam alguns engenhos, principalmente sítios, também apresentaram uma maior quantidade de alforrias pagas, em relação às gratuitas e condicionais, o que evidencia as possibilidades de pecúlio, também, nessas áreas.

Somente três engenhos são identificados entre as propriedades rurais no termo da vila: o engenho Estivas, onde houve duas alforrias pagas, uma gratuita e cinco condicionais; o engenho Limunhá, onde houve uma alforria gratuita; e o engenho São Bento, onde houve uma alforria condicional. Mas não se sabe o tamanho das escravarias desses engenhos.

Embora o número de alforrias no Engenho Estivas tenha sido oito, o que poderia ser considerado significativo em uma região de pequenas escravarias, estas alforrias foram dadas por senhores diferentes. Além disso, dos oito alforriados do engenho Estivas, seis eram crianças e dois eram adultos, o que

pode indicar o que já tem sido apontado em algumas pesquisas (GUEDES, 2008; FREIRE, 2011): os maiores proprietários de escravos eram os que menos alforriavam¹²³. Seguindo esse raciocínio, seria mais difícil os escravos adultos do engenho conseguirem alforria do que as crianças, o que se comprova na amostra.

Muito se tem discutido sobre a possibilidade de pecúlio nas áreas rurais desde o trabalho de Ciro Flamarion (1987) sobre brecha camponesa. As discussões teóricas sobre as atividades autônomas dos escravos e da *brecha camponesa* giram em torno da função dessas atividades como elemento de manutenção da escravidão ou de autonomia escrava¹²⁴. Apesar da dicotomia que envolve a discussão, o uso dessas atividades como possibilidade de constituir pecúlio e compra de alforria não se pode negar. Maria Helena Machado acrescenta que,

Realizadas no tempo livre e permitido, às margens da produção principal das fazendas, a ser usufruída estritamente pelo escravo e sua família, as atividades econômicas autônomas referem-se, em primeira análise, à questão das roças e sua profunda conexão com o

123 Segundo Slenes, "grandes senhores — grandes na percepção dos cativos — eram os pequenos proprietários (ou alguns destes), enquanto realmente mesquinhos eram os barões e viscondes" (2011, p. 22). O autor lembra, ainda, que a maioria dos proprietários não alforriou.

124 Para uma discussão sobre a brecha camponesa, ver Slenes (2011). Na discussão por ele empreendida, é explicado que a *brecha* "corresponde ao que tem sido chamado frequentemente, na bibliografia norte-americana sobre escravidão, de "economia interna dos escravos", um termo que abrange todas as atividades desenvolvidas pelos cativos para aumentarem seus recursos desde o cultivo de suas roças à caça e, inclusive, ao furto" (SLENES, 2011, p. 204).

desenvolvimento do pequeno comércio em torno das fazendas, vilas e cidades. Porém, ainda outras atividades escravas autônomas devem ser consideradas: o artesanato, a pesca e a coleta, a prestação de serviços remunerados realizados dentro ou fora das fazendas, no tempo livre disponível pelo escravo, as gratificações e prêmios embutidos no próprio regime de trabalho das fazendas, finalmente, e porque não, os furtos e desvios da produção agrícola empreendidos pelos escravos, que constantemente atormentavam a vida dos senhores (MACHADO, 1998, p. 148).

As atividades descritas pela historiadora poderiam estar presentes na vivência dos escravos no termo da vila de Arez. A pesca pode ter sido, inclusive, uma das atividades dessa *economia autônoma* dos escravos que viviam nas proximidades da Lagoa de Guaraíras, pois essa atividade já era realizada pelos indígenas que lá viviam.

Ao levantar questionamentos sobre esses espaços de produtividade dos escravos, José Newton Coelho de Meneses indaga: “o que é esse espaço? Um lugar de produção, parte do eito, já que contribuía com o abastecimento alimentar da propriedade? Um lugar da domesticidade da família escrava, uma vez que facilitava a vida em família?” (MENESES, 2011, p. 75). O autor propõe que se pense a correlação entre espaço e tempo, assim como aponta Dorren-Massey (2009). Desse modo, o lugar de produção é, também, de vivências, de domesticidade da família, como sugere o historiador. Também pode-se pensar na utilização, por parte dos escravos, das possibilidades que os espaços oferecem, seja no campo ou na cidade, na vila, no

povoado, no sertão, no litoral, em síntese, nas múltiplas espacialidades para empreender a liberdade possível.

Assim é, também, na interação dos escravos nos espaços da casa, do cultivo, do artesanato e da pesca que puderam concretizar atividades, constituir pecúlio, estabelecer relações com terceiros e ainda estabelecer relações de proximidade com o senhor como meio de traçar um caminho para chegar à alforria, embora esse caminho não garantisse a todos a esperada liberdade.

Pelo que se pode entender a partir das diversas análises sobre espaços urbanos e rurais e sua relação com as alforrias e, apesar de a historiografia enfatizar a cidade como lugar favorável à liberdade, e, ainda, apesar da ausência de estudos específicos para áreas rurais, parece ser plausível admitir que, em se tratando do século XVIII, esses espaços eram de difícil diferenciação, mesmo nas áreas de maior dinâmica econômica, como em Minas Gerais. Nesse sentido,

O limite entre rural e urbano, aliás, é algo pouco percebido ou de difícil caracterização no século XVIII, na região das Minas. Casa e quintais, formas de troca e de relações de vizinhança, enfim, formas de viver, distinguem pouco esses dois espaços que artificialmente separamos (MENESES, 2011, p 63).

As vilas do Rio Grande do Norte também seguem sem essa diferenciação entre urbano e rural pelo século XIX, como afirmou Rubenilson Brasão Teixeira (2009). Além disso, não se pode perder de vista que esses espaços interligam-se pelas vivências e experiências das pessoas. A interação de escravos

que circulavam na vila e na fazenda também podia favorecer a liberdade, por meio da venda de seus produtos ou do estabelecimento de relações que viabilizassem a alforria. Embora essas circunstâncias não estejam claras nas cartas de alforria, os documentos instigam o questionamento sobre tais possibilidades.

Desse modo, os espaços nos quais eram forjadas as liberdades a serem conquistadas eram, também, espaços de relacionamento: a proximidade com os senhores sugere a criação, por parte dos escravos, de um ambiente de convívio propício à aquisição da alforria.

Considerações finais

Realizar uma pesquisa sobre escravidão – e, mais especificamente, sobre alforria em uma região a respeito da qual se costuma afirmar a pouca relevância do escravo de origem africana em terra de índios – não é tarefa fácil, sobretudo quando se dispõe de uma documentação fragmentada, além da escassez de estudos sobre outras áreas periféricas.

Apesar da carência de fontes como testamentos, registros de batismo, processos criminais, entre outras que possibilitaram a outros pesquisadores no campo da escravidão e da alforria avançar nas pesquisas, muitas vezes acompanhando a trajetória dos libertos e sua inserção social no mundo dos livres, este trabalho procurou, com base nas fontes existentes, elucidar aspectos da escravidão e das alforrias em uma delimitação espacial colonial: o termo da vila de Arez, no litoral da Capitania do Rio Grande do Norte.

Criada como vila em função das transformações de aldeamentos missionários indígenas em espaços de administração civil, a vila de Arez, sede do termo, teve, ao longo do período estudado (século XVIII e primeiras décadas do século XIX), uma população menor que a povoação de Goianinha, localizada no mesmo termo. Nos sítios e nas fazendas ao redor praticava-se a agricultura, com destaque para a mandioca, criava-se gado e havia poucos engenhos de açúcar. Embora a

elevação de Arez à categoria de vila tenha criado instituições jurídicas e administrativas que faziam parte das localidades urbanas no período colonial, como a câmara municipal e o tabelionato, e tenham sido criadas leis para regulamentar o espaço urbano, inclusive proibindo a criação de animais soltos nas ruas, a regulamentação do espaço e da administração não foram suficientes para o desenvolvimento urbano local. Isso porque, além de ser uma sede administrativa e religiosa (no âmbito da freguesia), o desenvolvimento urbano dependia, também, de outros aspectos, como uma maior concentração de população, comércio e outras atividades tipicamente urbanas.

As atividades com características urbanas foram identificadas em número reduzido, havendo pouca referência a estabelecimentos comerciais, como vendas, tabernas, lojas, assim como poucas referências aos ofícios mecânicos. O emprego de escravos em atividades associadas à escravidão urbana, como as atividades de ganho, e atividades como sapateiros, carpinteiros, ferreiros e outros ofícios, foi, portanto, pouco identificado, e mesmo assim, alguns desses estavam inseridos em atividades dos engenhos. Desse modo, as fontes apontaram para uma maior possibilidade de ocupação dos escravos em atividades rurais e domésticas, embora não se tenha como mensurar esses dados, pois os inventários *post mortem* raramente se referem às funções dos escravos, informação também ausente nas cartas de alforria.

A análise dos inventários referentes ao período de 1705 até 1820 permitiu constatar que, na região do termo da vila de Arez, mesmo no período anterior ao ano da criação da vila,

1760, a presença de escravos de origem africana foi bastante difundida, embora se tratasse principalmente de uma área de pequenas escravarias. Também, com base nos inventários, observou-se a significativa presença da produção de alimentos, sobretudo da mandioca e de seu beneficiamento como uma prática presente entre pequenos e grandes proprietários, pois a mandioca era, como se sabe, um alimento bastante comum no período colonial. Além disso, observou-se que Arez produzia a farinha, também, para abastecimento de outras áreas da capitania e para além de seus limites.

As atividades na agricultura, além do trabalho na criação de gado e o trabalho doméstico, apresentaram-se como as principais atividades que empregavam mão de obra escrava, pelo que se pode deduzir com base na documentação, tendo em vista que, em poucos casos, a função dos escravos foi explicitada. Nesses casos identificados, houve referência a escravos artesãos, carpinteiros, sapateiros e caldeireiros. Embora as escravas tenham sido identificadas, principalmente, como acompanhantes de suas senhoras e de seus senhores, o que permite inferir o trabalho doméstico, não se descarta a possibilidade da presença de mulheres também em atividades de ganho, mesmo que esse tipo de atividade não tenha sido tão corrente quanto em localidades com aspectos mais urbanos.

Pelo que se pode notar, as poucas referências ao comércio, assim como às atividades artesanais, foram mais evidentes na povoação de Goianinha do que na vila de Arez, sede do termo, o que sugere que haveria mais possibilidades de escravos trabalharem ao ganho, em atividades de comércio ou como artesãos naquela povoação do que na vila. Assim, a

concentração de atividades político-administrativas não fazia de Arez o centro do termo, pois, para os serviços mecânicos, a população precisaria recorrer à povoação de Goianinha ou a outras vilas. Por outro lado, a necessidade de serviços jurídicos e de ordem administrativa obrigava a população da povoação de Goianinha e demais localidades a recorrerem à sede do termo, se não quisesse esperar as esparsas visitas da administração ou do tabelionato. Desse modo, estabelecia-se uma interação entre as localidades do termo da vila de Arez.

Apesar de o povoado e a sede da vila apresentarem características mais rurais do que urbanas, as alforrias adquiridas foram, em sua maioria, pagas, o que evidencia a constituição de um pecúlio pelos escravos. Assim, embora a historiografia sobre escravidão tenha enfatizado o espaço urbano como elemento favorável à aquisição da liberdade, em razão das maiores possibilidades de constituição de pecúlio resultantes das atividades ao ganho, a pesquisa corrobora a conjectura de Schwartz (2001), segundo a qual a frequência de manumissões pagas não discrepava entre as áreas urbanas e as rurais. Ao menos as porcentagens de alforrias pagas no termo da vila de Arez aproximaram-se das manumissões pagas nas áreas urbanas dos estudos sobre alforria no Brasil.

Quanto aos escravos que conseguiram a manumissão, a maioria deles era de mulatos, desse modo, associando a relação centro-periferia em que o centro do poder é representado pelos senhores brancos, quanto mais a cor do escravo se aproximasse da cor branca, maiores as oportunidades na sociedade colonial (RUSSELL-WOOD, 1998), o que nesse caso incluía os mulatos e pardos. Assim, a referência ao mesmo indivíduo

como pardo e como mulato revela uma imprecisão na denominação da cor, mas também sugere que a denominação *pardo* poderia estar associada à nova condição social. Logo, *pardo* estaria mais próximo de *branco* e, possivelmente, poderia ser compreendido pelos contemporâneos da documentação como uma denominação mais condizente com o *status* de liberto.

Além de a maioria dos manumitidos ser de mulatos, outro dado importante foi o expressivo número de alforrias de escravos “nascidos e criados” na casa do senhor. A segunda e, às vezes, terceira geração de escravos tiveram, em suas cartas de alforria, fossem estas pagas, condicionais ou gratuitas, a justificativa de afeição por parte do senhor ou da senhora. Embora esse tipo de justificativa expresse o paternalismo senhorial, evidencia, também, que as relações de proximidade com os senhores poderiam facilitar a conquista da alforria. Portanto, a prestação de bons serviços, muitas vezes citadas nas cartas, bem como a afinidade com o senhor seria, também, uma estratégia usada pelo escravo para conseguir a manumissão. Uma vez que não havia lei, até 1871, que garantisse aos escravos o direito à alforria, no período abordado neste trabalho, os escravos valiam-se, principalmente, das oportunidades encontradas ou criadas por eles para que os senhores concordassem em conceder-lhes a alforria. Desse modo, o investimento realizado pelos escravos para conseguirem sua liberdade extrapolava o campo material e envolvia práticas e sensibilidades, frutos de uma atuação consciente, com a finalidade de conseguir a anuência do senhor para obter a liberdade. Afinal, os espaços de trabalho eram também, espaços de construção de sociabilidades, de relações que favorecessem a manumissão.

Não se trata de afirmar que as relações entre senhores e escravos se pautassem em mera falsidade, mas de que existia uma relação de troca, de negociação, em que ambos – senhores e escravos – eram agentes, embora em condições desiguais. Conceder a alforria a filhos de escravas poderia, por exemplo, ser uma maneira de garantir os bons serviços da cativa e de seus filhos.

Procurou-se identificar nas cartas de alforria do termo de Arez as localidades onde os escravos viviam. Apesar de esse tipo de informação não estar presente em todos os documentos analisados, entre aqueles em que havia identificação houve um número significativo de localidades rurais onde se encontravam poucos engenhos, mas, principalmente, sítios com lavouras para autoconsumo. Essas localidades do entorno rural também apresentaram uma maior quantidade de alforrias pagas, em relação às gratuitas e condicionais, o que evidencia as possibilidades de pecúlio, também, nessas áreas.

Observou-se, ainda, que, na povoação de Goianinha, houve mais alforrias do que na sede do termo, e lá também se obtiveram mais alforrias pagas do que na sede, o que sugere que havia mais possibilidades de acúmulo de pecúlio em Goianinha do que em Arez.

Assim, a relevância de alforrias pagas, mesmo tratando-se de uma região periférica com características predominantemente rurais, aponta para a complexa utilização das possibilidades que os espaços ofereciam, fosse no espaço urbano ou rural, por parte dos escravos. Nas múltiplas espacialidades, os escravos

estabeleceram relações com o espaço e com as pessoas para empreender a liberdade possível.

As cartas de alforria e os inventários *post mortem* permitiram elucidar alguns aspectos da escravidão e das manumissões, apesar das dificuldades em razão da fragmentação documental, e mostrou-se que é preciso aproveitar as fontes que se tem para que a história da população de origem africana no Rio Grande do Norte não passe despercebida.

Referências

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional – AN – Rio de Janeiro – RJ

Fundo Vice-reinado. Cód. D9. Cx 761. Pac. 01. Mappa de officio e officiaes q' existem no termo da Villa de Arez designando os lugares de seos domicílios, [ilegível]. Anno de 1827.

Fundo Ministério do reino e Império. Conj. Doc. Mapas de população de Províncias. Cx 761. Pac. 01. Mapa das povoações do termo da Villa de Arez indicando a sua qualidade nome número de cazas, fogos, ALMAS, E LUGAR QUE CONTEM. ANNO DE 1827.

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN – Natal – RN

Cartas de alforria dos Livros de Notas de Arez:

Cx. Notas. Livros de Notas de Arez 1774-1782.

Cx. Notas. Livros de Notas de Arez 1785-1796.

Cx. Notas. Livros de Notas de Arez 1819-1821.

Cx. Notas. Livros de Notas de Arez 1826-1827.

Outros documentos:

Cx. Mapas. Mappa dos habitantes que existem na Parochia da Villa de Arez no anno de 1810.

Cx. Mapas. Mappa da exportação da Parochia da Villa de Arez no ano de 1811.

Cx. Mapas. Mappa contemplativo das produções da parochia da Villa de Arez com especificação do q se consumio na m^{ma} Villa no anno de 1811.

Cx. Mapas. Ocupações dos Habitantes da Parochia da Villa de Arez no anno de 1811.

Biblioteca Nacional – BN – Rio de Janeiro – RJ

I-32, 10, 05. Doc 16. Mapas estatísticos do Rio Grande do Norte. Doc 16.

II – 32, 32, 06. Oito documentos Parahyba e Rio Grande do Norte (1757). Relação de toda a extensão desta Cap^a do Rio Grande do Norte, e sua divisão, freguesias e povoaçoens, rios assim navegáveis, como inavegáveis, que nella se contem.

I-12,3, 35, fl. 28-29v., Carta do governador de Pernambuco ao Diretor da Vila de Arez, Domingos Jaques da Costa, em 16/04/1761.

I-31, 17, 38, CEHB, nº 449, código 14-2, nº 13, 31/05/1881. Descrição do município de Arez.

I-32, 10,05. Mappa de officiaes e officios mecânicos que existem na Província do Rio Grande do Norte designando os lugares de seus domicílios. Anno de 1827.

I-32, 10,05. Doc 12. Mapas estatísticos do Rio Grande do Norte. Mappa Geral da Importação Produção Consumo Exportação, o que ficou em ser da população, Casamentos Nascimentos, e Morte na capitania do Rio Grande do Norte calculado o termo médio dos anos de 1811, 1812, 1813.

Fontes transcritas ou impressas

INVENTÁRIOS *POST MORTEM*:

GALVÃO, Helio. Velhas heranças. *Revista Bando*, Natal, v. 2, nº 1, ano 3, p. 12-46, Ago-Set. 1951; v. 4, nº 6, ano 5, p. 77-121, Jul-Ago, 1954. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. LIX, LX, LXI, p. 67-92, 1974; v. LXIII-LXIV, p. 117-147, 1972.

IDEIA da População da Capitania de Pernambuco, e de suas anexas, extensão de suas Costas, rios e povoações, notáveis, agricultura, número dos engenhos, contratos e rendimentos reais, aumento que este tem tido, &ª &ª desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitánias o Governador Capitam General José Cesar de Menezes. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. XL, 1918. Rio de Janeiro: Officinas Gráfica da Bibliotheca Nacional, 1923.

CASAL, Aires do. *Corografia brasílica* ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil composta e dedicada a sua magestade fidelíssima por hum presbítero secular do gram priorado do Crato. Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.

Fontes manuscritas digitalizadas

Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Lisboa, Portugal

BRASIL. Ministério da Cultura. Projeto Resgate. Documentação Histórica Barão de Rio Branco. Rio Grande do Norte, 1 CD-ROM.

Cx. 8. Doc. 9. Mapa geral da importação de produtos e manufatura do reino, produção, consumo e exportação, portos de onde vieram, para onde foram. Habitantes e ocupações deles, casamentos, nascimento, mortes e dos índios domésticos e suas idades. Tabelas de doenças com que faleceram, previstas ou não previstas. Resumo das quantias em cruzado na Capitania do Rio Grande do Norte no ano de 1801.

Cx. 9, D. 18, 46 e 47. Carta do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, ao príncipe regente [D. João] remetendo um mapa da população do Rio Grande do Norte e uma relação dos distritos que necessitam de novas companhias e ordenanças.

BRASIL. Ministério da Cultura. Projeto Resgate. Documentação Histórica Barão de Rio Branco. Pernambuco. CD-ROM.

ACL. CU. 015, Cx. 178, D. 12472. Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo o mapa da população, referente ao ano de 1788, e justificando a demora do envio devido às dificuldades do Bispado em repassar as informações, por causa da distância e falta de recursos.

Fontes digitais *on line*

BLUTEU, Raphael. Vocabulário portuguez & latino: áulico, anatômico, architetonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8. v. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/>>.

SILVA, Antonio Moraes. Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/>>.

Bibliografia

ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre: 1800-1835*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente*. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1822. Petrópolis: Vozes, 1988.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio das Contas, século XIX*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

ALMEIDA, Rita Heloísa. *O diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora da UNB, 1997.

ALVEAL, Carmen. Os desafios da governança e as relações de poder na capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva (Org.). *Capitania do Rio Grande: histórias e colonização na América portuguesa*. João Pessoa: Ideia Editora; Natal: EDUFRN, 2013.

BARBALHO, Claudionor B. *Villa de Arez: alguns fatos históricos do século XVII, XVIII e XIX*. Natal: Gráfica São Francisco, 2005.

BELLINI, Lúcia. Por amor e por interesse: a relação senhor-esravo em cartas de alforria. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BERTIN. Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas/USP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A economia dos bens simbólicos. In: _____. *Razões Práticas, sobre a teoria da ação*. 3. ed. Campinas: Papirus, 2001. p. 157-199.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês? O protocampeonato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotina e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Editora da UFPE, 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé; Natal: Fundação José Augusto, 1984.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da Terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Paróquias do Rio Grande do Norte*. Natal: Departamento de Imprensa, 1955.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Global, 2001.

CAVIGNAC, Julie. Índios, negros e caboclos: identidades e fronteiras étnicas em perspectiva. Ocaso do Rio Grande do Norte. In: CAVIGNAC, Julie; CARVALHO, Maria Rosário de; REESINK, Edwin. *Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos, alteridades*. Natal: EDUFRN, 2011. p. 195-244.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Sobre os silêncios da Lei: lei costumeira e lei positiva nas alforrias de escravos no Brasil no século XIX. In: *Caderno IFCH Unicamp*, 1983.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DAMÁSIO, Adauto. *Alforrias e ações de liberdade em Campinas na primeira metade do século XIX*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

DIAS, Thiago Alves. *Dinâmicas mercantis coloniais: capitania do Rio Grande do Norte, 1760-1821*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos*. Campinas: Ed. Unicamp, 1989.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: família e fortuna no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIA, Sheila de Castro. Cotidiano do Negro no Brasil Escravista. In: José ANDRÉS-GALLEGO, José. *Tres Grandes Cuestiones de la Historia de Iberoamérica*. Madrid: Fundación Mapfre Tavera - Fundación Ignacio Larremendi, 2005. p. 1-161. Disponível em: <http://www.larramendi.es/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=1000209>. Acesso em: 12 ago. 2012.

FARIA, Sheila de Castro. Damas mercadoras – as pretas-minas no Rio de Janeiro (século XVIII a 1850). In: SOARES, Mariza de C. (Org.). *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. 2. ed. Niterói: Editora da UFF, 2011. p. 101-135.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1999.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Núcleos urbanos planejados do século XVIII e a estratégia de civilização dos índios do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Estampa, 1995. p. 79-88.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro, c. 1790 –c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary Del. *História das crianças no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas D'el Rei: espaços e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

FREIRE, Jonis. Alforrias e tamanho das posses: possibilidades de liberdade em pequenas, médias e grandes propriedades do sudeste escravista (século XIX). *Varia história*, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, jun 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752011000100010&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 4 fev. 2013.

GALVÃO, Hélio. *Velhas heranças*. Natal: Sebo Vermelho, 2012.

GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Práticas de alforria nas Américas: dois estudos de caso em perspectiva comparada. In: PAIVA, Eduardo França (Org.). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da conquista: Edições UESB, 2008. p. 59-75.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985.

GRIMBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambiguidade*. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2008.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa de. “Pela quantia de [...] poderá gozar de sua liberdade”: as alforrias no município de Sousa/PB (1792-1860). *SÆculum* – Revista de História, João Pessoa, n. 25, p. 27-45, 2011.

LIMA, Nestor. Municípios do Rio Grande do Norte: Arez, Areia Branca, Assú e Augusto Severo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. 25-26, p. 121-135, 1929.

LIMA, Luciano Mendonça de. *Cativos da Rainha da Borborema: uma história social da escravidão em Campina Grande – século XIX*. Recife: UFPE, 2009.

LOPES, Fátima M. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII*. 2005. Tese (Doutorado em História do Norte – Nordeste) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

LOPES, Michele Soares. *Escravidão na Vila do Príncipe*, província do Rio Grande do Norte – 1850-1888. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2010.

MACÊDO, Muirakytan K. *Rústicos cabedais*: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó – séc. XVIII. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Escravidão indígena no sertão da Capitania do Rio Grande do Norte. In: *Revista Brasileira de História*, v. 28, n. 56, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v28n56/09.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2011.

MACHADO, Maria Helena P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 143-60, 1988.

MACHADO, Maria H. P. T. Sendo escravo nas ruas: a escravidão urbana na cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula. *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 59-99. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dh/pos/hs/images/stories/docentes/MariaMachado/SPEscrav.pdf>> p. 1-42. Acesso em: 25 jul. 2010.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades*. Negros pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência escrava, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos*. Cebrap: São Paulo, v. 74, p. 107-123, 2006.

MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MATTOS, Hebe M. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia de Q. A propósito de cartas de alforria: Bahia, 1779-1850. *Anais de História*, 4, 1972. p. 23-52.

MATTOSO, Kátia de Q. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MATTOSO, Kátia de Q. O filho da escrava. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

MEDEIROS, Tarcísio. *Estudos de história do Rio Grande do Norte*. Natal: tipografia Santa Cruz, 2001.

MEDEIROS FILHO, Olavo. *O engenho de Cunhaú à luz de um inventário*. Natal: Fundação José Augusto, 1993.

MENESES, José Newton. Coelho. Escalas Espaço-temporais e história cultural. Reflexões de um historiador sobre o espaço como categoria de análise. In: PAIVA, Eduardo França; AMANTINO, Márcia; IVO, Isnara Pereira (Org.). *Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços*. São Paulo: Anablume, 2011. p. 55-79.

MILLER, Joseph C. África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850. In: HEYWOOD, Linda M. (Org.). *Diásporas negras no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 29-80.

MOURA, Clovis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. O liberto: o seu mundo e os outros, Salvador, 1790-1890. São Paulo: Corrupio, 1988.

PAIVA, Eduardo França. Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial. *Revista de História*. São Paulo, n. 133, dez. 1995. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83091995000200004-&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2012.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. Cartas de alforria: “para não ter o desgosto de ficar em cativo”. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2013.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROCHA POMBO. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1992.

ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: UNESP, 2009.

RODRIGUES, Cláudia. Morte, catolicismo e africanidade na cidade do Rio de Janeiro setecentista. *Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 12, n. 12, p. 31-52, out. 2010.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista brasileira de História*. São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010-&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 jan. 2013.

SAMPAIO, Antônio C. J. A produção da liberdade: padrões gerais das manumissões no Rio de Janeiro colonial, 1650-1750. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade*: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 287-324.

SAUNDERS, A. C. de C. M. *História social dos escravos e libertos negros em Portugal* (1441-1555). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

SCHWARTZ, Stuart. Alforria na Bahia, 1684-1745. In: _____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001. p. 171-218.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001. p. 171-218.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Eduardo; REIS, João J. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. Mulheres brancas no fim do período colonial. In: *Cadernos Pagu*, v. 4, p. 75-96, 1995. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/node/43>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SILVA, Patricia Garcia Ernando da. *Últimos desejos e promessas de liberdade: os processos de alforrias em São Paulo (1850-1888)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SIMONETTI, Ormuz Barbalho. *Genealogia dos troncos familiares de Goianinha*. Natal: Offset Gráfica, 2008.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperança e recordações na formação da família escrava*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SMITH, Roberto. *A Presença da Componente Populacional Indígena na Demografia Histórica da Capitania de Pernambuco e suas Anexas na Segunda Metade do Século XVIII*. p. 1-35. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_IND_ST6_Smith_texto.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2013.

SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

SOARES, Márcio de Sousa. A promessa da alforria e os alicerces da escravidão na América portuguesa. In: GUEDES, Roberto (Org.). *Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados*. Século XVII-XIX. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

SOARES, Mariza de Carvalho (Org.). *Rotas atlânticas da diáspora africana: da baía do Benim ao Rio de Janeiro*. 2. ed. Niterói: Editora da UFF, 2011.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

TAVARES DE LIRA, Augusto. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1982.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *Da cidade de Deus à cidade dos homens: a secularização do uso, da forma e da função urbana*. Natal: EDUFRN, 2009.

VOVELLE, Michel. *As almas do Purgatório ou o trabalho do luto*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.



Este livro foi publicado pela
Editora da UFRN.
Julho de 2018

